DA DEMOCRACIA À LIBERDADE
A diferença entre governo e autodeterminação

DEMOCRACIA
É LIBERDADE!

Da Demo
à Liber

CrimethInc. Coletivo de Ex-Trabalhadores • 2017 • Salem, Oregon, E.U.A.

cracia
dade

A diferença entre governo e autodeterminação

Este PDF está disponível gratuitamente graças às generosas contribuições de centenas de anarquistas e companheiras de viagem através de um financiamento coletivo em fevereiro de 2017.

v1.0b

Este livro é o resultado de anos de diálogo entre participantes de movimentos sociais que abrangem três continentes. Todos, exceto um dos autores, escolheram manter a sua anonimidade para enfatizar a natureza coletiva do projeto.

CrimethInc. Extremo Sul
crimepensar.noblogs.org
crimethinc.sul@riseup.net

Você pode encontrar ainda mais materiais relacionados em:
www.crimethinc.com

DA DEMOCRACIA À LIBERDADE

Democracia é o ideal político mais universal de nossos dias: George Bush o usou para justificar a invasão do Iraque; Obama parabenizou os rebeldes da Praça Tahrir por levarem-la ao Egito; o movimento Occupy Wall Street alegou tê-la destilado em sua forma mais pura. Da República Popular Democrática da Coreia do Norte até a região autônoma de Rojava, praticamente todo governo e movimento popular diz ser democrático.

E qual é a cura para os problemas da democracia? Todo mundo concorda: *mais democracia*. Desde a virada do século, nós vimos uma enxurrada de novos movimentos que prometem a democracia real, em contraste com instituições ostensivamente democráticas que eles descrevem como elitistas, coercitivas e alienadoras.

Existe um fio que une todos esses diferentes tipos de democracia? Qual delas é a *real*? Alguma delas pode nos dar a inclusão e a liberdade que nós associamos com essa palavra?

Impelidos pelas nossas próprias experiências em movimentos diretamente democráticos, nós retornamos a essas questões. A nossa conclusão é de que os dramáticos desequilíbrios nos poderes políticos e econômicos que levaram as pessoas às ruas de Nova Iorque a Sarajevo não são defeitos incidentais em democracias específicas, mas características estruturais que datam das próprias origens da democracia; elas aparecem em praticamente todo exemplo de governo democrático da história. A democracia representativa preservou todo o aparato burocrático que foi originalmente inventado para servir aos reis; a democracia direta tende a recriá-los em escalas menores, mesmo fora das estruturas formais do estado. *Democracia não é o mesmo que auto-determinação*.

Muitas coisas boas são regularmente descritas como democráticas. Esta não é uma argumentação contra discussões, coletivos, assembleias, redes, federações ou contra trabalhar com pessoas com as quais você nem sempre concorda. O argumento, ao invés disso, é que quando nós nos engajamos nessas práticas, se nós compreendemos o que estamos fazendo como *democracia* – como uma forma de governo participativo ao invés da prática coletiva de liberdade – então mais cedo ou mais tarde, iremos recriar todos os problemas associados com formas menos democráticas de governo. Isto vale tanto para a democracia representativa como

para a democracia direta, e até mesmo para processos de consenso.

Ao invés de celebrarmos os procedimentos democráticos como fins em si mesmo, vamos voltar aos valores que nos atraíram para a democracia em primeiro lugar: igualdade, inclusão, a ideia de que toda pessoa deve controlar seu próprio destino. Se a democracia não é a forma mais eficaz de alcançar isso, então qual é?

Enquanto lutas cada vez mais ferozes balançam as democracias de hoje, os riscos desta discussão ficam cada vez mais altos. Se continuarmos tentando substituir a ordem estabelecida com uma versão mais participativa da mesma coisa, vamos acabar exatamente onde começamos, e outras pessoas que compartilham da nossa desilusão vão se sentir atraídas por alternativas mais autoritárias. Precisamos de uma estrutura que possa realizar as promessas que a democracia traiu.

O Que é Democracia?

O que exatamente é democracia? A maioria das definições na literatura fazem referência ao governo da maioria ou em um governo feito por representantes eleitos. Por outro lado, alguns radicais* argumentam que a democracia *real* só acontece fora do monopólio do estado sobre o poder. A democracia é um meio de governo estatal, um forma horizontal de auto-organização, ou outra coisa?

Vamos começar distinguindo dois usos distintos do termo. Usado precisamente, o termo democracia denota um conjunto de práticas de tomada de decisão específicas com uma história que retrocede até a Grécia antiga. Por associação, a palavra invoca uma aspiração abstrata a políticas participativas, inclusivas e igualitárias. A questão fundamental para as pessoas que possuem essas aspirações é se as práticas associadas com a democracia são a forma mais efetiva de alcançá-las.

O escopo dos procedimentos associados com a democracia é realmente amplo: inclui tudo desde o Colégio Eleitoral até processos informais de consenso. Todos são formas de legitimar uma estrutura de poder como representando dos participantes. O que mais eles têm em comum?

Podemos procurar por pistas nas origens do próprio termo. A palavra democracia deriva do grego antigo *dēmokratía*, que vem de dêmos "povo" e *krátos* "poder." Em suma democracia é o *governo feito pelo povo*. Vemos essa mesma formulação nos movimentos contemporâneos latinoamericanos: *poder popular*.

Mas qual povo? E que tipo de poder?

Essas palavras raízes, *demos* e *kratos*, sugerem dois denominadores comuns para todos procedimentos democráticos: uma forma de determinar quem participa na tomada de decisões, e uma forma de fazer cumprir as decisões. Para resumir: cidadania e policiamento. Els são o que há de essencial na democracia; são eles que fazem dela uma forma de governo. Qualquer coisa menos que isso será melhor descrita como anarquia – a ausência de governo,

* Por exemplo, Cindy Milstein, em *Democracy Is Direct*: "A democracia direta... é completamente oposta ao estado e ao capitalismo."

do Grego *an-* “sem” e *arkhos* “governante”.

Quem se qualifica como *demos*,* o povo? Para haver decisões legítimas, precisam haver condições definidas de legitimidade e um grupo específico de pessoas que as atenda†. Conseqüentemente, toda forma de democracia precisa de uma forma de distinguir entre pessoas incluídas e excluídas. Essa linha divisória por ser o status em uma legislatura, a cidadania em uma nação, a filiação a um grupo ou a participação em assembléias de bairro; ela podeser raça, gênero, propriedade de terras, idade ou status legal. Quem pode ou não tomar as decisões pode ser determinado por quem pode comparecer aos encontros — mas mesmo nos casos mais informais, as estruturas democráticas sempre exigem um mecanismo de inclusão e exclusão.

Neste aspecto, a democracia institucionaliza a característica chauvinista e provinciana de suas origens gregas, ao mesmo tempo em que ela aparentemente oferece um modelo que pode envolver todo o mundo. É por isso que ela se provou tão compatível com o nacionalismo e o estado; pois ela pressupõe o Outro, que não possui os mesmos direitos ou poderes políticos.

A divisão entre incluídos e excluídos foi exposta de maneira clara o bastante no começo da democracia moderna na influente obra de Rousseau *Do Contrato Social*, onde ele afirma que não existe contradição entre democracia e escravidão. Quanto mais “malfeitores” estiverem acorrentados, ele sugere, mais perfeita será a liberdade dos cidadãos. Essa concepção da liberdade como jogo de soma-zero é fundamental para a democracia — daí o incentivo à segregação.

Vamos agora para a outra raiz, *kratos*. A democracia compartilha deste sufixo com aristocracia, autocracia, burocracia, plutocracia e tecnocracia. Cada um destes termos descreve um governo por alguma parte da sociedade, mas todos compartilham uma lógica comum. E esse fio que os une é o *kratos*, poder.

* Há quem argumente que, etimologicamente, *demos* nunca significou *todo* o povo, mas somente certas classes sociais. Veja, por exemplo, *Contra La Democracia*, publicado na Espanha pela Coordenação de Grupos Anarquistas.

† Cf. Sarah Strong, "The Boundary Problem in Democratic Theory: Why the Demos Should be Bounded by the State".

"Não existe contradição entre exercitar a democracia e um controle administrativo centralizado de acordo com o bem conhecido equilíbrio entre centralização e democracia... A democracia consolida as relações entre pessoas, e sua principal força é o respeito. A força que emana da democracia consegue um grau maior de adesão no cumprimento de ordens com grande precisão e zelo."

– Saddam Hussein, "Democracy: A Source of Strength for the Individual and Society"

Que tipo de poder? Vamos consultar os antigos gregos mais uma vez.

Na Grécia clássica, todo conceito abstrato era personificado por um ser divino. Kratos era um Titã implacável que incorporava o tipo de força coercitiva associada com o poder do estado. Uma das fontes mais antigas na qual Kratos aparece é a peça *Prometeu Acorrentado*, atribuida a Ésquilo nos primeiros dias da democracia de Atenas. A peça inicia com Kratos escoltando agressivamente Prometeu que, acorrentado, está sendo punido por roubar o fogo dos deuses e dá-lo para a humanidade. Kratos aparece como um carcereiro cumprindo as ordens de Zeus sem pensar – um bruto

2500 ANOS ATRÁS
NÓS DECLARAMOS GUERRA AO MUNDO!

ESTA GUERRA CHAMAMOS DE DEMOCRACIA!

"feito para os atos de qualquer tirano"*.

O tipo de força personificada por Kratos é o que a democracia tem em comum com a autocracia e com toda outra forma de governo. Elas compartilham as instituições de coerção: o aparato legal, a polícia, e os militares, todos os quais precederam a democracia e repetidamente sobrevivem a ela. Estas são as ferramentas "feitas para os atos de qualquer tirano", quer o tirano seja um rei, uma classe de burocratas ou o próprio "povo". "Democracia significa simplesmente o espancamento do povo pelo povo e para o povo", como disse Oscar Wilde. Muammar al-Gaddafi ecoou isso com aprovação um século mais tarde em *O Livro Verde*, sem ironia: *"Democracia é a supervisão do povo pelo povo."*

No grego moderno, kratos é simplesmente a palavra para estado. Para entender a democracia, precisamos olhar para o governo mais de perto.

Monopolizando a Legitimidade

> "Se nos governos absolutistas o Rei é a lei, então nos países livres a lei deverá ser o Rei."
>
> – Thomas Paine, *Common Sense*

Como forma de governo, a democracia oferece um forma de produzir uma única ordem a partir de uma cacofonia de desejos, absorvendo os recursos e atividades da minoria em políticas ditadas pela maioria.

Para atingir isso, toda democracia exige um espaço para a tomada de decisões legítima, separado do resto da vida. Pode ser um um congresso em um prédio parlamentar, ou uma assembléia geral na calçada, ou um aplicativo que pede o seu voto via iPhone. Em todos os casos, a fonte definitiva de legitimidade não são os

* Tradução para o inglês de Thomas Medwin.

"Não pode haver um governo onde não sejam as maiorias que decidam virtualmente o que é certo e errado, mas a consciência?"

–Henry David Thoreau, *A Desobediência Civil*

desejos e as necessidades imediatas das pessoas, mas um processo e protocolo em particular. Na nossa sociedade, isso é chamado "estado de direito", entretanto o princípio não precisa necessariamente de um sistema legal formal.

Esta é a essência do governo: decisões feitas em um espaço determinam o que pode acontecer em todos outros espaços. O resultado é a alienação – o atrito entre o que é decidido e o que é vivido.

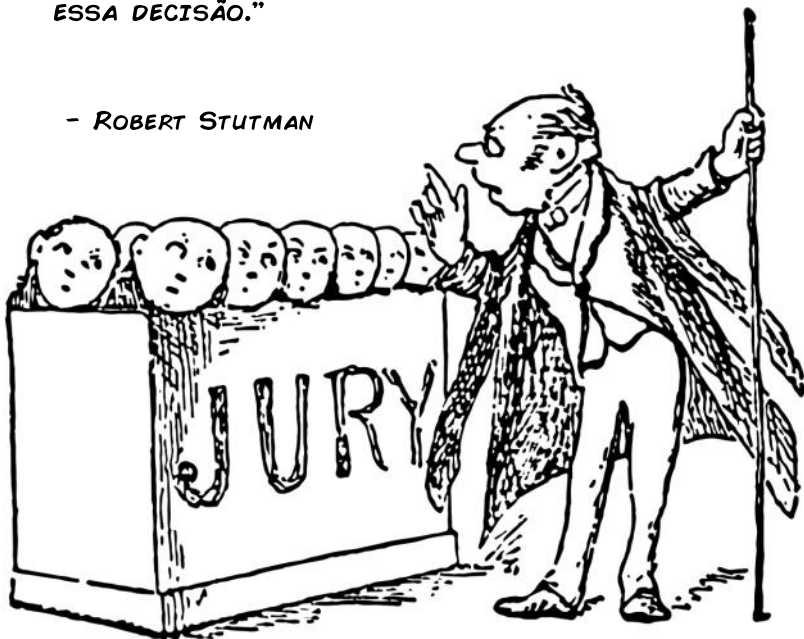
A democracia promete solucionar esse problema envolvendo todo mundo no espaço da tomada de decisões: o governo de todos por todos. "Os cidadãos de uma democracia se submetem à lei pois reconhecem que, por mais que de forma indireta, eles estão submetendo-se a si mesmos como criadores da lei"*. Mas se todas as decisões fossem realmente tomadas pelas pessoas que elas afetam, não haveria a necessidade de uma forma de fazer cumprir essas decisões.

Até que ponto você comprou a idéia de que o processo democrático deve pisotear a sua consciência e os seus valores? Vamos tentar um exercício rápido. Imagine-se em uma república democrática com escravos — digamos, na antiga Grécia ou Roma, ou nos Estados Unidos da América até o fim de 1865. Você obedeceria as leis e trataria pessoas como propriedade ao mesmo tempo em que luta para mudar as leis, sabendo muito bem que gerações inteiras podem viver e morrer acorrentadas nesse meio tempo? Ou você agiria de acordo com a sua consciência e desafiaria a lei, co-

* http://www.ait.org.tw/infousa/zhtw/DOCS/whatsdem/whatdm4.htm um site produzido e mantido pelo Escritório de Programas de Informação Internacionais do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

mo Harriet Tubman e John Brown*?

Se você seguisse os passos de Harriet Tubman, então você, também, acredita que existe algo mais importante que o estado de direito. Este é um problema para todas as pessoas que querem fazer da vontade da maioria e da obediência à lei os principais árbitros da legitimidade.

> "Isto é uma democracia, não anarquia. Nós temos um sistema no país para mudar as regras. Quando você estiver na Suprema Corte, você poderá tomar essa decisão."
>
> – Robert Stutman

* Harriet Tubman e John Brown lutaram pela abolição da escravatura nos E.U.A.

Pesos e Contrapesos

O que protege as minorias nesse sistema onde o vencedor leva tudo? Defensores da democracia explicam que as minorias serão protegidas pela separação dos poderes e pelas diferentes instituições governamentais — *pesos e contrapesos*.

Em outras palavras, a mesma estrutura que detém o poder sobre elas deve protegê-las de si mesma. Não existe outro remédio, então engula aquele que te deixa doente.

Esse aparente paradoxo não incomodava os autores da Constituição estadunidense já que a minoria cujos direitos eles estavam preocupados em proteger era a classe de donos de propriedades — que já tinha uma influência desproporcional sobre as instituições do estado. Como James Madison colocou em 1787:

> O nosso governo deve proteger os interesses permanentes do país contra a inovação. Proprietários de terras devem participar do governo, para apoiar esses interesses valiosos, e para servirem de peso e contrapeso ao outro. Eles devem ser assim constituídos de forma a proteger a minoria opulenta da maioria.

Então as instituições do governo da maioria podem realmente servir para proteger as minorias — se estivermos falando ds minorias *mais privilegiadas*. Senão, é pura ingenuidade.

Confiar que mecanismos institucionais podem servir para conter as maiorias significa apostar que as instituições serão sempre melhores que as pessoas que as operam. Na verdade, quanto mais poder nós concedemos aos instrumentos de governo, mais perigosos esses instrumentos serão quando forem voltados contra as pessoas marginalizadas. Se o objetivo é proteger as minorias das maiorias, centralizar todo o poder e legitimidade em uma única estrutura institucional só poderá piorar o problema.

As minorias devem ter o poder de se defender se não quisermos que elas sejam dominadas pelas maiorias. Somente uma distribuição de poder descentralizada reforçada por um comprometimento coletivo por solidariedade pode assegurar que elas sempre serão capazes de o fazer.

"A grande dificuldade está nisso:
você primeiro deve capacitar o governo a controlar
os governados; e a seguir
obrigá-lo a controlar a si mesmo."

– James Madison, *The Federalist*

Então, ao invés de todo mundo se unir para impor o governo da maioria, todas as pessoas que querem defender a liberdade deveriam cooperar para evitar a própria possibilidade da existência de um governo. Isso não pode ser um projeto puramente institucional, deve transcender qualquer conjunto particular de instituições, senão terá as mesmas limitações.

A idéia de que instituições democráticas poderiam proteger os direitos de indivíduos serve para justificar o poder estatal às custas da liberdade pessoal.* Isso implica que, para preservar certo nível de liberdade condicional para os indivíduos, o governo deve possuir a autoridade máxima — a capacidade de tirar a liberdade de todo mundo. Usando o pretexto de que, como Isaiah Berlin disse, "a liberdade para o lobo é a morte do cordeiro", o estado procura produzir ovelhas, reservando para si mesmo o papel de lobo.

Mas e se ao invés de pensar a liberdade como um jogo de soma-zero a ser regulado pelo estado, imaginarmos ela como algo cumulativo? Se as outras pessoas aceitarem a tirania, nós também teremos que viver sob ela; mas quando elas resistem, criam oportunidades para fazermos o mesmo. Se entendemos a liberdade como uma relação com o nosso potencial produzida coletivamente ao invés de uma bolha estática de direitos privados, ser livre não é apenas questão de estar protegido pelas autoridades, mas o projeto de criar espaços de possibilidade sem limites. Nessa visão, a liberdade de uma pessoa contribui com a liberdade de todas,† enquanto que quanto mais força coercitiva for centralizada, menos liberdade há pra todo mundo.

* Veja Walter E. Williams, "Democracy or a Republic".

† "Sou verdadeiramente livre somente quando todos seres humanos, homens e mulheres, forem igualmente livres. A liberdade das outras pessoas, longe de negar ou limitar minha liberdade, é, pelo contrário, a sua necessária premissa e confirmação." — Mikhail Bakunin

O Consentimento dos Governados

"Somente o povo presente e realmente reunido em assembléia é o povo e produz o público... A famosa tese de Rousseau de que o povo não pode ser representado* baseia-se nesta verdade. Ele não pode ser representado pois ele deve estar presente, e somente algo ausente, não algo presente, pode ser representado. Como um povo presente e realmente reunido em assembléia, ele existe na democracia pura com o maior grau possível de identidade."

– Carl Schmitt†, Teoria Constitucional

O Artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas estabelece que "A vontade do povo deve ser a base da autoridade do governo." Os governos derivam a sua legitimidade "do consentimento dos governados", diz a Declaração de Independência dos E.U.A. Mas como determinamos se os governados deram o seu consentimento?

* "No momento em que um povo define seus representantes, ele deixa de ser livre." — Jean Jacques Rousseau, Do Contrato Social

† Movimentos que enfatizam a presença física em espaços públicos, como o Occupy Wall Street, compartilham dessa prioridade com nazistas como Carl Schmitt, chefe jurista do regime de Hitler na Alemanha. Esta é a forma mais antiga de democracia — espartana, não ateniana — *onde as massas* legitimam um movimento ou partido de governo como seu representante aclamando-o pessoalmente, em vez de por eleições.

Vamos começar com os casos mais revoltantes. Hoje bem mais de um bilhão de pessoas vivem sob regimes explicitamente autoritários que todavia se proclamam democráticos. Podemos iniciar identificando quais denominadores em comum essas auto-denominadas democracias compartilham com governos como o que prevalece nos Estados Unidos.

De certa forma, não pode haver governo sem a participação dos governados; não há *kratos* sem os *demos*.[‡] Logo, em uma das pontas do espectro das supostas democracias, encontramos regimes como a República Popular da China — que Mao, seguindo os passos de Lenin,[§] batizou de *"a ditadura democrática popular"*.[¶]

Se democracia é apenas uma forma de governo popular através de representantes, essas três palavras não necessariamente se contradizem. Vencer uma eleição é uma das formas de alegar a legitimidade de ter sido escolhido pelo povo; ser aclamado nas ruas ou instituído através da violência popular são outras formas. Na antiga Esparta, os líderes eram eleitos para o conselho de anciões na base do grito — vencia o candidato que recebesse a salva de aplausos mais alta.[**] O termo técnico para isso é *aclamação*. Os governos democráticos que tomaram o poder pela primeira vez nas revoluções francesas de 1848 e 1870 foram escolhidos de forma muito parecida: as pessoas revolucionárias propunham listas de representantes para a massa reunida das janelas do Hôtel de Ville,

‡ Em Vigiar e Punir e outras obras, Foucault oferece um argumento convincente disso, ressaltanco como as pessoas em todos os níveis da sociedade contribuem com a perpetuação das hierarquias.

§ Por exemplo, em "A Ditadura Democrático-Revolucionária do Proletariado e Campesinato". Duas gerações mais tarde, as crianças que cresceram na URSS *foram* ensinadas de que o mundo era dividido em duas zonas: os *países* democráticos (aqueles sob o governo ou influência soviética) e os países imperialistas (na esfera de influência dos E.U.A.).

¶ "O direito de votar pertence somente ao povo, não aos reacionários. A combinação desses dois aspectos, democracia para o povo e ditadura para os reacionários, é a ditadura democrática do povo." — Mao Tse-tung, "Sobre a Ditadura Democrática Popular"

** Veja por exemplo "*Shouts, Murmurs and Votes: Acclamation and Aggregation in Ancient Greece*", de Melissa Schwartzberg.

para medir a reação popular. Em 2015, na Macedônia, o governo e a oposição chamaram manifestações de rua, cada um lutando para validar a sua reivindicação do poder ao mobilizar mais pessoas — eleições por agrupamento ao invés de cédulas eleitorais. Se, como Barack Obama, considerarmos *democrática* a revolução de 2011 no Egito*, nós também estaremos validando a interação violenta como meio de legitimar governos.

E se as pessoas podem escolher um governo através do grito ou da violência popular, não é forçar a barra imaginar que elas também possam escolher um governo *fazendo nada*. Muitos ditadores já desfilaram frente ao povo com a mesma aclamação que elegeu políticos em Esparta e Paris. As habitantes da República Popular da Coréia do Norte não teriam derrubado Kim Jong-il se elas quisessem? E se aceitarmos que elas não o fizeram porque não podiam, o que isso nos diz sobre aquelas pessoas que consentem ao governo nas democracias "reais" como os Estados Unidos? Talvez, independentemente de se elas podem votar em eleições, elas aceitam a imposição da lei apenas porque não são capazes de se defender contra o exército mais poderoso da história do sistema solar. Nós escolhemos os governos que nos governam porque nós os queremos, ou nós os queremos porque não temos escolha?

Isto é um problema se você pensa que os governos tiram a sua legitimidade do consentimento dos governados. Para essa alegação valer, deve ser suficientemente fácil derrubar todo o aparato do estado de forma que qualquer maioria o possa fazer sem muito trabalho. Liberdade real não é apenas uma questão de quanta participação nos é oferecida *dentro* de uma certa estrutura, mas de quão facilmente podemos mudá-la.

* Veja *"Remarks by the President on Egypt"*, 11 de fevereiro de 2011. Alguém poderia fazer a objeção de que as revoluções estadunidense, francesa e egípcia são consideradas "democráticas" não porque representaram o povo escolhendo uma nova forma de governo, mas porque elas criaram as condições para que as eleições fossem conduzidas de forma correta. Mesmo assim, ainda estamos com o hábito de enxergar essas revoluções como "a vontade do povo" de alguma forma — senão de onde vem a legitimidade dos processos eleitorais que elas instituíram?

A Democracia Original

"Devemos acreditar que antes de Atenas, nunca ocorreu a ninguém, em nenhum lugar, a idéia de reunir todas as pessoas de sua comunidade para tomar decisões conjuntas de forma que todo mundo tivesse voz igual?"

– David Graeber, *Fragmentos de uma Antropologia Anarquista*

Na antiga Atenas, o tão celebrado "berço da democracia", nós já vemos a exclusão e a coerção que têm sido as características essenciais dos governos democráticos desde então. Somente homens adultos com treinamento militar podiam votar; mulheres, escravos, endividados e todos que não tinham sangue ateniense estavam excluídos. No melhor dos casos, a democracia envolvia menos de um quinto da população.

De fato, a escravidão era mais comum na antiga Atenas do que em outras cidades-estado gregas, e as mulheres tinham menos direitos comparado aos homens. Maior igualdade entre os cidadãos masculinos aparentemente significava maior união contra mulheres e estrangeiros. O espaço das políticas participativas era uma comunidade cercada.

† Procedimentos de assembléias e cortes na antiga Atenas aconteciam na *ágora*, um mercado cercado de templos onde também acontecia o mercado de escravos. Aqui vemos o embrião de todos os pilares de nossa sociedade — economia, igreja, estado e povo — e a desigualdade e exclusão intrínseca a eles. Podemos compreender a ágora como uma zona de competição unificada, onde quatro moedas intercambiáveis delineiam os desequilíbrios graduados de poder. A assembléia ateniense era conhecida como Ekklēsia, a mesma palavra usada mais tarde para denotar a Igreja Cristã — duas formas interligadas de definir o corpo social que é considerado como "o povo".

TODOS TERÃO UMA PARCELA DE TUDO E TODA PROPRIEDADE SERÁ UM BEM COMUM; NÃO HAVERÃO MAIS RICOS OU POBRES; EU VOU COMEÇAR TRANSFOR-MANDO A TERRA, O DINHEIRO, TUDO QUE É PRIVADO EM BENS COMUNS.
MAS QUEM IRÁ ARAR O SOLO?
OS ESCRAVOS, É CLARO.

Nós podemos mapear as fronteiras desta comunidade cercada na oposição ateniense entre público e privado – entre *polis* e *oikos**. A *polis*, a cidade-estado grega, era um espaço de discursos públicos onde os cidadãos interagiam como iguais. Em contraste, a *oikos*, o lar, era um espaço hierárquico no qual os homens proprietários reinavam supremos – uma zona fora da jurisdição da política, mas que serve como sua fundação. Nesta dicotomia, a *oikos*, representa tudo que provê os recursos que sustentam a política, mas é tida como algo que a precede e portanto está fora dela.

Estas categorias seguem conosco ainda hoje. As palavras *política* ("os assuntos da cidade") e *polícia* ("a administração da cidade") vem de *polis*, enquanto *economia* ("o gerenciamento do lar") e *ecologia* ("o estudo do lar") derivam de *oikos*.

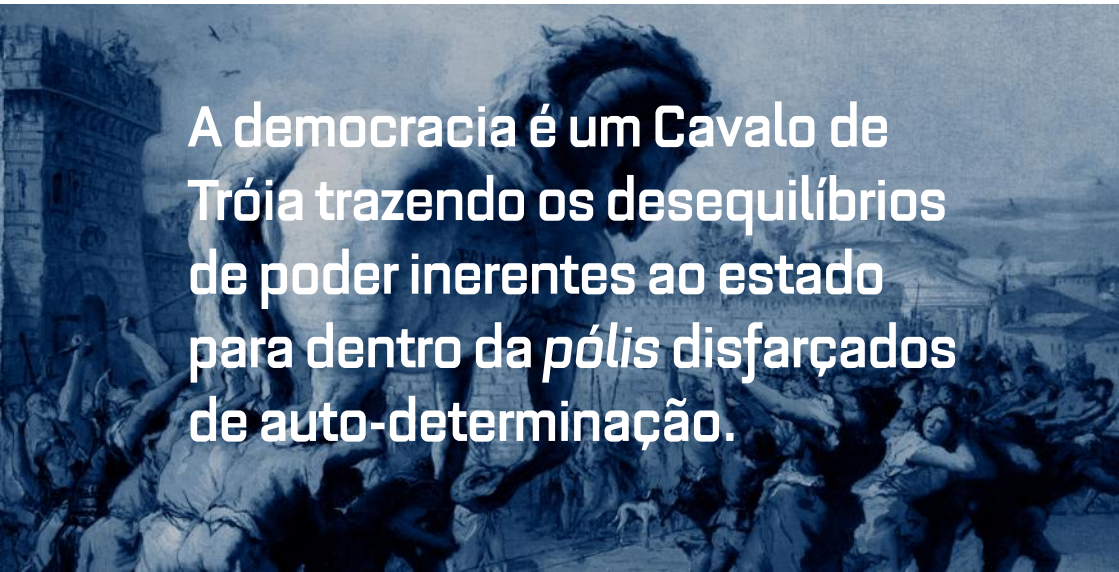
A democracia ainda se baseia nesta divisão. Enquanto houver distinção política entre público e privado, tudo desde o lar (o espaço patriarcal de intimidade que sustenta a ordem dominante com trabalho invisível e não remunerado†) até continentes e povos inteiros (como a África durante o período colonial – ou até mesmo a negritude em si‡) pode ser deixado de fora da esfera da política. Da mesma forma, a instituição da propriedade e a economia de mercado que ela produz, que tem servido de apoio à democracia desde a sua origem, são postas como inquestionáveis ao mesmo tempo em que são protegidas e reguladas pelo aparato político.

Felizmente, a antiga Atenas não é a única referência para a tomada de decisões igualitária. Uma rápida olhada em outras socie-

* Para mais informações sobre o assunto, consulte *Contract and Contagion: From Biopolitics to Oikonomia*.

† Neste contexto, argumentar que "o pessoal é político" constitui uma rejeição feminista da dicotomia entre *oikos* e *polis*. Mas se compreende-se este argumento como significando que o pessoal, também, deveria ser objeto da tomada de decisões democrática, isso apenas expandirá a lógica do governo a aspectos adicionais da vida. A verdadeira alternativa é afirmar *múltiplos espaços de poder*, argumentando que a legitimidade não deve ser confinada a um único espaço, então as decisões tomadas nos lares não serão subordinadas àquelas feitas nos espaço da política formal.

‡ Cf. Frank B. Wilderson, III, "The Prison Slave as Hegemony's (Silent) Scandal."

dades revela vários outros exemplos, muitos dos quais não são afirmados na exclusividade ou na coerção. Mas devemos classificá-los como *democracias*, também?

Em sua obra *Fragmentos de uma Antropologia Anarquista*, David Graeber critica seus colegas por identificarem Atenas como origem da democracia; ele conjetura que os modelos das Seis Nações, dos Amazigh, dos Sulawezi ou do povo Tallensi, não recebem tanta atenção simplesmente porque nenhum deles é centrado no voto. Por um lado, Graeber está certo em chamar nossa atenção para sociedades que se preocupam em construir o consenso ao invés de praticar a coerção: muitas delas incorporam os melhores valores associados à democracia de forma muito melhor que a antiga Atenas. Por outro lado, não faz sentido para nós rotularmos esses exemplos como verdadeiramente democráticos enquanto questionamos as credenciais democráticas dos gregos, que inventaram o termo. Isso também é etnocentrismo: afirmar o valor de exemplos não-ocidentais concedendo-lhes status honorário em nosso paradigma admitidamente inferior.* Em vez disso, vamos aceitar que a democracia, como prática histórica específica originária de Esparta e Atenas e imitada por todo o mundo, não alcançou os padrões estabelecidos por muitas dessas outras sociedades, e não faz sentido chamá-las de democráticas. Seria mais responsável, e mais preciso, descrevê-las e honrá-las em seus próprios termos.

No fim das contas, isto nos deixa com Atenas como a democracia original. E se Atenas se tornou tão influente não por causa

* Parte desta confusão vem do fato de Graeber simplesmente usar democracia como sinônimo de "processos igualitários de tomada de decisões", como ele faz em seu ensaio "There Never Was a West". Graeber reconhece casualmente que a tradição que remonta à Grécia se distingue dos outros exemplos de tomada de decisão igualitária pela centralidade do voto, mas ele não se aprofunda nessa diferença. Conseqüentemente, ele chega em um paradoxo: "Pelos últimos duzentos anos, democratas vêm tentando enxertar ideais de autogovernança popular no aparato coercitivo do estado. No fim, o projeto é simplesmente impraticável. Os estados não poderão, por sua natureza, nunca serem democratizados." Mas a antiga Atenas também era um estado, e não menos coercitivo que as democracias de hoje. O problema não é que, como Graeber argumenta, "o estado democrático sempre foi uma contradição", mas sim que Graeber não resolveu as contradições na sua própria taxonomia política.

da liberdade mas pela forma como usava a política participativa pra fortalecer o estado? Na época, a maioria das sociedades da história humana tinham sido sem estado; algumas eram hierárquicas, outras horizontais, mas nenhuma sociedade sem estado possuia o poder centralizado de *kratos*. Os estados que existiam, por contraste, não eram nada igualitários. Os atenienses inovaram com um formato híbrido onde a horizontalidade coexistia com a exclusão e a coerção. Se você aceita que o estado é desejável ou pelo menos inevitável, isso é atraente. Mas se o estado é a raiz do problema, então a escravidão e o patriarcado da antiga Atenas não eram irregularidades precoces no modelo democrático, mas indicações dos desequilíbrios de poder codificados em seu DNA desde o princípio.

A democracia é um Cavalo de Tróia trazendo os desequilíbrios de poder inerentes ao estado para dentro da *pólis* disfarçados de auto-determinação.

Democracia Representativa: Um Mercado para o Poder

O governo dos E.U.A. tem mais em comum com a república da Roma antiga do que com Atenas. Ao invés de governar diretamente, os cidadãos romanos elegiam representantes para encabeçar uma complexa burocracia. Enquanto o território romano se expandia e a riqueza enchia seus cofres, pequenos fazendeiros perdiam o seu sustento e uma massa de desalojados inundou a capital; o descontentamento forçou a República a estender os direitos de voto para segmentos cada vez maiores da população, mas a inclusão política não adiantou para impedir a estratificação da sociedade romana. Tudo isso parece vagamente familiar.

A República Romana terminou quando Júlio César chegou ao poder; a partir daí, Roma foi governada por imperadores. Mas pouca coisa mudou para o romano comum. A burocracia, o exército, a economia e os tribunais continuaram a funcionar da mesma forma.

Vamos avançar dezoito séculos até a Revolução Norte-Americana. Indignados por terem que pagar impostos para um governo no qual não tinham representação, os súditos norte-americanos do Império Britânico se rebelaram e estabeleceram a sua própria democracia representativa*, que logo ficou completa com um Senado ao estilo romano. Mas mais uma vez, a função do estado permaneceu inalterada. As pessoas que lutaram para se livrar do rei descobriram que pagar impostos para um governo no qual *tinham* representação era pouco diferente. O resultado foi uma série de revoltas – a Rebelião de Shay (1786-87), a Rebelião do Whisky (1794), a Rebelião de Frie (1799-1800), e outras – todas as quais foram brutalmente reprimidas. O novo governo democrático obteve

* Este é um paradoxo fundamental dos governos democráticos: estabelecidos através de um crime, eles santificam a lei — legitimando uma nova ordem de dominação como a realização e continuação de uma revolta.

"Aquelas pessoas que acreditam em uma clara distinção entre democracia e monarquia não conseguem enxergar como uma instituição política pode passar por tantas transformações e mesmo assim continuar a mesma. Mas uma olhada rápida nos mostra que em toda a evolução da monarquia inglesa, com todas suas ampliações e revoluções, e mesmo com o seu salto através do mar para uma colônia que se tornou uma nação independente e então um poderoso Estado, as mesmas atitudes e funções estatais foram preservadas essencialmente sem qualquer mudança."

– Randolph Bourne, *The State*

sucesso em pacificar a população quando o Império Britânico fracassou, graças à lealdade de muitas pessoas que tinham se revoltado contra o rei. Desta vez, elas ficaram do lado das autoridades: pois afinal esse novo governo os *representava*, não é mesmo?†

Esta história se repetiu muitas e muitas vezes. Na revolução francesa de 1848, o chefe do departamento de polícia do governo provisório entrou no escritório deixado pelo chefe do departamento de polícia do rei e assumiu os mesmos documentos que seu antecessor havia deixado. No século 20, nas transições de di-

† "Obediência à lei é a verdadeira liberdade", lê-se em um memorial aos soldados que suprimiram a Rebelião de Shay.

"Uma Assembléia Constituinte é o meio utilizado pelas classes privilegiadas, quando uma ditadura não é possível, ou para prevenir uma revolução, ou, quando uma revolução já explodiu, para parar o seu progresso com a desculpa de o estar legalizando, e para retomar o quanto for possível dos ganhos que o povo teve durante o período revolucionário."

– Errico Malatesta, "Against the Constituent Assembly as against the Dictatorship"

taduras para democracias na Grécia, Espanha e Chile, e mais recentemente na Tunísia e no Egito, os movimentos sociais que derrubaram ditadores tiveram que lutar contra a mesma polícia, que agora respondia ao regime democrático. Isso é o *kratos*, o que Bill Moyers tem chamado de Estado Profundo (Deep State), passando de um regime para o seguinte.

Leis, tribunais, prisões, agências de inteligência, cobradores de impostos, exércitos, polícia: a maioria dos instrumentos de poder coercitivo que consideramos opressivos em uma monarquia ou ditadura operam da mesma maneira em uma democracia. É por isso que um mesmo governo pode transitar ininterruptamente entre impor as decisões de uma minoria e aplicar o governo da maioria. Mesmo assim, quando nos permitem votar em uma urna para decidir quem supervisionará essas instituições, é mais provável que as enxerguemos como *nossas*, mesmo quando são usadas contra nós. Esse é o maior feito de dois séculos e meio de revoluções democráticas: ao invés de abolir os meios através dos

quais os reis governavam, elas *popularizaram* esses meios.

A transferência de poder dos governantes para assembléias serviu para parar prematuramente os movimentos revolucionários desde a Revolução Norte-Americana. Ao invés de implementar as mudanças que queriam através da ação direta, os rebeldes confiaram essa tarefa a seus novos representantes no comando do estado – somente para verem seus sonhos serem traídos.

O estado é de fato poderoso, mas uma coisa que ele não pode fazer é dar liberdade aos seus súditos. Ele não pode, pois o seu próprio ser deriva da sua sujeição. Ele pode sujeitar os outros, ele pode comandar e concentrar recursos, ele pode impor deveres e tarefas, ele pode distribuir direitos e concessões – os prêmios de consolação para os governados – mas ele não pode oferecer autodeterminação. *Kratos* pode dominar, mas não pode libertar.

Ao invés disso, a democracia representativa promete a oportunidade de governarmos uns aos outros de forma rotativa: uma monarquia distribuída e temporária, tão difusa, dinâmica, mas ainda hierárquica como o mercado de ações. Na prática, uma vez que esse poder é delegado, ainda existem governantes que detém um imenso poder comparado a todos os demais. Geralmente, como as famílias Bush e Clinton, eles vêm de uma classe dominante de fato. Essa classe dominante tende a ocupar os escalões superiores de todas as outras hierarquias de nossas sociedade, formais e informais. Mesmo que um político cresça no meio do povo, quanto mais tempo ele exercitar a autoridade, mais os seus interesses divergirão dos interesses dos governados. O verdadeiro problema não são as intenções dos políticos; é o aparato do estado em si.

Competindo pelo direito de dirigir o poder coercitivo do estado, os competidores nunca questionam o valor do estado em si, mesmo que na prática eles sempre se encontrem na ponta que recebe a sua força. A democracia representativa oferece uma válvula de escape: quando as pessoas estão descontentes, elas se voltam para as próximas eleições, aceitando o estado como inevitável. E de fato, se você quer parar a ganância das corporações e a devastação ambiental, não é o estado o único instrumento poderoso o suficiente para isso? Ignorando assim o fato de que foi o estado que estabeleceu as condições que tornaram isso possível em primeiro lugar.

Basta de falar da desigualdade na política e na democracia. E a desigualdade econômica que tem servido à democracia desde o princípio? Você acharia que um sistema baseado no governo da maioria iria diminuir a desigualdade entre ricos e pobres, uma vez que os pobres são a maioria. Ainda assim, como na Roma antiga, o atual crescimento da democracia é acompanhado de abismos enormes entre quem tem e quem não tem. Como pode ser?

Assim como o capitalismo sucedeu ao feudalismo na Europa, a democracia representativa provou-se mais sustentável que a monarquia pois ela oferecia mobilidade dentro das hierarquias do estado. O dólar e a urna são mecanismos para distribuir poder hierarquicamente de forma que alivie as pressões sobre as próprias hierarquias. Em contraste com a inércia política e econômica da era feudal, o capitalismo e a democracia redistribuem o poder ininterruptamente. Graças à essa flexibilidade dinâmica, o possível rebelde tem mais chances de melhorar o seu status dentro da ordem vi-

"Eleições livres para mestres não representam a abolição dos mestres de escravos. Poder escolher entre uma grande variedade de bens e serviços não significa liberdade se esses bens e serviços sustentam controles sociais sobre uma vida de trabalho e medo – isto é, se eles sustentam a alienação. E a reprodução espontânea de necessidades sobrepostas pelo indivíduo não estabelece autonomia; ela apenas testemunha a eficácia dos controles."

– Herbert Marcuse, One-Dimensional Man

gente do que de derrubá-la. Conseqüentemente, a oposição costuma reenergizar o sistema político ao invés de ameaçá-lo.

A democracia representativa está para a política como o capitalismo está para a economia. Os desejos do consumidor e do eleitor são representados por valores que prometem o empoderamento individual mas ainda assim concentram continuamente o poder no topo da pirâmide. Enquanto o poder estiver concentrado lá, é muito fácil bloquear, comprar ou destruir qualquer pessoa que ameace a pirâmide em si.

Isso explica por que, quando os ricos e poderosos vêm os seus interesses ameaçados pelas instituições da democracia, eles foram capazes de suspender a lei para lidar com o problema – veja o destino cruel dos irmãos Gracchi na Roma antiga, e de Salvador Allende no Chile moderno, políticos que chegaram ao poder atra-

vés de eleições democráticas somente para serem derrubados por ameaçarem distribuir a riqueza. Dentro da estrutura do estado, a propriedade sempre pisoteou a democracia*.

* O capitalista "libertário" alega que até mesmo as atividades do mais democrático dos governos interferem com o funcionamento puro do mercado livre, já quem defende a democracia pura pode ter certeza de que enquanto existir desigualdade econômica, os ricos sempre terão influência desproporcional até mesmo sobre os processos democráticos mais cuidadosamente construídos. De fato, tanto o capitalista libertário quanto o democrata puro estão perseguindo o fogo fátuo, pois governo e economia são inseparáveis. O mercado depende do estado para defender o direito à propriedade, enquanto, no fundo, a democracia é uma forma de transferir, combinar e investir poder político: ela é um mercado para a ação e influência.

"Na democracia representativa, assim como na competição capitalista, todo mundo supostamente tem uma chance, mas apenas umas poucas pessoas podem chegar ao topo. Se você não venceu, você não deve ter se esforçado muito! É a mesma racionalização usada para justificar as injustiças do sexismo e do racismo: vejam, seus preguiçosos, vocês poderiam ser o Gilberto Gil ou a Dilma se vocês tivessem se esforçado mais. Mas não existe espaço suficiente no topo para todos nós, não importa o quanto nos esforcemos.

Quando a realidade é gerada pela mídia e o acesso à mídia é determinado pela riqueza, as eleições são simplesmente campanhas publicitárias. A competição do mercado irá ditar quais lobistas terão recursos para determinar o cenário no qual os eleitores tomarão suas decisões. Nessas circunstâncias, um partido político é simplesmente uma empresa oferecendo oportunidades de investimento no governo. É tolice esperar que representantes políticos se oponham aos interesses de seus clientes quando dependem diretamente do seu poder."

– Coletivo de Trabalhadores CrimethInc., *Work*

Democracia Direta I: Vamos deixar os smartphones decidirem?

"A verdadeira democracia existe somente na participação direta do povo, e não através da atividade de representantes. Parlamentos têm sido uma barreira legal entre o povo e o exercício da autoridade, excluindo as massas da política significativa e monopolizando a soberania em seu lugar. As pessoas ficam apenas com uma fachada de democracia, cuja manifestação são longas filas para depositar suas cédulas eleitorais".

– Mu'ammer al Gaddafi, *O Livro Verde*

Isso nos traz ao presente. A África e a Ásia estão presenciando novos movimentos em favor da democracia; enquanto isso, muitas pessoas na Europa e nas Américas que estão desiludidas com os fracassos da democracia representativa colocaram as suas esperanças na democracia direta, trocando o modelo da República Romana para o modelo mais antigo de Atenas. Se o problema é que o governo não responde às suas necessidades, a solução não seria deixar o governo mais participativo, de forma que exerceremos o poder nós mesmos diretamente ao invés de delegá-lo a políticos?

Democracia eletrônica.

Mas o que exatamente isto significa? Significa referendos periódicos, como o que resultou no Brexit?* Significa votar em leis ao invés de votar em deputados? Significa derrubar o governo atual e instituir um governo de assembleias federadas em seu lugar? Ou outra coisa?

Por um lado, se a democracia direta é apenas uma forma mais participativa e mais demorada de dirigir o estado, ela pode nos oferecer mais influência nos detalhes do governo, mas vai preservar a centralização de poder que é inerente a ele. Temos um problema de escala aqui: podemos imaginar 140 milhões de eleitores diretamente conduzindo as atividades do governo brasileiro? A resposta padrão é que assembléias locais enviariam representantes a assembléias regionais, que por sua vez enviariam representantes a uma assembléia nacional – mas assim, mais uma vez, estamos falando de democracia representativa. Na melhor das hipóteses, ao invés de eleger representantes periodicamente, podemos imaginar uma incessável série de referendos decretados lá de cima.

* Em junho de 2016, a Grã-Bretanha votou em um referendo para sair da União Européia. Saudado pelos nacionalistas como um triunfo da democracia direta, isso inspirou os partidos de extrema-direita da Holanda e Alemanha a adicionarem referendos periódicos em suas plataformas partidárias.

Uma das versões mais robustas dessa visão é a democracia digital, ou e-democracia, promovida por vários Partidos Piratas. Na teoria, podemos imaginar uma população conectada através da tecnologia digital, tomando todas as decisões sobre a sua sociedade pelo voto da maioria em tempo real. Em um sistema assim, o governo da maioria ganharia uma legitimidade irresistível; e mesmo assim o maior poder estaria nas mãos dos tecnocratas que administrariam o sistema. Codificando os algoritmos que decidiriam quais informações e quais questões seriam votadas, eles moldariam a estrutura conceitual dos participantes de uma forma milhares de vezes mais invasiva que as atuais propagandas políticas em ano de eleição.

Mas mesmo se pudéssemos fazer tal sistema funcionar perfeitamente – nós queremos manter o governo centralizado da maioria em primeiro lugar? O simples fato de ser participativo, não torna um sistema político menos coercitivo. Enquanto a maioria tiver a capacidade de impor as suas decisões sobre a minoria, estamos falando de um sistema político idêntico em espírito ao que governa o Brasil hoje – um sistema que também precisaria de prisões, polícia, cobradores de impostos, ou então, outras formas de realizar as mesmas funções. Se hoje já é difícil reunir as pessoas pra protestar contra a polícia racista, imagine como seria mais difícil argumentar que essa polícia é ilegítima se os cidadãos de uma comunidade predominantemente branca estivessem dirigindo as operações policiais através de seus smartphones, democraticamente.

A verdadeira liberdade não é uma questão de quão participativo é o processo de responder perguntas, mas de até onde podemos definir as perguntas nós mesmos – e da possibilidade de impedirmos que os outras pessoas imponham suas respostas sobre nós. As instituições que operam em uma ditadura ou em um governo eleito não são menos opressivas quando são utilizadas diretamente por uma maioria sem a mediação de representantes. Em última análise, até mesmo o estado mais diretamente democrático é melhor em concentrar poder do que em maximizar a liberdade.

"O projeto digital de reduzir o mundo à representação se assemelha ao programa da democracia eleitoral, onde somente representantes agindo através de canais pré-estabelecidos podem exercer o poder. Ambos se opõem a tudo que é incomputável e irredutível, forçando toda humanidade dentro de um padrão uniforme arbitrário. Moldada como democracia eletrônica, eles apresentariam a oportunidade de votarmos em uma vasta gama de assuntos, enquanto tornariam a própria infraestrutura inquestionável *– quanto mais participativo for um sistema, mais 'legítimo'".*

– CrimethInc., "Desertando a Utopia Digital"

"Para começar, a democracia não é uma forma de Estado. Ela é, em primeiro lugar, a realidade do poder popular que nunca pode coincidir com a forma de um Estado. Sempre haverá tensão entre a democracia como exercício de um poder compartilhado para pensar e agir, e o Estado, cujo próprio princípio é se apropriar do poder... O poder dos cidadãos é, acima de tudo, o poder de agirem por si mesmos, de se constituírem em uma força autônoma. A cidadania não é uma prerrogativa ligada ao fato de estar registrado como habitante e eleitor em um país; ela é, acima de tudo, um exercício que não pode ser delegado."

– Jacques Rancière
entrevistado em *Público*, 15 de janeiro de 2012.

Democracia Direta II: Governo Sem o Estado?

Nem todo mundo acredita que democracia é uma forma de governo do estado. Alguns defensores da democracia tentaram transformar o discurso, argumentando que a verdadeira democracia só acontece fora do estado e em oposição ao seu monopólio de poder. Para oponentes do estado, essa parece ser uma manobra estratégica, pois se apropria da legitimidade investida na democracia ao longo de três séculos de movimentos populares e propaganda estatal auto-elogiosa. Mas existem três problemas fundamentais com esta abordagem.

Primeiro, ela ignora a história. A democracia surgiu como uma forma de governo estatal; praticamente todos exemplos históricos conhecidos de democracia foram executados via estado ou pelo menos por pessoas que aspiravam governar. As associações positivas que temos com a democracia como conjunto de aspirações abstratas vieram só mais tarde.

Em segundo lugar, ela cria confusão. As pessoas que promovem a democracia como alternativa ao estado raramente traçam uma distinção significativa entre os dois. Se você descartar a representação, a força coercitiva e o estado de direito, mas mantiver todas as outras características que fazem da democracia uma forma de governo – a cidadania, o voto e a centralização da legitimidade em uma estrutura única de tomada de decisões – você acaba ficando com os processos do governo sem os mecanismos que os tornam *eficazes*. Isso combina o pior dos dois mundos. Isso praticamente garante que quem se aproximar da democracia anti-estado esperando que cumpra a mesma função que o estado se desapontará, enquanto cria uma situação na qual a democracia anti-estado terá a tendência de reproduzir as dinâmicas associadas à democracia de estado em escala menor.

E por último, é uma batalha perdida. Se o que você quer dizer com a palavra democracia só pode ocorrer fora da estrutura do estado, usar um termo que tem sido associado com a política estatal

por 2.500 anos irá criar uma ambiguidade considerável*. No fim das contas, a maioria das pessoas irá assumir que o que você chama de democracia é compatível com governo. Isso prepara o terreno para que estratégias e partidos estatistas reconquistem a legitimidade com o público, mesmo depois de terem sido completamente desacreditados. Durante os protestos anti-governo de 2011, os partidos políticos Podemos e Syriza ganharam impulso nas praças ocupadas de Barcelona e Atenas graças à sua retórica sobre democracia direta, somente para conseguirem chegar no governo onde agora se comportam como qualquer outro partido político. Eles ainda estão fazendo democracia, apenas de forma mais *eficiente* e *concreta*. Sem uma linguagem que diferencie o que eles fazem no parlamento do que o que as pessoas estavam fazendo nas praças, este processo irá se repetir muitas vezes.

Quando nós identificamos o que fazemos quando estamos nos opondo ao estado como a prática da *democracia*, nós preparamos o terreno para que nossos esforços sejam reabsorvidos por estruturas representativas maiores. Democracia não é apenas uma forma de gerenciar o aparato do governo, mas também uma maneira de recriá-lo e legitimá-lo. Candidatos, partidos, regimes e mesmo a forma de governo podem mudar de tempos em tempos, quando se torna claro que não podem solucionar os problemas de seus constituintes. Desta forma, o próprio governo – a fonte de pelo menos alguns desses problemas – consegue sobreviver. A democracia direta é apenas o seu rosto mais novo.

* A objeção de que as democracias que governam o mundo hoje não são democracias reais é uma variação da clássica "Falácia do Escocês de Verdade". Se, quando investigado, se descobre que nenhuma democracia existente faz jus ao que você quer dizer com a palavra, você pode estar precisando de uma expressão diferente para aquilo que você está tentando descrever. Isso é como os comunistas que, confrontados com todos os regimes comunistas repressivos do século 20, protestam alegando que nenhum deles foi propriamente comunista. Quando uma idéia é tão difícil de implementar que centenas de milhões de pessoas equipadas com uma porção considerável dos recursos da humanidade e dando o melhor de si durante um período de séculos não conseguem produzir um único modelo funcional, é hora de voltar para a prancheta. Dê a anarquistas um décimo das oportunidades que os marxistas e democratas tiveram, e então poderemos conversar sobre se a anarquia funciona!

"Todo mundo deve ser governante e governado simultaneamente, ou então um sistema de governantes e dominados é a única alternativa... Liberdade, em outras palavras, só pode ser mantida através do compartilhamento de poder político, e esse compartilhamento acontece pelas instituições políticas."

– Cindy Milstein, "Democracy Is Direct"

Mesmo sem as conhecidas armadilhas do estado, qualquer forma de governo precisa de alguma forma de determinar quem pode participar da tomada de decisões e em quais termos – mais uma vez, quem é considerado como *demos*. Essas estipulações podem ser vagas num primeiro momento, mas se tornarão mais concretas quando a instituição envelhece e quando os riscos aumentam. E se não houver como fazer cumprir as decisões – se não houver *kratos* – os processos de tomada de decisões do governo não terão mais peso que as decisões tomada pelas pessoas de forma autônoma.† Este é o paradoxo de um projeto que busca o *governo* sem o estado.

Estas contradições ficam claras o suficiente no municipalismo libertário de Murray Bookchin como uma alternativa ao governo estatal.‡ No municipalismo libertário, Bookchin explica, uma organização exclusiva e abertamente vanguardista, governada por leis e uma Constituição, tomaria as decisões pelo voto da maioria. Candidatos

† Sem instituições formais, as organizações democráticas freqüentemente fazem cumprir as suas decisões deslegitimando ações iniciada fora das suas estruturas e encorajando o uso da força contra elas. Daí a clássica cena na qual organizadores do protesto atacam manifestantes por terem feito algo que não havia sido debatido com antecedência através de um processo democrático.

‡ Cf. o artigo de Bookchin "Thoughts on Libertarian Municipalism" em Left Green Perspectives nº41, janeiro de 2000.

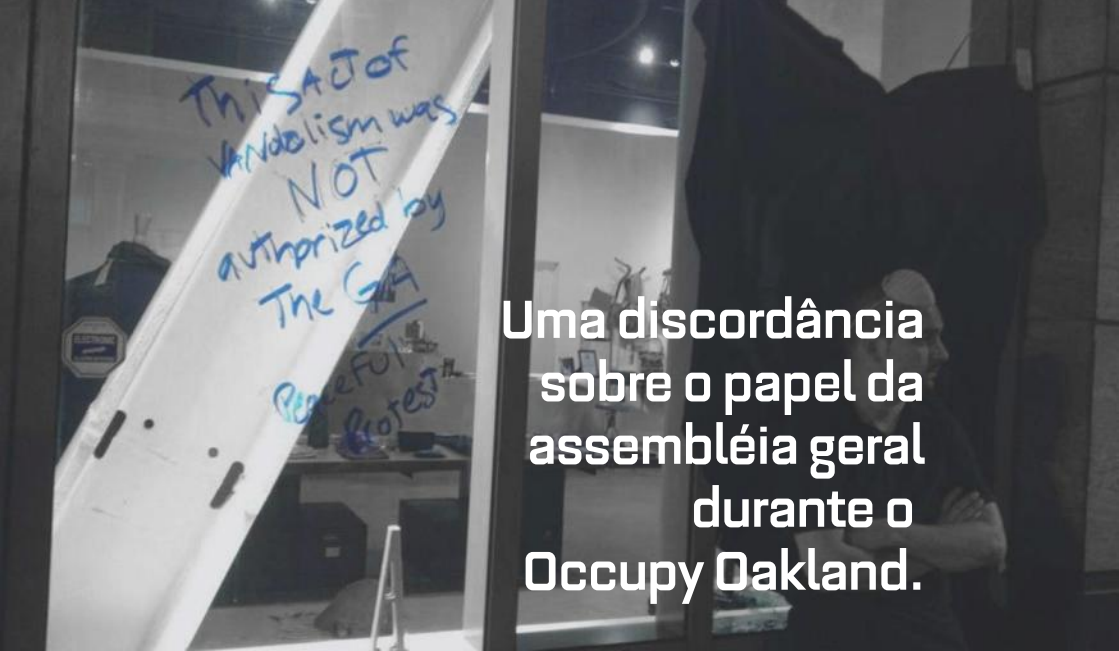
concorreriam em eleições do conselho municipal, com o objetivo a longo prazo de estabelecer uma confederação que substituiria o estado. Uma vez que a confederação estiver estabelecida, a participação será obrigatória mesmo que os municípios participantes queiram desistir. Quem tenta manter o governo sem o estado provavelmente terminará com algo parecido com o estado, mas com outro nome.

A distinção importante não é entre democracia e estado, mas entre governo e auto-determinação. Governo é o exercício da autoridade sobre um determinado espaço ou estado: quer o processo seja ditatorial ou participativo, o resultado final será a imposição do controle. Por contraste, a auto-determinação significa que cada um poderá dispor do seu potencial de acordo com seus próprios termos: quando as pessoas a praticam juntas, elas não estão governando umas às outras, mas alimentando uma autonomia cumulativa. Acordos aceitos livremente não precisam de imposição; já sistemas que concentram a legitimidade em uma única instituição ou processo de tomada de decisões sempre precisam.

É estranho usar a palavra *democracia* para a ideia de que o estado é inerentemente indesejado. A palavra correta para esta ideia é *anarquismo*. O anarquismo se opõe a toda exclusão e dominação em favor de uma descentralização radical das estruturas de poder, dos processos de tomada de decisão e das noções de legitimidade. Não é uma forma de governar de maneira completamente participativa, mas de tornar impossível de se impor qualquer forma de governo.

Da praça ao parlamento: democracia como poder estatal legitimado coletivamente.

Consenso e a Fantasia do Governo Unânime

"No sentido estrito da palavra, nunca houve uma verdadeira democracia, e nunca haverá... Não dá pra imaginar que todas as pessoas sentariam permanentemente em um assembléia para lidar com assuntos públicos."

– Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*

Se os denominadores comuns do governo democrático são a cidadania e o policiamento – *demos* e *kratos* – a democracia mais radical expandiria estas categorias para incluir o mundo todo: cidadania universal, policiamento comunitário. Na sociedade democrática ideal, toda pessoa seria um cidadão* e todo cidadão seria um policial†.

No extremo oposto dessa lógica, a maioria no governo significaria governo através do consenso: não o governo da maioria, mas o governo unânime. Quanto mais nos aproximamos da unanimidade, mais legítimo o governo parece ser – então um governo feito através do consenso não seria o governo mais legítimo de todos? Então, finalmente, não haveria a necessidade de polícia.

* Na teoria, categorias que são definidas pela exclusão, como cidadania, perdem o sentido quando as expandimos para incluir o mundo todo. Mas se quisermos acabar com elas, então porque não rejeitá-las de cara, ao invés de prometer fazer isso enquanto concede ainda mais legitimidade a elas? Quando usamos a palavra cidadania para descrever algo desejável, não há como não reforçar a legitimidade dessa instituição como ela existe hoje.

† De fato, a palavra "polícia" deriva de pólis como palavra do grego antigo para cidadão.

Uma discordância sobre o papel da assembléia geral durante o Occupy Oakland.

Obviamente, isso é impossível. Mas vale a pena refletir que tipo de utopia estaria implicada em idealizarmos a democracia direta como uma forma de governo. Imagine o tipo de totalitarismo necessário para produzir coesão suficiente para *governar* uma sociedade via processo de consenso – para conseguir que *todo mundo* concorde. Isso sim é reduzir as coisas para o mínimo denominador comum! Se a alternativa para a coerção é abolir as discordâncias, certamente deve haver uma terceira opção.

Esse problema veio à tona durante o movimento Occupy. Alguns participantes entendiam que as assembléias gerais eram as *instituições que governavam* o movimento; da sua perspectiva, seria anti-democrático se pessoas agissem sem autorização unânime. Outras pessoas abordavam as assembléias como *espaços de encontro* sem autoridade vinculativa: espaços onde as pessoas poderiam trocar influências e ideias, formando constelações fluidas em torno de objetivo para a tomada de ações. Os primeiros se sentiram traídos quando seus companheiros de movimento se envolveram em táticas que não haviam sido concordadas na assembléia geral; os últimos argumentaram que não fazia sentido dar poder de veto a uma massa de pessoas reunidas arbitrariamente que incluía, li-

"Democracia significa governo através da discussão, mas só é eficiente se você conseguir fazer as pessoas pararem de falar."

– Clement Attlee, Primeiro Ministro do Reino Unido, 1957

teralmente, qualquer pessoa que estivesse passando na rua.

Talvez a resposta seja que as estruturas de tomada de decisões devem ser descentralizadas e baseadas no consenso, de forma que uma concordância universal seja desnecessária. Este é um passo na direção certa, mas coloca novas questões. Como as pessoas se dividiriam em entidades políticas? O que dita a jurisdição de uma assembléia ou os assuntos sobre os quais ela pode tomar decisões? Quem determina de quais assembléias uma pessoa pode participar, ou quem será mais afetado por uma certa decisão? Como serão resolvidos os conflitos entre assembléias? As respostas a estas questões ou irão institucionalizar um conjunto de regras que governará a legitimidade, ou priorizarão formas voluntárias de associação. Na primeira opção, as regras se calcificarão com o passar do tempo, e as pessoas recorrerão ao protocolo para resolver disputas. Na segunda opção, as estruturas de tomada de decisões vão constantemente mudar, se dividir, entrar em conflito e ressurgir em processos orgânicos que dificilmente poderão ser chamados de *governo*. Quando participantes de um processo de tomada de decisões são livres para se desligar dele ou se envolver em atividades que contradizem as decisões, então o que está acontecendo não é governo – é simplesmente uma conversa*.

Por um lado, é uma questão de ênfase. O nosso objetivo é produzir instituições ideais, tornando elas o mais horizontais e participativas possíveis mas delegando a elas uma autoridade final? Ou o nosso objetivo é maximizar a liberdade, e neste caso qual-

* Veja o argumento de Kant em Der Streit der Fakultäten de que uma república é "violência com liberdade e lei", enquanto que a anarquia é "liberdade e lei sem violência" — a lei se torna uma simples recomendação que não se pode fazer cumprir.

quer instituição em particular que criarmos será subordinada à liberdade e portanto dispensável? Mais uma vez, o que é mais legítimo, as instituições ou as necessidades e desejos que elas deveriam defender?

Mesmo na melhor das hipóteses, instituições são apenas meios para alcançar um determinado fim; elas não possuem valor em si mesmas. Nenhuma pessoa deve ser obrigada a aderir ao protocolo de qualquer instituição que suprima a sua liberdade ou falhe em suprir suas necessidades. Se todo mundo fosse livre para se organizar com outras pessoas de forma estritamente voluntária, essa seria a melhor forma de gerar mecanismos sociais que estariam realmente de acordo com os interesses das participantes: pois tão logo uma estrutura não estivesse funcionando para todos os envolvidos, eles teriam que reajustá-la ou substituí-la. Esta abordagem não levará toda sociedade ao consenso, mas é a única forma de garantir que o consenso será que significativo e desejável quando ele surgir.

DESCENTRALIZAÇÃO? NA TEORIA, É UMA BOA IDÉIA,
QUE CONSIGAMOS O CONSENSO PARA IMPLEMENTÁ-LA.

Os Excluídos: Raça, Gênero e Democracia

"Nós não nos beneficiamos da democracia na América. Nós apenas sofremos com a hipocrisia da América."

— Malcolm X, "The Ballot or the Bullet"

Freqüentemente ouvimos argumentos pela democracia baseados em que, por ser a forma mais inclusiva de governo, seria a melhor opção para combater o racismo e o sexismo em nossa sociedade. Entretanto, enquanto categorias de governantes/governados e incluídos/excluídos estiverem dentro da estrutura da política, codificadas como "maiorias" e "minorias", mesmo quando as minorias são em maior número que as maiorias, desequilíbrios de poder nas linhas de raça e gênero irão sempre ser refletidos como desigualdade no poder político. É por isso que mulheres, a população negra, e outros grupos ainda carecem de influência política proporcional aos seus números, apesar de já possuírem o tão alardeado direito direito ao voto por um século ou mais.

Em *A Abolição da Democracia Branca* (The Abolition of White Democracy) o falecido Joel Olson apresenta uma empolgante crítica do que chama de "democracia branca" — a concentração de poder político democrático nas mãos de brancos através de uma aliança interclasses entre quem possui privilégio de raça. Mas ele aceita sem questionar o fato de que a democracia é o sistema mais desejado, assumindo que a supremacia branca é um obstáculo incidental ao seu funcionamento ao invés de uma consequência natural dela. Se a democracia é a forma ideal das relações igualitárias, por que ela tem sido envolvida em racismo estrutural* durante praticamente toda a sua existência?

Quando a política é construída como uma competição de soma-

* Veja, por exemplo, o segundo capítulo de African American Politics de Kendra A. King.

zero, quem detém o poder abominará a idéia de compartilhá-lo com outras pessoas. Pense nos homens que se opuseram ao sufrágio universal e as pessoas brancas que se opuseram à extensão do direito de voto às pessoas de cor: as estruturas da democracia não desencorajam o seu preconceito, mas lhes dão um incentivo para institucionalizá-lo.

Olson traça o caminho pelo qual a classe dominante nutriu a supremacia branca para dividir a classe trabalhadora, mas ele negligencia a forma como as estruturas democráticas se prestaram a esse processo. Ele argumenta que nós devemos promover a solidariedade de classe como uma resposta a essas divisões, mas (como Bakunin argumentou contra Marx*) a diferença entre quem governa e quem é governados é ela mesma uma diferença de classe — pense na antiga Atenas. A exclusão baseada em raça sempre foi o outro lado da moeda da cidadania.

Então a dimensão política da supremacia branca não é apenas uma conseqüência das disparidades raciais no poder econômico – ela também as produz. Divisões étnicas e raciais foram embutidas na nossa sociedade muito antes do surgimento do capitalismo; o confisco da propriedade de judeus durante a Inquisição financiou a colonização inicial das Américas, e a pilhagem das Américas e a escravização dos africanos providenciou o capital inicial para dar a partida no capitalismo na Europa e depois na América do Norte. É possível que as divisões raciais também possam sobreviver às próximas grandes mudanças econômicas e políticas – por exemplo, como assembléias compostas predominantemente por cidadãos brancos.

Não existem soluções fáceis para este problema. Reformistas falam com freqüência em tornar o nosso sistema político mais "democrático", querendo dizer mais inclusivo e igualitário. Mas quando as suas reformas são realizadas de forma que legitimam e fortalecem as instituições do governo, isso só põe mais peso atrás dessas instituições quando elas atacam os perseguidos e marginalizados — veja o encarceramento em massa de pessoas negras desde o movimento pelos direitos civis. Malcolm X e outros defensores do separatismo negro tinham razão quando disseram que uma democracia fundada por brancos jamais poderia oferecer li-

* P. ex. a crítica de Bakunin à teoria marxista do estado em Deus e o Estado.

"Ao erigir uma sociedade escravagista, a América (do Norte) criou a base econômica para o seu grande experimento em democracia... A indispensável classe trabalhadora da América existia como propriedade além do reino da política, deixando os norte-americanos brancos livres para alardear o seu amor pela liberdade e pelos valores democráticos."

– Ta-Nehisi Coates, "The Case for Reparations"

berdade às pessoas negras — não porque brancos e negros não possam coexistir, mas porque, ao transformar a política numa competição pelo poder político centralizado, a governança democrática cria conflitos que impedem a coexistência. Se os conflitos raciais de hoje pudessem ser resolvidos, seria através do estabelecimento de novas relações com base na descentralização, e não através da integração dos excluídos na ordem política dos incluídos.†

Enquanto entendermos o que estamos fazendo juntos politicamente como *democracia* — como o governo através de um processo de tomada de decisões legítimo — nós veremos essa legitimidade sendo invocada para justificar programas que são funcionalmente racistas, quer sejam políticas de um estado ou decisões de um conselho de porta-vozes. (Lembrem-se, por exemplo, das tensões entre os processos de tomada de decisões das assembléias gerais predominantemente brancas e dos acampamenos menos brancos dentro de muitos grupos do movimento Occupy). Somente quando dispensarmos a idéia de que qualquer processo político é inerentemente legítimo seremos capazes de nos despirmos do álibi final das desigualdades raciais que sempre caracterizaram a governança democrática.

† Até aqui, pelo menos, podemos concordar com Booker T. Washington quando ele disse: "O experimento da Reconstrução na democracia racial falhou porque ele começou na ponta errada, enfatizando os meios políticos e as leis de direitos civis ao invés dos meios econômicos e da auto-determinação".

"Enquanto houver polícia, de quem você acha que ela vai abusar? Enquanto houver prisões, quem você acha que vai estar lá dentro? Enquanto houver pobreza, quem você pensa que serão os pobres? É ingenuidade acreditar que podemos alcançar a igualdade em uma sociedade baseada na hierarquia. Você pode embaralhar as cartas, mas ainda é o mesmo baralho."

– CrimethInc., *Para Mudar Tudo*

Tratando de gênero, isso nos dá uma nova perspectiva sobre as razões que levaram Lucy Parsons, Emma Goldman e outras mulheres a argumentar que a demanda pelo voto feminino estava errando o alvo. Por quê alguém iria rejeitar a opção de participar na política eleitoral, imperfeita como é? A resposta mais curta é que elas queriam abolir o governo completamente, não torná-lo mais participativo. Mas ao olhar mais de perto podemos encontrar algumas razões mais específicas pelas quais as pessoas preocupadas com a libertação das mulheres podem suspeitar da oferta.

Vamos voltar à *polis* e *oikos* — a cidade e o lar. Sistemas democráticos se baseiam em uma distinção formal entre as esferas pública e privada; a esfera pública é o local de todas tomadas de decisão legítimas, enquanto a esfera privada é excluída ou descontada. Em uma grande variedade de sociedades e eras, essa divisão foi profundamente baseada no gênero, com os homens dominando as esferas públicas — propriedade, trabalho assalariado, governo, chefia e locais públicos — enquanto as mulheres e outras pessoas fora do binarismo de gênero foram relegadas às esferas privadas: o lar, a cozinha, a família, criação dos filhos, trabalhadoras do sexo, cuidadoras e outras formas de trabalho invisível e não-remunerado.

Na medida em que os sistemas democráticos centralizam o

> "A história das atividades políticas dos homens prova que elas não lhes deram absolutamente nada que ele não poderia ter alcançado de forma mais direta, menos custosa e mais duradoura. A propósito, toda pequena conquista que ele teve foi através da luta constante, uma briga incansável pela auto-afirmação, e não através do sufrágio. Não existe nenhuma razão para crer que a mulher, na sua escalada pela emancipação, foi ou será ajudada pelo voto."
>
> – Emma Goldman, "Women Suffrage"

poder e a autoridade para tomada de decisão na esfera pública, isso reproduz os padrões patriarcais de poder. Isso é mais óbvio quando as mulheres são formalmente excluídas da política e do voto — mas mesmo quando não o são, elas freqüentemente enfrentam obstáculos informais na esfera pública enquanto carregam responsabilidades desproporcionais na esfera privada.

A inclusão de mais participantes na esfera pública serve para legitimar ainda mais um espaço onde as mulheres e quem não se conforma às normas de gênero operam em desvantagem. Se "democratização" significa uma mudança no poder de tomada de decisão de locais informais e privados para espaços políticos mais públicos, o resultado pode até mesmo desgastar algumas formas de poder feminino. Lembre-se como os abrigos para mulheres de iniciativa popular fundados na década de 1970 foram profissionalizados pelo financiamento estatal ao ponto de que, na década de 1990, as mulheres que os fundaram não estariam qualificadas nem para as vagas de emprego destinadas a iniciantes.

Então não podemos confiar no grau de participação formal feminina na esfera pública como índice de libertação. Ao invés disso, deve-

"De todos os delírios modernos, o voto certamente foi o maior... O princípio de governo é errado em si mesmo: nenhum homem tem o direito de governar outro."

– Lucy Parsons, "The Ballot Humbug"

mos desconstruir a distinção baseada em gênero entre público e privado, validando o que acontece nos relacionamentos, famílias, lares, vizinhanças, redes sociais e outros espaços que não são reconhecidos como parte da esfera política. Isso não significa formalizar estes espaços ou integrá-los em uma prática política supostamente neutra na questão de gênero, mas legitimar múltiplas maneiras de tomar decisões, reconhecendo os diversos locais de poder dentro da sociedade.

Existem duas formas de responder à dominação masculina na esfera política. A primeira é tentar tornar o espaço público formal o mais acessível e inclusivo possível — por exemplo, aceitando o registro de mulheres para votar, provendo creches, estabelecendo cotas de quem deve participar das decisões, avaliando quem deve ter permissão para falar nas discussões, ou até mesmo, como em Rojava, estabelecendo assembléias exclusivamente femininas com poder de veto. Esta estratégia busca implementar a igualdade, mas ainda pressupõe que todo poder deve ser investido na esfera pública. A alternativa é identificar locais e práticas de tomada de decisão que já empoderam as pessoas que não se beneficiam do privilégio masculino, e lhes dar maior influência. Esta abordagem aproxima-se de tradições feministas* consagradas que priorizam as vidas e experiências das pessoas acima das estruturas e ideologias formais, reconhecendo a importância da diversidade e valorizando dimensões da vida que são geralmente invisíveis.

Essas duas abordagens podem somar-se e complementar uma à outra, mas somente se descartarmos a ideia de que toda legitimidade deve estar concentrada em um única estrutura institucional.

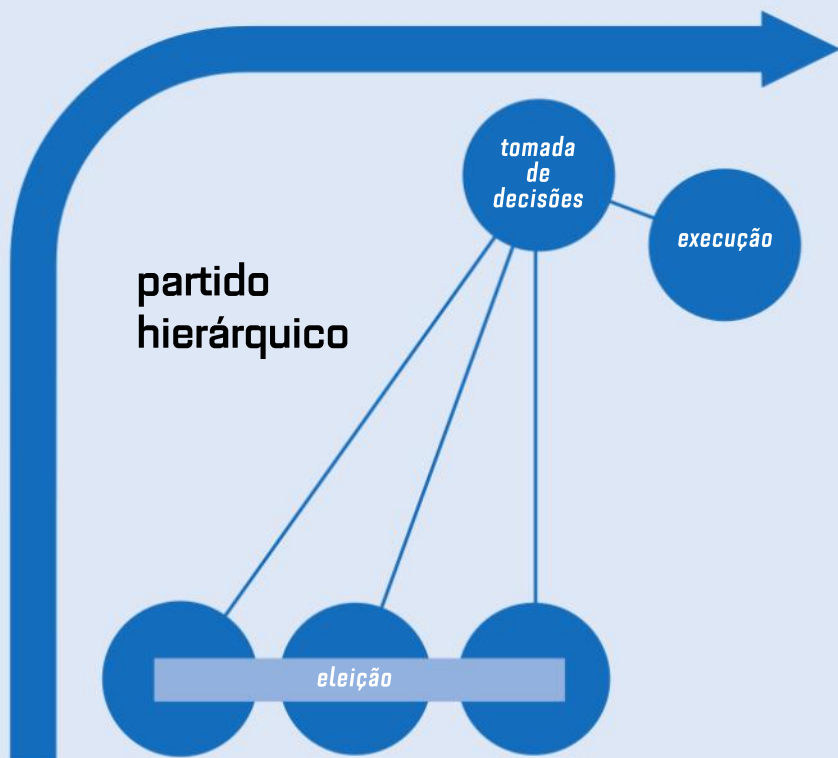
* Veja, por exemplo, "Feminist Social Epistemology" de Heidi Grasswick em The Stanford Encyclopedia of Phiosophy (Edição da Primavera de 2013)

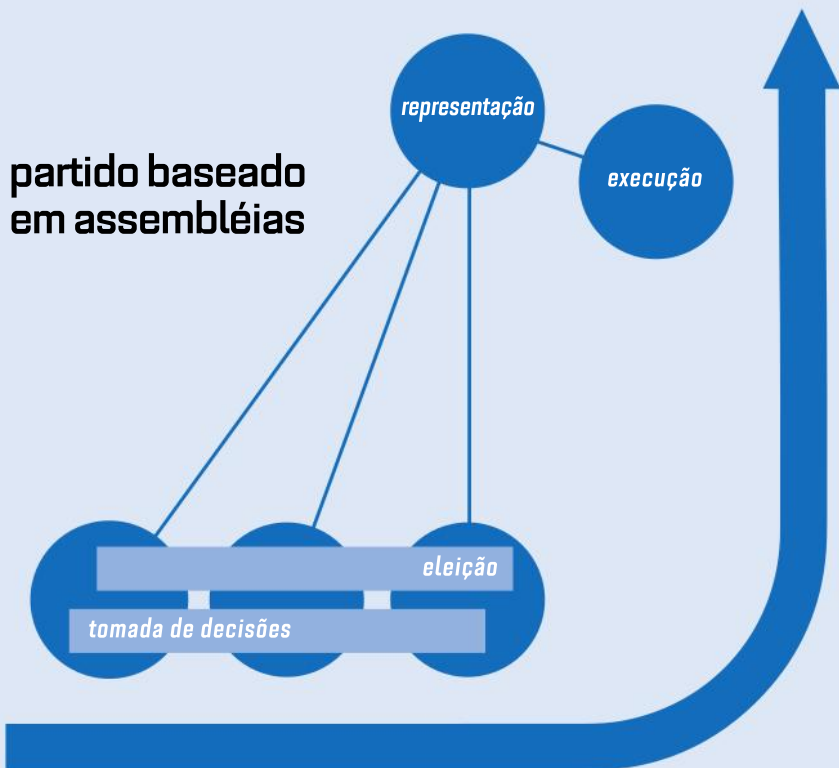
Argumentos Contra a Autonomia

Existem diversas objeções à ideia de que as estruturas de tomada de decisão devam ser voluntárias ao invés de obrigatórias, descentralizadas ao invés de esculpidas em pedra. Nos dizem que sem um mecanismo central para resolver conflitos, a sociedade se degradará em guerra civil; que é impossível se defender contra agressores centralizados sem uma autoridade central; que nós precisamos do aparato de um governo central para lidar com a opressão e a injustiça.

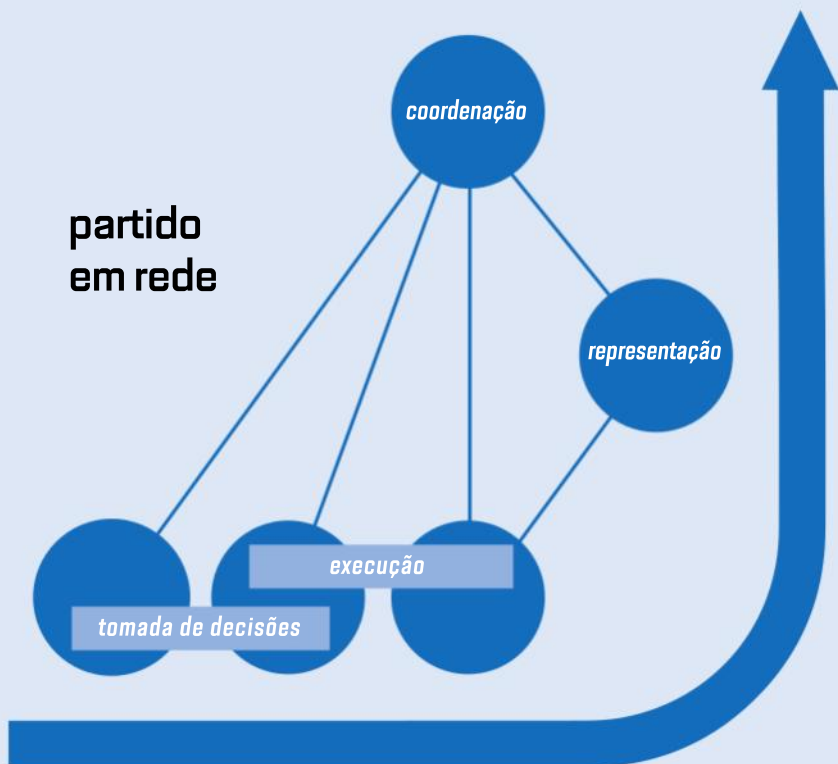
Na verdade, é tão provável que a centralização de poder provoque conflitos quanto que os solucione. Quando todo mundo tem que ganhar influência nas estruturas do estado para obter controle sobre as condições de sua própria vida, isso está fadado a gerar atritos. Em Israel/Palestina, Índia/Paquistão e outros lugares onde pessoas de uma variedade de religiões e etnias coexistiram de maneira autônoma em relativa paz, a necessidade imposta pela colonialização de disputar poder político dentro da estrutura de um estado único produziu prolongada violência entre etnias. Tais conflitos também eram comuns na política estadunidense do século 19 — considere a briga de gangues que rodeava as eleições em Washington e Baltimore†, ou a luta pelo Kansas Sangrento. Se essas disputas não são mais comuns nos E.U.A., isso não é prova de que o estado tenha *resolvido* todos os conflitos que gerou.

O governo centralizado, propagandeado como uma forma de resolver disputas, apenas consolida o poder de forma que os vitoriosos possam manter a sua posição através da força das armas. E quando as estruturas centralizadas colapsam, como aconteceu com a Iugoslávia durante a sua introdução à democracia na década de 1990, as conseqüências podem ser muito sangrentas. Na melhor das hipóteses, a centralização apenas adia as brigas — como uma dívida acumulando juros.

† Por exemplo, no dia 1º de junho de 1857, membros dos Plug Uglies de Baltimore e diversas outras gangues de rua que apoiavam o Partido Know-Nothing atacaram futuros eleitores nas seções eleitorais de Washington, DC. A luta continuou até que duas companhias de fuzileiros navais foram deslocadas para controlá-los, deixando seis mortos e dezenas feridos.

Um diagrama ilustrando as vantagens da organização baseada em redes descentralizada e autônoma tanto sobre a democracia representativa como sobre a democracia direta baseada em assembléias.

Peña-López, I. (2016) "Are assembly-based parties network parties?" em *ICTlogy*, nº148, janeiro de 2016. Barcelona: ICTlogy.

Mas será que as redes descentralizadas têm alguma chance contra as estruturas de poder centralizado? Se elas não têm, então toda essa discussão é irrelevante, já que qualquer tentativa de experimentar com a descentralização será esmagada por rivais mais centralizados.

A resposta ainda será conhecida, mas os poderes centralizados de hoje não estão de forma alguma seguros da sua invulnerabilidade. Já em 2001, a RAND Corporation estava argumentando* que redes descentralizadas, ao invés de hierarquias centralizadas, serão os jogadores importantes do século 21. Nas últimas duas décadas, desde o chamado movimento anti-globalização até o Occupy e a experiência curda de autonomia em Rojava, as iniciativas

* Em Networks and Netwars: *The Future of Terror, Crime, an Militancy*, editado por John Arquilla e David Ronfeldt.

que obtiveram sucesso em abrir espaço para novos movimentos e experimentos sociais (tanto democráticos quanto anarquistas) foram descentralizadas, enquanto tentativas mais centralizadas como o Syriza foram cooptadas quase imediatamente. Estudiosos de muitos campos diferentes estão agora teorizando as vantagens e as características distintivas da organização em rede.

E finalmente, há a questão de se uma sociedade necessita de um aparato político centralizado para ser capaz de colocar um fim à opressão e à injustiça. O primeiro discurso inaugural de Abraham Lincoln, feito em 1861 na véspera da Guerra Civil, é uma das expressões mais fortes deste argumento. Vale a pena citá-lo:

> Claramente, a ideia central da secessão é a essência da anarquia. Uma maioria restringida por limitações constitucionais, e sempre capaz de

> mudar facilmente com cuidadosas mudanças dos sentimentos e opiniões públicas, é a única soberana de um povo livre. Quem a rejeita o faz pela necessidade de migrar para a anarquia ou para o despotismo. A unanimidade é impossível. O governo da minoria, como um acordo permanente, é completamente inadmissível; tanto que, ao rejeitar o princípio da maioria, tudo que sobra é a anarquia ou o despotismo...
>
> Fisicamente, não podemos nos separar. Não podemos separar nossas respectivas seções umas das outras nem construir um muro impenetrável entre elas. Um marido e uma mulher podem se divorciar e afastar-se um do outro, mas as diferentes partes de nosso país não podem fazer isso. Elas não podem senão ficar cara a cara, e a interação entre elas, seja amigável ou hostil, deve continuar. É possível então, tornar essa interação mais vantajosa ou mais satisfatória depois da separação do que era antes? Pessoas estranhas podem fazer tratados com mais facilidade do que amigos podem fazer leis? Podem os tratados serem mais policiados entre estranhos do que as leis entre amigos? Suponha que você vá para a guerra, você não pode lutar para sempre; e quando, depois de muita perda dos dois lados e nenhum ganho por nenhum, você parar de lutar, as mesmas velhas disputas estarão sobre vocês novamente.
>
> Este país, com suas instituições, pertence às pessoas que nele habitam. Sempre que elas se cansarem do governo existente, elas podem exercer seu direito constitucional de alterá-lo ou o seu direito revolucionário de desmembrá-lo e derrubá-lo.

Siga esta lógica o suficiente no mundo globalizado de hoje e você chegará na ideia de governo global: governo da maioria numa escala que cobre todo o planeta. Lincoln está certo, quando *contraria* os defensores do consenso, ao dizer que o governo unânime é impossível e que quem não quer ser governado por maiorias deve escolher entre o despotismo ou a anarquia. O seu argumento de que estranhos não podem fazer tratados mais facilmente do que amigos fazem leis soa convincente num primeiro momento. Mas *amigos* não impõem leis uns sobre os outros – leis são feitas para serem impostas sobre as partes mais fracas, enquanto tratados são feitos entre iguais. *Governo* não é algo que acontece entre amigos, não mais do que um *povo livre* precisa de um *soberano*. Se tiver-

mos que escolher entre despotismo, governo da maioria e anarquia, anarquia é o mais próximo da liberdade – aquilo que Lincoln chama de nosso "direito revolucionário" de derrubar governos.

Mas, quando associa anarquia com a separação dos estados do sul, Lincoln estava elaborando uma crítica da autonomia que ainda ecoa nos dias de hoje. Se não fosse pelo governo federal, diz o argumento, a escravidão nunca teria sido abolida, nem a segregação teria terminado e os direitos civis instaurados para as pessoas de cor. Essas medidas contra a injustiça tiveram que ser introduzidas à força pelos exércitos da União e, um século mais tarde, pela Guarda Nacional. Neste contexto, defender a descentralização parece significar aceitar a escravidão, a segregação e a Ku Klux Klan. Sem um corpo central de governo legítimo, qual mecanismo poderia impedir as pessoas de agir de forma opressiva?

Existem vários erros aqui. O primeiro equívoco é óbvio: das três opções de Lincoln – despotismo, governo da maioria, e anarquia – os separatistas representavam o despotismo, não a anarquia. Da mesma forma, é ingenuidade acreditar que o aparato do governo central será utilizado somente para defender a liberdade. A mesma Guarda Nacional que supervisionou a integração do sul, usou munição de verdade para conter a revolta dos negros por todo o país; hoje existem tantas pessoas negras nas prisões dos E.U.A. quanto haviam escravos antes. E, finalmente, não precisamos despejar toda a legitimidade em um único corpo de governo para poder agir contra a opressão. Ainda podemos agir – só devemos fazê-lo sem o pretexto de estar fazendo cumprir a lei, e sem que nossas mãos estejam atadas por ela.

Opor-se à centralização do poder e da legitimidade não significa retirar-se e ficar calado. Alguns conflitos devem ocorrer, não há como evitá-los. Eles surgem de diferenças verdadeiramente irreconciliáveis, e a imposição de uma falsa unidade apenas os adia. Em seu discurso inaugural, Lincoln estava pleiteando em nome do estado a suspensão do conflito entre abolicionistas e defensores da escravidão – um conflito que era inevitável e necessário, que já havia sido adiado por décadas de tolerância inaceitável. Enquanto isso, abolicionistas como Nat Turner e John Brown foram capazes de agir decisivamente sem a necessidade de uma autoridade política central – na verdade, eles só foram capazes de agir assim pois não reconheciam

tal autoridade. Se não fosse a pressão gerada por ações autônomas como as suas, o governo federal nunca interviria no sul; e se mais pessoas tivessem tomado iniciativas como eles fizeram, a escravidão não teria sido possível e a Guerra Civil não teria sido necessária.

Em outras palavras, o problema não foi muita anarquia, mas muito pouca. Foi a ação autônoma que trouxe à tona o assunto da escravidão, não as deliberações democráticas. E mais, se houvessem mais defensores da anarquia, ao invés de do governo da maioria, não teria sido possível para os brancos do sul reconquistarem a supremacia política depois da Reconstrução.

Um outro fato merece ser mencionado. Depois de seu discurso inaugural, Lincoln se dirigiu a um comitê de homens de cor para defender que eles deviam emigrar para fundar outra colônia como a Libéria com esperança que os outros negros da América do Norte os seguissem*. Relativo às relações entre negros emancipados e os cidadãos brancos estadunidenses, ele argumentou:

> É melhor para nós ficarmos separados... Existe uma falta de vontade por parte do nosso povo, por mais cruel que seja, de que vocês, pessoas de cor livres, fiquem conosco.

Então, na cosmologia política de Lincoln, a *pólis* dos cidadãos brancos não pode se separar, mas assim que os escravos negros do *oikos* não tiverem mais sua função econômica, é melhor irem embora. Isso deixa as coisas bem claras: a nação é indivisível, mas os excluídos são descartáveis. Se os escravos libertados depois da Guerra Civil tivessem emigrado para a África, teriam chegado bem a tempo de vivenciar os horrores da colonização Européia, com uma taxa de morte de dez milhões só no Congo Belga†. A solução correta para tais catástrofes não é integrar o mundo todo em uma única república governada pela maioria, mas combater todas instituições que dividem as pessoas em maiorias e minorias – governantes e governados – por mais democráticas que possam ser.

* Veja "Address on Colonization to a Deputation of Negroes" no quinto volume das Obras Reunidas de Lincoln.

† Veja, por exemplo, *King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror, and Heroism in Colonial Africa* de Adam Hochschild.

Obstáculos Democráticos à Libertação

"A democracia é uma ótima forma de garantir a legitimidade do governo, quando ele faz um mau trabalho e não dá o que o povo quer. Em uma democracia em funcionamento, manifestações em massa desafiam os governantes. Mas não desafiam a natureza fundamental do sistema político do estado."

– Noah Feldman,
"Tunisia's Protests Are Different This Time"

Exceto se houver guerra ou milagre, a legitimidade de todo governo constituído está sempre sendo corroída; ela só pode ser corroída. Não importa as promessas do estado, nada pode compensar por termos que abrir mão do controle sobre nossas vidas. Toda reclamação específica ressalta este problema sistêmico.

E é aqui que entra a democracia: outra eleição, outro governo, outro ciclo de otimismo e decepção.

Mas isso nem sempre pacifica a população. Na última década vimos movimentos e insurreições por todo o mundo – de Oaxaca a Túnis, de Istambul ao Rio de Janeiro, de Kiev a Hong Kong – nas quais as pessoas desiludidas e as descontentes tentam resolver os problemas por si mesmas. A maioria delas girou em torno do padrão de mais democracia e de melhor democracia, embora isso não tenha sido unanimidade.

Considerando quanto poder o mercado e o governo têm sobre nós, é tentador imaginar que nós poderíamos de alguma forma virar o jogo e governar *eles*. Mesmo aquelas pessoas que não acreditam que é possível para *o povo governar o governo* acabam gover-

"Ocasionalmente você se rebela, mas apenas para recomeçar a fazer a mesma coisa do zero."

– Albert Libertad, "Voters: You Are the Real Criminals"

nando a única coisa que lhes resta – a sua resistência a ele. Abordando os movimentos de protesto como experimentos em democracia direta, pretende-se prefigurar as estruturas de um mundo mais democrático.

Mas e se a prefigurar a democracia for parte do problema? Isso explicaria porque tão poucos desses movimentos foram capazes de montar uma oposição irreconciliável com as estruturas às quais pretendem se opor. Com as discutíveis exceções de Chiapas e Rojava, todos foram derrotados (Occupy), reintegrados ao governo estabelecido (Syriza, Podemos) ou, pior ainda, derrubaram o governo sem atingir qualquer mudança verdadeira na sociedade (Tunísia, Egito, Líbia, Ucrânia).

Quando um movimento busca se legitimar na base dos mesmos princípios que a democracia estatal, ele tenta vencer o estado em seu próprio jogo. Mesmo que ele obtenha sucesso, a recompensa pela vitória é ser cooptado e institucionalizado – quer seja dentro das estruturas existentes do governo ou através de sua reinvenção. Portanto, movimentos que começam como revoltas contra o estado acabam o recriando.

Isso pode terminar de duas maneiras diferentes. Há os movimentos que se tornam ineficientes ao alegar que são mais democráticos, mais transparentes ou mais representativos que as autoridades; movimentos que chegam ao poder através da política eleitoral, somente para trair seus objetivos originais; movimentos que propõem táticas diretamente democráticas que acabam sendo igualmente úteis a quem busca o poder estatal; e movimentos que derrubam governos, somente para substituí-los. Vamos analisar cada um deles.

Se limitarmos nossos movimentos ao que a maioria dos parti-

cipantes conseguir concordar com antecedência, talvez não sejamos capazes nem de tirá-los do papel. Quando grande parte da população aceitou a legitimidade do governo e suas leis, a maioria das pessoas acha que não tem o direito de fazer nada que desafia a estrutura de poder existente, não importa o quão mal ela os trate. Conseqüentemente, um movimento que toma suas decisões pelo voto da maioria ou pelo consenso pode ter dificuldade em concordar em utilizar táticas que não sejam puramente simbólicas — com a conseqüência de que, uma vez que ela não consegue exercer influência para alcançar seus objetivos, poucas pessoas se interessam em participar.

Reflita sobre os levantes que ocorreram em Ferguson, nos E.U.A., em agosto de 2014 em resposta ao assassinato de Michael Brown. Você consegue imaginar as pessoas residentes de Ferguson tendo uma reunião para chegar a um consenso se incendeiam ou não a loja QuikTrip e lutam com a polícia? E ainda assim, foram essas as ações que deram início ao movimento que se tornou conhecido como *Black Lives Matter.* As pessoas geralmente têm que experimentar uma coisa nova para se abrirem para ela; é um equívoco confinar um movimento inteiro ao que já é familiar à maioria dos participantes.

Na mesma lógica, se insistirmos que nossos movimentos devem ser completamente transparentes, isso significa deixar que as autoridades ditem quais tática nós podemos usar. Em condições de infiltração e vigilância disseminadas, conduzir todo processo de tomada de decisões em público com completa transparência é um convite à repressão a qualquer pessoa que seja percebida como uma ameaça ao status quo. Quanto mais público e transparente for o mecanismo de tomada de decisão, mais conservadoras provavelmente serão as suas ações, mesmo quando isso contradiz a sua razão de ser – pense em todas coalizões ambientais que nunca tomaram uma única medida para parar as atividades que causam as mudanças climáticas. Dentro da lógica democrática, faz sentido exigir transparência do governo, já que supostamente ele deve representar e responder ao povo. Mas fora dessa lógica, ao invés de exigir que pessoas participantes de movimentos sociais representem e respondam umas às outras, deve-

mos procurar maximizar a autonomia com a qual eles podem agir.

Se reivindicarmos legitimidade para nossos movimento baseado no fato de que nós representamos o público, nós oferecemos às autoridades uma maneira fácil de nos derrotar, enquanto pavimentamos o caminho para que outros cooptem os nossos esforços. Antes da introdução do sufrágio universal, era possível sustentar que um movimento representava a vontade do povo, mas hoje em dia uma eleição pode levar mais gente às urnas do que o mais massivo dos movimentos consegue mobilizar nas ruas. Os vencedores das eleição serão sempre capazes de alegar que representam mais pessoas do que as que participam dos movimentos*.

* No fim de Maio de 1968, por exemplo, o anúncio de novas eleições quebrou a onde de ocupações e greves radicais que varreram a França; o espetáculo da maioria das cidadãs e cidadãos franceses votando para o partido do Presidente De Gaulle foi o suficiente para acabar com qualquer esperança de revolução. Isso ilustra como as eleições servem como um espetáculo faz com que as pessoas vejam umas às outras como participantes voluntárias da ordem vigente.

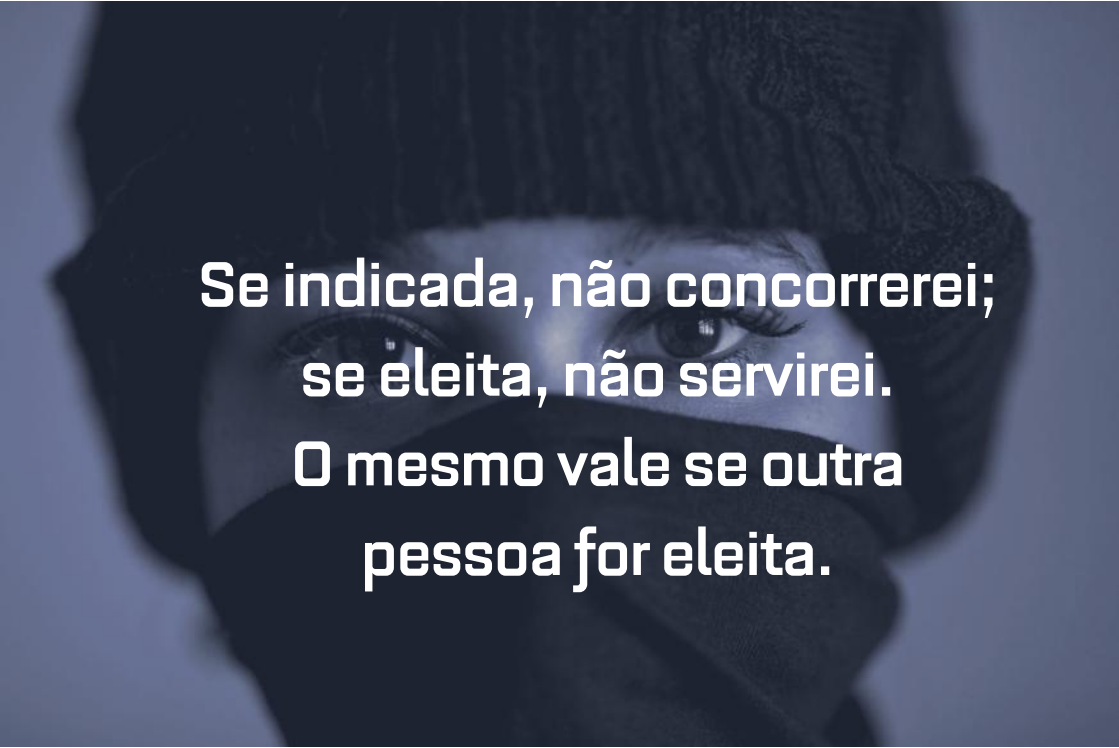
Da mesma forma, movimentos que se propõem a representar os setores mais oprimidos da sociedade podem ser vencidos ao serem incluídos como representantes simbólicos desses setores nas instituições de poder. Enquanto nós validarmos a idéia de representação, algum novo partido ou político poderá usar nossa retórica para subir ao poder. Nós não devemos alegar que representamos o povo — devemos afirmar que ninguém tem o direito de nos representar.

O que acontece quando um movimento chega ao poder através da política eleitoral? A vitória de Lula e de seu Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil parecia apresentar o melhor exemplo possível em que um partido baseado na organização de base popular e radical assumiu o controle do estado. Na época, o Brasil possuía alguns dos movimentos sociais mais poderosos do mundo, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que com 1,5 milhões de integrantes defende a bandeira da reforma agrária; muitos desses movimentos eram interconectados com o PT. Mas depois que Lula assumiu a presidência em 2002, os movimentos sociais entraram em um grande declínio que durou até 2013. Membros do PT largaram a organização local para assumir posições no governo, enquanto as necessidades da política pragmatista preveniram Lula de dar concessões aos movimentos que ele apoiou anteriormente. O MST havia forçado o governo conservador que antecedeu Lula a legalizar muitas ocupações de terras, mas ele não obteve nenhum avanço sob o governo de Lula.

Esse padrão é recorrente por toda América Latina quando políticos supostamente radicais traíram os movimentos sociais que os elegeram. Agora em 2016, os movimentos sociais mais poderosos no Brasil são os protestos de direita que derrubaram o Partido dos Trabalhadores com um golpe; os movimentos de base foram forçados a escolher entre ficar sentados olhando ou se mobilizar em apoio ao partido condenado que os traiu. Não existem atalhos eleitorais para a liberdade.

E se ao invés de buscarmos o poder estatal, nós nos focarmos em promover modelos diretamente democráticos como assembléias de bairro? Infelizmente, essas práticas podem ser apropriadas para servirem a diversas agendas. Depois das revoltas na Eslovênia em 2012, enquanto as assembléias de bairro auto-organizadas continuaram a se encontrar em Ljubljana, uma ONG financiada pelas

autoridades locais começou a organizar assembléias em um bairro "negligenciado" como um projeto piloto de "revitalização" da área, com a intenção explícita de trazer cidadãos descontentes de volta ao diálogo com o governo. Durante a revolução ucraniana de 2014, os partidos fascistas Svoboda e Pravyi Sektor ganharam importância nos protestos democráticos baseados no modelo do Occupy.

Se quisermos fomentar a inclusão e a auto-determinação, não basta propagar a retórica e os procedimentos da democracia participativa*. Precisamos difundir um contexto que se oponha ao estado e a outras formas de poder hierárquico.

Até mesmo estratégias explicitamente revolucionárias podem ser revertidas para favorecer os poderes mundiais em nome da democracia. De 2014 pra cá, na Venezuela, no Brasil, na Macedônia e em outros lugares, nós vimos que agentes do governo e interesses disfarçados canalizam a dissidência popular genuína em movimentos sociais artificiais com o objetivo de encurtar o ciclo eleitoral. Geralmente, o objetivo é forçar o partido governante a renunciar para que seja substituído por um governo mais "democrático" — ou seja, um governo mais simpático aos objetivos dos Estados Unidos ou da União Européia. Tais movimentos geralmente se focam na "corrupção", sugerindo que o sistema funcionaria direito se as pessoas certas estivessem no poder. Quando vamos às ruas, para não correr o risco de nos tornarmos marionetes de alguma iniciativa da política estrangeira, nós não devemos nos mobilizar contra qualquer governo em particular, mas contra a idéia de governo em si.

* Face a crises econômicas e a desilusão em massa com a política representativa, nós vemos governos oferecerem mais participação direta na tomada de decisões para pacificar o público. Do mesmo modo como as ditaduras na Grécia, na Espanha e no Chile foram forçadas a passar para a democracia para neutralizar os protestos, o estado está abrindo novas vagas para pessoas que de outra forma poderiam liderar a oposição a ele. Se formos diretamente responsáveis por fazer o sistema político funcionar, culparemos a nós mesmos quando ele falhar — e não o formato em si. Isso explica como novos experimentos como o orçamento "participativo" que governos locais estão implementando, de Porto Alegre a Poznań. Na prática, as pessoas que participam raramente têm qualquer influência sobre o governo; na melhor das hipóteses elas podem atuar como conselheiras ou votar em mero 0,1% do orçamento da cidade. O verdadeiro propósito do orçamento participativo e outros programas do tipo é tirar a atenção popular dos fracassos do governo e redirecioná-la para o projeto de torná-lo mais democrático.

A revolução no Egito ilustra dramaticamente o beco sem saída da revolução democrática. Depois de centenas de pessoas perderem suas vidas para derrubar o ditador Hosni Mubarak e instituir a democracia, as eleições populares trouxeram outro autocrata ao poder, Mohamed Morsi. Um ano depois, em 2013, nada havia melhorado, e as pessoas que haviam iniciado a revolução foram às ruas mais uma vez para rejeitar os resultados da democracia, forçando o exército egípcio a depor Morsi. Agora, o exército continua sendo quem governa o país de fato, e a mesma opressão e injustiça que inspirou duas revoluções continua. As opções representadas pelos militares, por Morsi e pela população revoltada são as mesmas que Lincoln descreveu em seu discurso inaugural: tirania, governo da maioria e anarquia.

Aqui, na fronteira das lutas contra a pobreza e a opressão, nós sempre nos levantamos contra o estado em si. Enquanto aceitarmos que nos governem, o estado irá ficar alternando entre a tirania e o governo da maioria conforme necessário — duas expressões do mesmo princípio básico. O estado pode assumir muitas formas; como a vegetação, ele pode morrer, para crescer novamente a partir de suas raízes. Ele pode assumir a forma de uma monarquia ou da democracia parlamentar, de uma ditadura revolucionária ou de um conselho provisório; quando as autoridades tiverem fugido e o exército tiver se amotinado, o estado pode permanecer como um germe transmitido por defensores da ordem e do protocolo em uma assembléia geral aparentemente horizontal. Todas estas formas, por mais democráticas que sejam, podem se regenerar em um regime capaz de esmagar a liberdade e a auto-determinação.

A única maneira garantida de evitarmos a cooptação, a manipulação e o oportunismo é nos recusando a legitimizar qualquer forma de governo. Quando as pessoas solucionam seus problemas e suprem suas necessidades diretamente através de estruturas flexíveis, horizontais e descentralizadas, não existem líderes para se corromper, nem estruturas formais que possam ser calcificadas, nem um processo único que possa ser seqüestrado. Livre-se das concentrações de poder e aquelas pessoas que almejam o poder para si não poderão se apropriar da sociedade. Um povo ingovernável provavelmente terá que se defender de aspirantes a tiranos, mas nunca colocará sua força a serviço de qualquer tirano que queira governar.

Se indicada, não concorrerei;
se eleita, não servirei.
O mesmo vale se outra
pessoa for eleita.

Rumo à Liberdade: Pontos de Partida

"O anarquismo não representa a forma mais radical de democracia, mas um paradigma totalmente diferente de ação coletiva."

– Uri Gordon, *Anarquia Viva!*

A clássica defesa da democracia é de que ela é a pior forma de governo — com exceção de todas as outras*. Mas se o *governo* em si é o problema, precisamos voltar à prancheta.

Reimaginar a humanidade sem governo é um projeto ambicioso. A maioria dos modelos de relações livres do estado que nos sustentaram durante nossos primeiros duzentos mil anos foram pisoteados, e dois séculos de teoria anarquista apenas riscam o verniz. Por ora, vamos sugerir alguns valores básicos que podem nos levar para além da democracia, e algumas propostas gerais sobre como entender o que podemos fazer ao invés de *governar*. A maior parte do trabalho ainda está por ser feita.

* Winston Churchill se dirigindo à Câmara dos Comuns em 11 de novembro de 1947.

Horizontalidade, Descentralização, Autonomia, Anarquia

Se pararmos para analisar, a democracia não alcança os valores que nos atraíram nela em primeiro lugar: *igualdade, inclusão, auto-determinação*. Para concretizar estes valores, devemos adicionar *horizontalidade, descentralização* e *autonomia* como suas contrapartes indispensáveis.

Como aspiração política, a horizontalidade se popularizou muito desde o fim do século 20. Começando com a insurreição Zapatista em Chiapas em 1994 e ganhando impulso com o movimento anti-globalização, uma série de movimentos sociais de base ostensivamente horizontais promoveram a organização não-hierárquica. O slogan *Que se vayan todos* ("Que se mandem todos!") se popularizou durante a rebelião de 2001 na Argentina expressa adequadamente a desilusão em massa com partidos, políticos e líderes de todos os naipes. Hoje a idéia de estruturas sem liderança se popularizou até mesmo no mundo dos negócios†.

Mas a descentralização é tão importante quando a horizontalidade se não quisermos ficar presos em um tirania de iguais, na qual todo mundo tem que concordar com algo para que alguém possa fazê-lo. Ao invés de um único processo pelo qual toda iniciativa tem que passar, a descentralização significa diversos locais de tomada de decisão e diversas formas de legitimidade. Desta maneira, quando o poder for distribuído de forma desigual em um dado contexto, isso poderá ser contrabalanceado em outro local. A descentralização significa preservar as diferenças – a diversidade ideológica e estratégica é uma fonte de força para os movimentos e comunidades, assim como a biodiversidade no mundo natural. Nós não devemos nem reduzir nossas políticas aos mínimos denominadores comuns, nem nos segregar em grupos homogêneos baseado somente na afinidade.

A descentralização implica em autonomia – a abilidade de agir livremente a partir da sua própria iniciativa. A autonomia pode

† P. Ex. www.holacracy.org

ser aplicada em qualquer nível ou escala – uma única pessoa, um bairro, um movimento, uma região inteira. Para ser livre, você precisa de controle sobre o que está imediatamente ao seu redor e sobre os detalhes de sua vida diária; quanto mais auto-suficiente você for, mais garantida está a sua autonomia. Isso não precisa significar suprir todas as suas necessidades de forma independente; pode também significar o tipo de interdependência que te dá influência sobre as pessoas de quem você depende. Nenhuma instituição única deveria ser capaz de monopolizar o acesso a recursos ou relações sociais. Uma sociedade que promove autonomia exige o que um engenheiro chamaria de redundância: uma grande gama de opções e possibilidades em todo aspecto da vida.

Ainda assim, se queremos fomentar a liberdade, não basta afirmarmos somente a autonomia*. Uma nação-estado ou partido político pode afirmar autonomia; assim como os nacionalistas e os racistas. O fato de que uma pessoa ou grupo é autônomo nos diz muito pouco se as relações que cultivam com outros são igualitárias ou hierárquicas, inclusivas ou exclusivas. Se quisermos maximizar a autonomia para todas pessoas ao invés de simplesmente buscarmos ela para nós mesmos, temos que criar um contexto social no qual ninguém seja capaz de acumular poder institucional sobre outras pessoas.

Temos que criar *anarquia*.

* "Autonomia" deriva do prefixo do Grego antigo *auto-*, relativo a si mesmo, e *nomos*, lei — dar a si a sua própria lei. Isso sugere uma compreensão da liberdade pessoal na qual um aspecto de si — digamos, o superego — controla permanentemente as outras e dita todo comportamento. Kant definia a autonomia como autolegislação, na qual o indivíduo compele a si mesmo a obedecer com as leis universais da moralidade objetiva ao invés de agir de acordo com seus desejos. Em contraste, uma pessoa anarquista pode discordar dizendo que nós devemos a nossa liberdade à interação espontânea de uma miríade de forças dentro e entre nós, não à capacidade de impor uma ordem única sobre nós mesmos. Qual dessas concepções de liberdade nós aceitamos repercutirá em tudo, desde como enxergamos a liberdade em escala planetária até como compreendemos os movimentos de partículas subatômicas — veja o excelente ensaio de David Graeber "What's the Point if We Can't Have Fun?"

> "Ele expressou para nós que nunca deveríamos nos permitir sermos tentados por qualquer consideração de reconhecer o direito à existência de leis e instituições se a nossa consciência as condenava. Ele nos advertiu a não nos importarmos se uma maioria, não importa o quão grande, se opuser aos nossos princípios e opiniões; as maiores maiorias eram algumas vezes apenas quadrilhas organizadas."
>
> – August Bondi, escrevendo sobre John Brown

Desmistificando as Instituições

Vamos dizer mais uma vez: as instituições existem para nos servir, e não o contrário. Elas não têm nenhum direito inerente à nossa obediência. Nós nunca devemos investir nelas mais legitimidade que em nossas necessidades e desejos. Quando os nossos desejos entram em conflito com os conflitos de outras pessoas, podemos ver se um processo institucional pode produzir uma solução que satisfaça a todas; mas assim que damos a uma instituição o poder de resolver nossos conflitos e de ditar nossas decisões, nós estamos abdicando de nossa liberdade.

Isso não é uma crítica de algum modelo organizacional específico, ou uma defesa das estruturas "informais" ao invés das "formais". Em vez disso, é um pedido de que tratemos todos os modelos como provisórios — que os reavaliemos e os reinventemos constantemente. Se Thomas Paine queria coroar a lei como rainha, se Rousseau teorizou o contrato social e se os entusiastas mais recentes do capitalismo acima de tudo sonham com uma sociedade baseada somente em contratos, nós contrapomos dizendo que quando as relações são verdadeiramente para o bem de todas

participantes, não há a necessidade de leis ou contratos.

Da mesma forma, este não é um argumento em favor do mero individualismo, nem de tratar as relações como descartáveis, nem de nos organizarmos apenas com aquelas pessoas com quem compartilhamos as mesmas opiniões. Em um mundo superlotado e interdependente, nós não podemos nos dar o luxo de recusar a coexistir ou se organizar com os outros. A questão é simplesmente que não devemos buscar *legislar* as relações.

Ao invés de recorrermos a uma planta baixa ou a um protocolo, nós podemos avaliar as instituições de forma constante: Elas recompensam a cooperação, ou a competição? Elas distribuem a iniciativa, ou criam gargalos de poder? Elas oferecem a cada participante a oportunidade de alcançar todo o seu potencial em seus próprios termos, ou impõem imperativos externos? Elas facilitam a resolução de conflitos em termos mutuamente aceitáveis, ou punem as pessoas que fogem de um sistema codificado?

Criando Espaços de Encontro

Ao invés de locais formais para a tomada de decisões centralizada, nós propomos uma variedade de *espaços de encontro* onde as pessoas podem se abrir para a influência umas das outras e encontrar outras que compartilham as suas prioridades. Encontro significa transformação mútua: estabelecer pontos comuns de referência, preocupações comuns. O espaço de encontro não é um corpo representativo vestido da autoridade para fazer as decisões por outras pessoas, nem um órgão governante usando a decisão da maioria ou o consenso. É uma oportunidade para as pessoas experimentarem agir em diferentes configurações de forma voluntária.

O conselho de portavozes* que aconteceu imediatamente antes dos protestos contra o Tratado de Livre Comércio das Américas em 2001 em Quebec City foi um clássico espaço de encontro. Esta reu-

* N. do T. O termo original utilizado foi *spokescouncil*, que refere-se a um conjunto de grupos de afinidade e agrupamentos que se reúnem para uma causa comum, geralmente desobediência civil. Spokes é um encurtamento de spokesperson, palavra em inglês para porta-voz, que são selecionados por cada grupo de afinidade ou agrupamento para representá-los neste conselho.

nião juntou uma vasta gama de grupos autônomos que vieram de todos os lugares do mundo protestar contra o tratado. Ao invés de tentar tomar decisões vinculativas, os participantes apresentaram as iniciativas que os seus grupos haviam preparado e se coordenaram para o benefício mútuo sempre que possível. Muitas decisões foram tomadas depois em discussões informais entre os grupos. Através desses meios, milhares de pessoas conseguiram sincronizar as suas ações sem a necessidade de uma liderança central, sem dar a polícia muita idéia da grande variedade de planos que iriam se desenrolar. Se o conselho de vozes tivesse empregado um modelo organizacional destinado a produzir unidade e centralização, os participantes poderiam ter passado a noite inteira discutindo de forma infrutífera sobre objetivos, estratégias e quais táticas permitir.

A maioria dos movimentos sociais das últimas duas décadas foram modelos híbridos sobrepondo espaços de encontro com alguma forma de democracia. No Occupy, por exemplo, os acampamentos serviam como espaços de encontro sem fins definidos, enquanto as assembléias gerais tinham a intenção formal de funcionar como órgãos diretamente democráticos para a tomada de decisões. A maioria desses movimentos alcançou os seus maiores efeitos porque os encontros que facilitaram abriram oportunidades para ação autônoma, não porque centralizaram a atividade do grupo através da democracia direta[†]. Se nós abordarmos o *encontro* como a força motriz desses movimentos, ao invés de como mate-

† Da mesma forma, muitas das decisões que deram ao Occupy Oakland um maior impacto que os outros acampamentos Occupy, incluindo a recusa a negociar com o governo municipal e a reação militante ao primeiro despejo, foram o resultado de iniciativas autônomas, não do processo de consenso. Enquanto isso, algumas pessoas do movimento interpretaram o processo de consenso como uma forma de estrutura legal descentralizada na qual qualquer ação realizada por qualquer participante da ocupação deveria obter o consenso de todos outros participantes. Como lembra um dos participantes: “Em uma das primeiras vezes que a polícia tentou entrar no acampamento no Occupy Oakland, eles foram imediatamente cercados por um grupo de cerca 20 pessoas que gritavam com eles. Algumas das outras pessoas não gostaram disso. O mais extrovertido desses pacifistas se colocou na frente das pessoas que confrontavam a polícia, cruzou seus antebraços formando o X que simboliza forte discordância na linguagem dos sinais do processo de consenso, e disse: 'Você não pode fazer isso! Eu bloqueio você!' Para ele, o consenso era uma ferramenta horizontal de controle, dando a todos o direito de suprimir qualquer ação dos outros das quais eles discordavam.”

rial bruto para ser moldado pelo processo democrático, isso pode nos ajudar a priorizar o que fazemos melhor.

Anarquistas frustrados com as contradições do discurso democrático têm algumas vezes se recolhido para se organizarem baseados apenas na afinidade pré-existente. Mas a segregação nos leva à estagnação e a rixas. É melhor nos organizarmos com base nas nossas condições e necessidades para podermos entrar em contato com todas as outras pessoas que as partilham conosco. Somente quando compreendermos a nós mesmos como nós dentro de coletividades dinâmicas, ao invés de entidades à parte possuidoras de interesses estáticos, poderemos ver a lógica da rápida metamorfose pela qual as pessoas passam durante experiências como o movimento Occupy – e o tremendo poder do *encontro* de nos transformar se estivermos abertos a isso.

Cultivando Coletividade, Preservando a Diferença

Se nenhuma instituição, contrato ou lei deve ser capaz de ditar as nossas decisões, como iremos concordar sobre quais responsabilidades nós temos umas com as outras?

Uma proposta é fazer uma distinção entre grupos "fechados", nos quais os participantes concordam em responder uns aos outros pelas suas ações, e grupos "abertos" que não precisam alcançar o consenso*. Mas isso nos leva à pergunta: como traçamos uma linha entre os dois? Se só devemos prestar contas a nossos companheiros em um grupo fechado até o momento em que decidimos deixá-lo, e podemos deixá-lo a qualquer momento, isso não é muito diferente de participar de um grupo aberto. Ao mesmo tempo, nós estamos todos envolvidos, queiramos ou não, em um grupo fechado compartilhando um único espaço inescapável: a terra. Então não é uma questão de distinguir os espaços nos quais devemos prestar contas às outras pessoas dos espaços nos quais podemos agir livremente. A questão é como fomentar tanto a responsabilidade quanto a autonomia em todo nível da escala.

* Isso é uma variação da velha oposição entre formal e informal; há um quê de *polis* e *oikos* aí.

Com esse objetivo, nós podemos partir para criar coletividades mutuamente gratificantes em todo nível da sociedade — espaços nos quais as pessoas se identificam umas com as outras e têm motivos para fazer a coisa certa para com elas. Essas coletividades podem assumir muitas formas, de cooperativas de habitação e assembléias de bairro a redes internacionais. Ao mesmo tempo, nós reconhecemos que teremos que reconfigurá-las constantemente de acordo com quanta intimidade e interdependência se provarem benéficas para quem participa. Quando uma configuração precisar mudar, não precisa ser um sinal de fracasso: pelo contrário, isso mostra que quem participa não está competindo por hegemonia.

Ao invés de tratar a tomada de decisões em grupo como uma busca pela unanimidade, nós podemos abordá-la como um espaço para que as diferenças se manifestem, para que os conflitos aconteçam e para as transformações acontecerem quando diferentes constelações sociais convergem e divergem. Discordar e dissociar-se pode ser tão desejável quanto chegar a um acordo, contanto que aconteçam pelas razões certas; as vantagens de se organizar em maiores números devem ser o suficiente para desencorajar as pessoas de se dividirem gratuitamente. Aprender como se separar mantendo as boas relações deve nos capacitar a evitar cisões irreconciliáveis, preservando a possibilidade de que aquelas pessoas que se separaram sejam capazes de voltar a se juntar mais tarde. As nossas instituições devem nos ajudar a identificar e compreender as nossas diferenças, não suprimir ou submergí-las.

Algumas testemunhas que voltaram das regiões autônomas de Rojava relatam que quando uma assembléia lá não consegue atingir o consenso, ela se divide em dois, dividindo os recursos entre as partes. Se isso for verdade, oferece um modelo de associação voluntária que é um grande avanço sobre a unidade coerciva da democracia.

Resolvendo conflitos

Algumas vezes, dividir-se em grupos separados não basta para resolver conflitos. Para descartar a coerção centralizada, nós temos que inventar novas formas de abordar disputas. Conflito entre as

pessoas que se opõem ao estado é um dos principais dispositivos para preservar a supremacia do modelo estatal*. Se quisermos criar espaços de liberdade, não devemos nos tornar tão divididos a ponto de não conseguirmos defender esses espaços, e não devemos resolver conflitos de forma que crie novos desequilíbrios de poder.

Uma das funções mais básicas da democracia é oferecer uma forma de encerrar disputas. Eleições, tribunais e a polícia, servem para *decidir* sobre os conflitos sem necessariamente *resolvê-los*; o estado de direito efetivamente impõe um modelo de lidar com as disputas onde o vencedor leva tudo. Ao centralizar a força, um estado forte é capaz de obrigar as pessoas que estão em conflito a suspender as hostilidades mesmo em termos que sejam mutuamente inaceitáveis. Isso permite que o governo suprima formas de luta que interferem no seu controle, como a guerra de classes, enquanto alimenta formas de conflito que sabotam a resistência horizontal e autônoma, como a guerra de gangues. Nós não podemos entender a violência religiosa e étnica da nossa época sem levar em consideração as formas com que as estruturas do estado a provocam e a exacerbam.

Quando nós concedemos às instituições legitimidade inerente, isso nos dá uma desculpa para não resolver os conflitos, confiando, ao invés disso, na interferência do estado. Isso nos fornece um álibi para encerrar as disputas à força e excluir as pessoas que estão em desvantagem estrutural. Ao invés de tomarmos a iniciativa para resolver as coisas diretamente, nós acabamos em uma disputa por poder.

Se nós não reconhecemos a autoridade do estado, não temos tais desculpas: devemos encontrar resoluções mutuamente satisfatórias ou então sofreremos as conseqüências de uma luta contínua. Isso é um incentivo para que se leve a sério as necessidades e percepções de todas as partes, para desenvolver habilidades de reduzir as tensões e reconciliar rivais. Não é necessário fazer com que todo mundo concorde, mas temos que encontrar formas de coexistir com as diferenças que não produzam hierarquia, opressão ou antago-

* Veja as *autodefensas* mexicanas, grupos locais que se organizaram para se defender contra os cartéis que são funcionalmente idênticos com o governo em algumas partes do México. Num primeiro momento, eles foram capazde abrir zonas autônomas livres de violência. Mas então brigaram entre si, dando continuidade à mesma violência de gangues que é a marca registrada do capitalismo e das políticas estatais, que produziram a violência dos cartéis.

nismo sem sentido. O primeiro nessa direção é remover os incentivos que o estado nos oferece para não resolvermos os conflitos.

Infelizmente, muitos dos modelos de resolução de conflitos que já foram utilizados pelas comunidades humanas agora estão perdidos, substituídos à força pelo sistema de tribunais das antigas Atenas e Roma. Podemos observar modelos experimentais de justiça transformativa para termos uma ideia das alternativas que teremos que desenvolver.

Recusando-se a Ser Governado

Visualizando como seria uma sociedade horizontal e descentralizada, podemos imaginar redes de coletivos e assembléias que se interligam e sobrepõem, nas quais as pessoas se organizam para suprir suas necessidades diárias — comida, abrigo, cuidados médicos, recreação, discussão, companhia. Sendo interdependentes, elas teriam boas razões para resolver as disputas de forma amigável, mas ninguém poderia forçar outra pessoa a permanecer em um arranjo que não fosse saudável ou satisfatório. Em resposta a ameaças, elas se mobilizariam em formações temporárias, traçando conexões com outras comunidades ao redor do mundo.

De fato, ao longoda história humana, muitas sociedades sem estado se organizavam de forma um pouco parecida com essa. Hoje, modelos como esse continuam a aparecer nas interseções das tradições indígena, feminista e anarquista[†].

Isso nos traz de volta ao nosso ponto de partida – à Atenas dos dias modernos. Na cidade onde a democracia cresceu, milhares de pessoas agora se organizam sob faixas anarquistas em redes horizontais e descentralizadas. No lugar da exclusividade da antiga cidadania ateniense, a suas estruturas são extensas e sem fins definidos; elas recebem migrantes fugidos da Síria, pois elas sabem que o seu experimento em liberdade deve crescer ou perecer.

† Cf. Jacqueline Lasky, "Indigenism, Anarchism, Feminism: An Emerging Framework for Exploring Post-Imperial Futures" em Affinities: A Journal of Radical Theory, Culture, and Action, Volume 5, Número 1 (2011)

No lugar do aparato coercitivo do governo, elas buscam manter uma distribuição descentralizada de poder reforçada por um compromisso coletivo de solidariedade. Ao invés de se unir para impor o governo da maioria, elas cooperam para prevenir a possibilidade de governo em si.

Este não é um modo de vida ultrapassado, mas o fim de um longo erro.

> "O princípio de que a maioria tem o direito de governar a minoria, praticamente resume todo governo em uma mera competição entre dois grupos de homens, sobre quais deles deverão ser os mestres, e quais os escravos; um competição que, por mais sangrenta, nunca poderá, pela natureza das coisas, ser encerrada, enquanto o homem se recusar a ser um escravo."
>
> – Lysander Spooner, *No Treason*

Da Democracia à Liberdade

Vamos voltar ao ponto alto dos levantes. Milhares de nós inundam as ruas, encontrando uns aos outros em novas formações que nos oferecem uma empolgante e desconhecida consciência do agir. De repente tudo se interliga: palavras e atos, idéias e sensações, histórias pessoas e eventos mundiais. Certeza — finalmente, nos sentimos em casa — e incerteza: finalmente, um horizonte aberto. Juntos, nos descobrimos capazes de coisas que nunca imaginamos.

Anarquistas se reunindo na Atenas do Século 21, Grécia.

O que é belo nesses momentos transcende qualquer sistema político. Os conflitos são tão essenciais como os momentos de inesperado consenso. Isso não é o funcionamento da democracia, é a experiência de liberdade — de pegar nossos destinos em nossas próprias mãos, coletivamente. Nenhum conjunto de procedimentos poderia institucionalizar isto. É um prêmio que devemos arrancar das garras do hábito e da história repetidas vezes.

Da próxima vez que uma janela de oportunidades se abrir e tivermos a chance de refazer nossas vidas e o mundo, ao invés de reinventarmos a "democracia real " mais uma vez, vamos deixar o nosso objetivo ser a liberdade, a liberdade em si.

Estudos de Caso

Os relatos a seguir foram elaborados por participantes de alguns dos movimentos que foram aclamados como modelos de democracia direta durante a onda global de rebeliões entre 2010 e 2014.

NA ESPANHA:

Do 15M ao Podemos

A Regeneração da Democracia Espanhola

I. Emergência

Primavera de 2011

"Esta é a nossa revolução! Não há barricadas, nada de romântico assim, mas o que podemos esperar? É uma merda, mas já sabíamos que este é o mundo em que vivemos."

Eu estava ombro a ombro com uma amiga, abrindo caminho através das multidões que se apinhavam, as dezenas de milhares que se uniam, saindo do isolamento democrático para tomar a Praça Catalunya, no centro de Barcelona. Estávamos voltando de uma gráfica expressa onde as pessoas que lá trabalhavam, também tomadas pela empolgação do momento, nos deixaram imprimir mais quinhentas cópias da última carta aberta com um bom desconto, pagas sem dificuldade com os trocados que as pessoas foram deixando na jarra de doações que estava na mesa de informações que tínhamos montado.

Em menos de uma hora, todos os panfletos já havia sido distribuídos, encontramos mais pessoas que compartilhavam algumas de nossas idéias, tinha outro punhado se envolvendo nos debates e uma outra breve discussão. De uma hora pra outra, décadas de isolamento social foram embora em uma súbita e inesperada manifestação das pessoas de angústia, raiva, esperança, desejo de se conectar. Um

milhão de necessidades individuais para a expressão de necessidades coletivas: “Sim, eu também preciso disso”. Um milhão de vozes solitárias reconhecendo-se num grito que todas elas traziam juntas: “Sim, eu também estou aqui”. Um milhão de histórias de solidão encontrando-se em uma alienação compartilhada: “Sim, eu também sinto isso”. Era difícil não se deixar levar. Nós também sentimos isso.

Mas, naquela comunhão de alienação, também sentimos um certo ceticismo. Era mais do que apenas arrogância, não era simplesmente um olhar de superioridade para as pessoas enquanto elas gritavam todas as noites, “¡aqui comença la Revolució!” (A revolução começa aqui). A verdade é que a gente duvidava do entendimento comum sobre o que uma revolução realmente implica.

E nossas dúvidas não surgiam sem motivo. O fato de estarmos sós nas ruas há anos, tentando espalhar idéias críticas, tentando abrir pequenos espaços de liberdade, sendo algemadas ou agredidas, quando todas outras pessoas parecem satisfeitas assistindo às suas televisões, enquanto o planeta morre ao seu redor, certamente pode tornar você um pouco arrogante. Isso pode tornar você amargurada e cética, e fazer você se sentir superior e completamente alheia às mudanças inesperadas que sacodem o sistema que você passou a vida inteira lutando contra. Mas também pode te dar perspectiva. E pode fazer você perguntar: “Por que essas pessoas estão nas ruas agora, só quando os seus próprios benefícios sociais são ameaçados, sendo que elas não levantavam um dedo quando eram

Milhares de pessoas lotaram a Plaza del Sol em Madri durante a mobilização do 15M em 2011.

outras pessoas sendo comidas vivas?” Pode provocar o questionamento: “Por que a mídia está dando tanta atenção a este fenômeno, mesmo que muitas vezes seja uma atenção negativa, sendo que essa mídia ignorava completamente nossas lutas durante anos?”

Quando o movimento de ocupação das praças eclodiu no dia 15 de maio (15M) de 2011 por todo o estado Espanhol, nos jogamos nele. Algumas pessoas anarquistas rejeitaram o movimento de cara, incapazes de descobrir o que unia aquele movimento caótico com misturas esdrúxulas. Outra parte dava, acriticamente, seu selo de aprovação para qualquer coisa que parecia ter o apoio das massas. Mas nos recusamos a desistir das perspectivas e experiências que acumulamos ao longo dos anos de luta solitária quando alguns poucos grupos estavam insistindo que o sistema em que vivíamos era inaceitável.

Nem todas nós interpretamos essas experiências da mesma forma, assim como não desenvolvemos as mesmas estratégias no meio do movimento de ocupação das praças. Só posso dar um relato dessa história; no entanto, é uma história que ajudamos a construir coletivamente, lutando lado a lado e disputando posições umas com as outras. Não há consenso na história do movimento e nem mesmo da participação anarquista, mas ao mesmo tempo, nenhuma pessoa chegou sozinha na sua versão particular de eventos.

Um elemento que todo mundo compartilhava era uma crítica à democracia. Havia uma história apoiando a nossa posição. Em 1975, Francisco Franco morreu. Um ditador fascista que foi apoiado por Hitler e Mussolini e, mais discretamente pelos governos britânicos, dos EUA e o francês. A aberta aceitação que o Ocidente demonstrou em 1949 revelou mais uma vez a tolerância que um sistema mundial democrático pode ter com ditaduras que tiveram sucesso na prevenção de revoluções. Em 1976, o grupo pela independência basca ETA explodiu uma bomba que matou o sucessor escolhido por Franco. O país foi inundado por greves e protestos. Ações armadas foram se multiplicando, mas não havia um grupo vanguardista com a esperança de controlar ou que representasse todo o movimento. Nenhuma figura que poderia ser cooptada ou destruída. Era o início da Transição.

Percebendo a inevitabilidade de um governo democrático, os fascistas se transformaram em conservadores, constituindo o Par-

tido Popular e, em troca da legalização e de uma chance de estar no poder, persuadiram comunistas e socialistas a negociar, dando origem a um novo sindicato institucionalizado e legal: o CCOO. E também um novo partido político, o partido Socialista dos Trabalhadores da Espanha (PSOE). O PSOE governou o país de 1982 a 1996 e em 2010 estava novamente no poder quando burocratas da União Européia e financiadores bancários exigiram medidas de austeridade. Ele prontamente atendeu.

Mas, em meados dos anos 70, nem todo mundo entrou na onda. Muitas pessoas rejeitaram negociações com os fascistas, ou rejeitaram qualquer tipo de governo e qualquer forma de capitalismo completamente. Conforme os anos se transformaram em décadas, esses redutos tornaram-se cada vez mais isolados, até que através da marginalização institucional, judicial e midiática ficaram restritos a um gueto político. Nesta altura, os “irreductibles” poderiam ser majoritariamente encontrados dentro de um movimento anarquista que era muito mais fraco e mais vulnerável do que tinha sido antes da Guerra Civil, que colocou Franco no poder.

Esses anarquistas continuaram a lutar, em grande parte, desenvolvendo um caráter antissocial como uma ferramenta para resistir aos efeitos psicossociais de extrema marginalização, bem como facilitar uma crítica da sociedade democrática como uma estrutura de controle majoritário e midiática. Mas, quando as revoltas começaram a tomar países vizinhos vários anos antes do início da crise econômica, algumas anarquistas começaram a dar atenção às possibilidades de uma revolta social generalizada, e começaram a mudar os seus métodos e suas análises para serem capazes de incentivar e participar em tais revoltas, na esperança aparentemente improvável que uma delas pudesse começar por aqui. Mas, em poucos anos, coincidindo com o início da crise, as revoltas se multiplicaram e se aproximaram — se não geograficamente, ao menos ideologicamente.

Antes do movimento 15M começar, Barcelona já tinha assistido a uma greve geral de um dia, com participação massiva, onde os discursos anticapitalistas eram freqüentes, se não predominantes, e que resultou em ocupações de grande porte, tumultos, saques, e confrontos com a polícia, constituindo um importante passo na

reapropriação de táticas de rua que tornariam possíveis outras vitórias nos anos seguintes. Um protesto combativo no 1º de Maio tinha abandonado o trajeto tradicional pelo centro da cidade para passar através de vários bairros ricos, deixando um rastro de destruição e uma pequena ação de vingança econômica.

O movimento 15M eclodiu apenas duas semanas depois, e seus discursos oficiais pediam pacifismo total e protestos simbólicos para conseguir uma democracia melhor e mais saudável através de uma reforma constitucional. Quase nenhuma menção foi feita, dentro deste discurso oficial, sobre as condições de vida diária, de autodefesa coletiva contra a austeridade e a auto-organização direta de nossa sobrevivência. Mas de onde veio esse discurso oficial e como ele foi produzido em uma multidão enorme e heterogênea?

O 15M não era enorme desde o início. Na verdade, na primeira assembléia, em Barcelona, na primeira noite na Praça Catalunya, havia apenas uma centena de pessoas presentes. Algumas delas participantes da "Democracia Real Já", um novo grupo com sede em Madrid que tinha produzido o primeiro chamado para os protestos e ocupações em todo o país. Seu discurso era extremamente reformista e não fez nenhuma menção às ondas crescentes de protesto real e conflito social que vinham aumentando na Espanha, nem à construção fora de uma tradição de luta que trazia um grande conhecimento coletivo. Essa história estava ausente da sua perspectiva, o que talvez fosse a única maneira que encontraram para poder chamar as pessoas para um movimento baseado no pacifismo e na reforma legalista. Elas mencionaram a "Primavera Árabe", sobretudo o levante no Egito, mas apenas da maneira mais comedida e manipuladora. Elas descreveram a insurreição egípcia como se ela fosse um movimento não-violento que já tinha atingido seus objetivos — quando na verdade, é óbvio agora como já era óbvio para qualquer pessoa com uma perspectiva radical, que a luta só estava começando.

Nessa primeira assembléia, usaram uma velha tática trotskista. Membros do movimento se espalharam por todo o círculo e tentaram forçar o grupo a adotar um consenso pré-definido que casava com os encaminhamentos que haviam trazido de Madri. Mas ficou claro que não eram pessoas experientes nessa tática, pois esta-

vam todas vestindo camisetas idênticas do "Democracia Real Já". No minuto em que alguém do movimento de esquerda pela independência da Catalunha disse que a ocupação Barcelona deve estabelecer seu próprio caminho ao invés de seguir Madri, a multidão concordou. Haviam poucas pessoas anarquistas naquela primeira noite, mas as que estavam presentes também se certificaram de que reformistas não fossem capazes de limitar o movimento desde o início.

"Quem é a favor?" – pergunta a pessoa com o microfone, sua voz amplificada pelos autofalantes de alta qualidade. Alguns milhares de pessoas levantam as suas mãos.

"Quem é contra?". Umas cinqüenta pessoas levantam as mãos. Por uma questão de ordem, algumas pessoas fazem uma contagem rápida. É improvável que se consiga contar com precisão, mas não importa. Está claro que o número de votos negativos não é

suficiente para ser considerado relevante. Seria preciso uma centena para bloquear uma decisão.

"Quem quer mais debate?" Uma dúzia de mãos levantadas. Mais uma vez, aquém do mínimo necessário para enviar a proposta de volta para uma segunda rodada de debate.

"A proposta passou." As pessoas fazendo a moderação fazem uma pausa antes de passar para o próximo item. A multidão, talvez umas dez mil pessoas, espera sentada com uma paciência tolerante mas também muito entediante.

"O que acabamos de votar?" — ouvi uma jovem estudante perguntando a outra. Não seria exagero dizer que essa era uma das perguntas mais freqüentes naquele mês de ocupação.

Em apenas uma semana neste grande experimento de democracia direta, a abstenção já tinha se tornado a opção mais comum nas assembléias. Na maioria dos votos, a abstenção atingiu proporções que igualam ou ultrapassam a porcentagem dos que escolhem não votar nas eleições e referendos de uma democracia representativa comum.

Não é nenhuma surpresa. Empoderamento não era mais do que um slogan na praça ocupada. Até mesmo quando havia apenas cem pessoas numa assembléia, já não era possível que todas participassem. Depois que o número de participantes passou de centenas para milhares, comissões e subcomissões começaram a aparecer como cogumelos depois de uma chuva. Moderadores experientes começaram a dirigir as assembléias, colocando em prática técnicas para um processo de consenso diferenciado que tinha sido desenvolvido durante o movimento antiglobalização. As propostas foram desenvolvidas e aprovadas por consenso em comissões, então elas tiveram que ser lidas de forma clara para serem ratificadas pela assembléia geral. Uma centena de pessoas, pelo que me lembro, podia bloquear uma decisão, e um número menor poderia enviá-la de volta à comissão para mais debate.

Para realmente ter qualquer influência significativa sobre uma decisão, alguém teria que gastar duas a quatro horas do dia em uma reunião de comissão para redigir a proposta, para além das várias horas que a assembléia geral noturna costuma durar. Propostas mais difíceis eram avaliadas durante dias ou uma semana

inteira e por via das dúvidas você tinha que ir para as reuniões das comissões todo dia se quisesse ter certeza de que a proposta mais antiga não seria anulada por uma nova. Obviamente, apenas um pequeno número de pessoas com um certo nível de independência econômica poderia participar plenamente nessas estruturas diretamente democráticas. Mas mesmo que todas as pessoas tivessem tal independência econômica, as próprias estruturas funcionavam como funis, limitando e concentrando a participação para que uma massa grande e heterogênea pudesse produzir decisões homogêneas, unificadas e enumeradas. Em qualquer assembléia ou comissão, certos estilos de comunicação e de tomada de decisão são favorecidos, enquanto outros estão em desvantagem.

A democracia direta não passa de democracia representativa em uma escala menor. Ela inevitavelmente recria a especialização, a centralização e a exclusão que associamos com as democracias existentes. Em quatro dias, uma vez que as multidões excederam 5.000 pessoas, o experimento de democracia direta já estava repleto de falso consenso e manipulações, minorias sendo silenciadas, aumento da abstenção de votos e dominação de especialistas e políticos internos.

Em um exemplo, anarquistas na Sub-Comissão de Auto-Organização e Democracia Direta queriam organizar um debate simples sobre a não-violência. A iniciativa quase não aconteceu porque a Sub-Comissão precisava de dias para debater e chegar ao consenso sobre como exatamente elas queriam fazê-lo. No final, duas pessoas decidiram ignorar a comissão e juntar-se com outra anarquista que não estava participando da Auto-Organização. As três realizaram uma conversa e um debate bem-sucedidos em apenas um dia, fazendo o que um grupo de cinqüenta pessoas não tinha conseguido ao longo de uma semana.

No entanto, não foi tão fácil por causa dos diversos obstáculos que ativistas da democracia colocavam no caminho de qualquer ação direta que não tinha o seu selo de aprovação. Por duas vezes, reservamos o sistema de som e o espaço central na praça para debater a política de não-violência que tinha sido imposta à força em todo o movimento. Nas duas vezes, a nossa reserva desaparecia misteriosamente e, na terceira vez, o sistema de som foi reservado

para outro evento na mesmo horário que tínhamos programado nosso debate. Derrotadas, decidimos realizar o debate com apenas um megafone na beira da praça. Seria menor, verdadeiramente marginalizado, mas insistimos em registrar nosso desacordo com uma posição que realmente só uma pequena minoria de ativistas impôs com sucesso sobre todo o movimento.

Fomos para a tenda da Comissão de Atividades para informar novamente sobre nossos planos. Em uma história digna de Kafka, o garoto na mesa olhou para seu formulário, um pequeno pedaço de papel todo cagado escrito de caneta e nos disse que não poderíamos fazer o nosso evento no local onde queríamos. "Por quê não?", perguntei, tentando não surtar. Seria este ainda outro truque dos novos especialistas em democracia direta para proteger seu falso consenso em torno da não-violência?

A resposta foi muito mais patética do que eu esperava:

"Porque os nossos formulários são divididos em colunas diferentes, veja, uma coluna para cada espaço na praça... Mas esse espaço que vocês querem, ao longo da escadaria... Bom, ele não é um espaço oficial."

"Tudo bem, nós não ligamos. Só escreve ele aí."

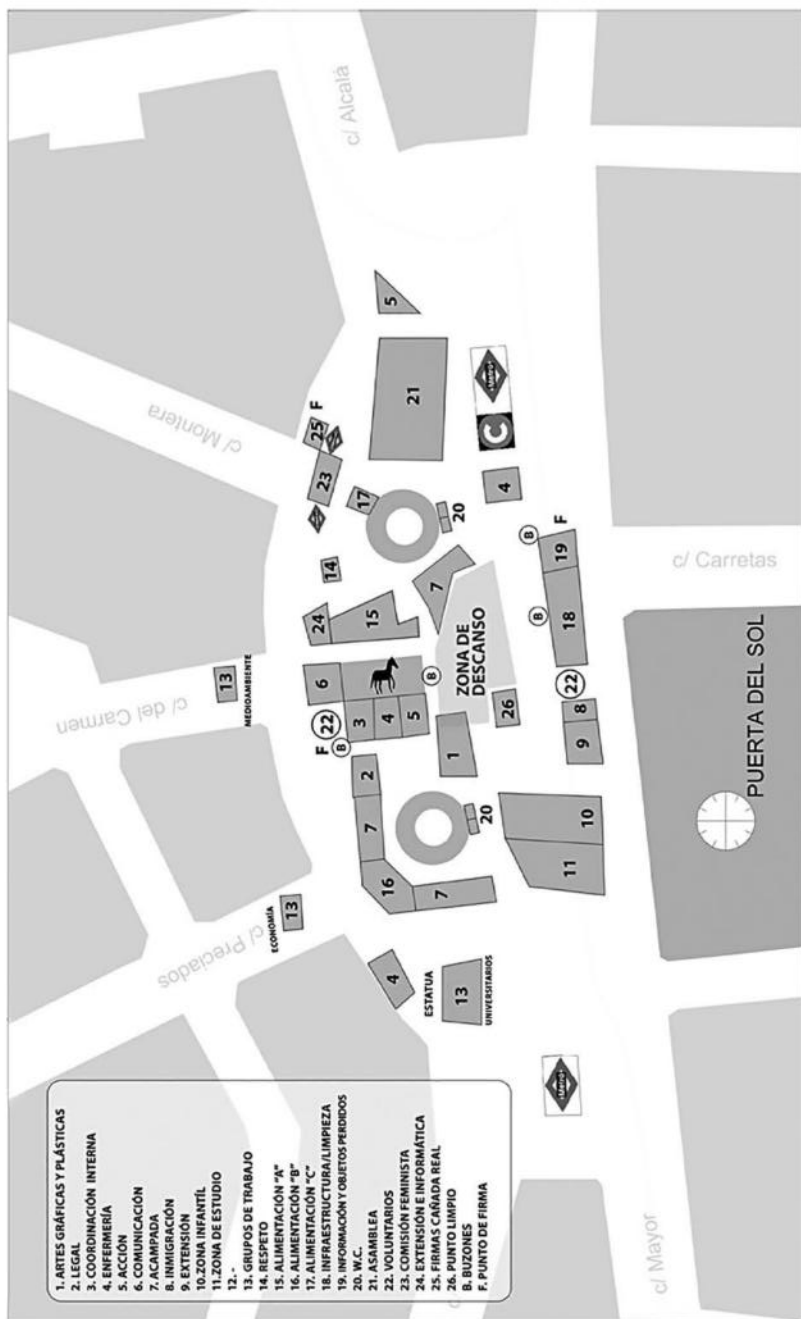
"Mas, mas, não posso. Não há uma coluna para ele ".

"Tá bom, é só fazer uma coluna."

"Humm, não posso."

"Meu deus! Olha aqui qual está vago... o Espaço Rosa, só escreve que nosso evento é no Espaço Rosa e na hora mudamos ele pra lá.

Em apenas duas semanas, sem qualquer treinamento prévio, a revolução espanhola tinha criado burocratas perfeitos!

Exemplos de manipulação do processo não faltaram. No início, a assembléia decidiu, de uma maneira bem anarquista, não lançar manifestos unificados falando por todo mundo. Posteriormente, as pessoas falavam suas próprias idéias nas assembléias e em espaços informais ao longo do dia. Nós, anarquistas, montamos uma banquinha de literatura onde distribuíamos cartas abertas e panfletos, publicando textos novos todos os dias. Estávamos contentes em nos expressarmos no diálogo com o resto, ao invés de tentar representar todo o movimento. Mas os políticos de base no meio daquela confusão toda ansiavam por algum manifesto unifi-

Mapa da Plaza del Sol, 20 de maio de 2011.

Mapa da Plaza del Sol, fim de maio de 2011.

cado, alguma lista de exigências com as quais poderiam pressionar os políticos no poder. Eles só viam as enormes multidões como números, meios para um fim.

Posteriormente, eles formaram uma Comissão de Conteúdo a fim de formular o "conteúdo" ou as idéias do movimento, como se toda a praça ocupação fosse apenas um cesto vazio, uma besta irracional esperando pela assembléia para ratificar uma lista de crenças e posições comuns. Na tenda anarquista, debatemos se devíamos ou não participar das comissões. Alguns de nós foram firmemente contra, mas como anarquistas, não buscávamos um consenso. Quem quisesse participar não precisava de nossa permissão. E pelo menos uma coisa boa saiu de sua participação: muitos exemplos da corrupção intrínseca e autoritarismo da democracia em todos os níveis.

Quando a participação anarquista impediu que trotskistas, ativistas da Democracia Real e outras militâncias de base produzissem um tipo de conjunto de demandas unificadas e manifestos que a assembléia geral havia vetado anteriormente, a Comissão foi dividida em uma dúzia de subcomissões. Todos os dias, em várias subcomissões, militantes faziam as mesmas propostas que tinham sido derrotadas no dia anterior, até o dia em que houve uma reunião na qual nenhuma das pessoas que faziam oposição estavam presentes. As exigências foram passadas através da Comissão e posteriormente ratificada pela assembléia geral, que havia ratificado quase todas as propostas que tinham passado por ela anteriormente.

Por outro lado, após uma semana de debate, anarquistas na Sub-Comissão de Democracia Direta e Auto-Organização chegaram a um consenso duramente conquistado com pessoas defensoras da democracia direta para uma proposta de descentralizar a assembléia, o que significa que a heterogeneidade e as diferenças seriam respeitadas, e a assembléia seria transformada em um espaço para se compartilhar propostas e iniciativas, mas não para ratificá-las. Isso porque, no novo sistema, todo mundo seria livre para realizar as ações que bem entendesse, e não precisaria de qualquer permissão burocrática. A proposta significaria a derrota total da militância de base, porque a assembléia não seria mais uma massa que

poderiam controlar para seus próprios fins. Todas as pessoas seriam livres para organizar as suas próprias iniciativas e tomar suas próprias decisões. O funil seria transformado em um campo aberto.

A proposta anarquista de descentralizar a assembléia foi votada duas vezes, sempre conseguindo um apoio esmagador, mas curiosamente foi derrubada por detalhes técnicos ambas as vezes. Os moderadores dramatizaram e gaguejaram, tentaram atrasar o processo e inventar obstáculos. Quando já não podiam impedir a votação, a proposta teve uma maioria mais expressiva do que talvez qualquer outra pauta naquelas semanas. Tentaram assustar as pessoas para barrar a proposta, insistindo que fosse lida várias vezes, para que todo mundo tivesse certeza de que entenderam suas implicações, e sugeriram que tirassem um dia a mais para refletir sobre ela, mas todas essas táticas acabaram saindo pela culatra. No final, essa foi uma das poucas propostas que todas as pessoas na assembléia prestaram atenção, discutindo e votando com a consciência total.

Apenas cerca de cinqüenta pessoas votaram contra a proposta de descentralizar a assembléia. As mesmas cinqüenta pessoas que votaram por mais debate, mesmo não tendo absolutamente nenhuma intenção de debater, então, a proposta foi descartada. A proposta alcançou um consenso consistente na Subcomissão. Mais debate não mudaria nada. Ela só voltaria mais uma vez para a assembléia geral e seria bloqueada novamente. Graças à democracia direta, cinqüenta pessoas poderiam controlar vinte mil.

Essa ação demonstrou que tínhamos razão, tivemos muito apoio, e a assembléia era uma farsa. E isso, por si só, foi uma vitória. Mas a democracia direta não pode ser reformada a partir de dentro.

Muitas pessoas passaram a levar as comissões e a assembléia geral mais a sério do que o esperado. De fato, debates férteis entre grupos de cinqüenta ou cem pessoas aconteciam nas comissões, e a assembléia serviu parcialmente como uma plataforma para pessoas que não se conheciam expressarem suas queixas e construir um senso de coletividade. Mas o único posicionamento válido era subverter essas estruturas de burocracia e centralização, criticar as dinâmicas de poder que elas criaram e criar algo mais vibrante

e livre à sombra da assembléia geral.

Havia muito mais na ocupação das praças do que essas estruturas burocráticas frustrantes. O centro oficial do movimento, de fato, era minúsculo em comparação com as margens caóticas. Essas margens eram todos os espaços na praça exterior ao das tendas das comissões e às duas horas de assembléia geral todas as noites. Durante todo o dia, a praça era um espaço extenso e caótico de auto-organização, onde as pessoas atendiam suas necessidades logísticas, às vezes passando por canais oficiais, às vezes não. Foi feita uma biblioteca, um jardim, um centro internacional de tradução, uma cozinha com grandes fornos e fogões solares. E o tempo todo aconteciam shows, oficinas, debates e tendas de massagem, além de inúmeras conversas menores, debates, e encontros. As pessoas bebiam, debatiam, celebravam, dormiam, namoravam, faziam amizades.

Era o caos, no sentido literal, de que padrões surgiam e desapareciam e não havia espaço central a partir do qual tudo podia ser observado, muito menos controlado. Considere o programa reconhecido oficialmente: você só tinha que ir para a tenda da Comissão de Atividades para ver toda a programação. A partir daí, a polícia poderia registrar todos os eventos que estavam acontecendo, o que estava sendo falado, o que estava sendo organizado. Uma pessoa nova, querendo participar, poderia vir e saber onde se envolver, e seu guia seria um pedaço de papel, uma agenda, ao invés de um novo amigo. Militantes podiam monopolizar os espaços e horários mais importantes, dando prioridade a certas reuniões ou eventos e marginalizando outros (ou poderiam até mesmo fazer eventos indesejados desaparecem, como aconteceu com o nosso debate sobre não-violência). Não é nenhuma coincidência que os interesses externos de controle estatal, os interesses internos de controle hierárquico e os interesses de eficiência impessoal ou racional, todos convergem nas estruturas de democracia direta.

Em contraste, as margens não oficiais eram muito mais vivas e dinâmicas. A maioria das novas amizades e cumplicidades, as conversas mais significativas, face-a-face, e a maioria das experiências comuns satisfatórias, que faziam as pessoas voltarem, ocorreram nas margens caóticas. Um punhado de pessoas poderi-

Dando a real pras autoridades?

am organizar um debate ou um pequeno show sem ter que se esgotar passando por comissões e subcomissões. Poupando suas energias para o que realmente importava — a atividade em si — alguns indivíduos poderiam preparar um evento de qualidade por sua própria iniciativa, e uma multidão de cem, ou mesmo quinhentas pessoas, podiam espontaneamente se reunir e participar.

Mesmo durante as assembléias gerais, as margens caóticas não poderiam ser extintas. Milhares de pessoas boicotaram as votações. Algumas de nós nos recusamos, por princípio, a legitimar tais farsas de exercício de autoridade em nome do povo, um corpo coletivo apagado somente pela imposição artificial de unidade. Muitas não votaram porque acharam a assembléia chata (muito parecidas com crianças em salas de aula sonhando acordadas, não porque são pouco inteligentes, mas porque são, de fato, muito inteligentes para se sentirem engajadas por um método de educação autoritário e pacificador). Outras não votaram porque, uma vez que as multidões ultrapassaram o número de cinqüenta mil pessoas, elas não poderiam chegar perto o suficiente para ouvir. As margens da praça tornaram-se um país ingovernável de con-

Assembléia de bairro, maio de 2011.

versas sussurradas, críticas e vaias ocasionais.

Não eram todos esses outros espaços à margem também espaços de tomada de decisão? Não tomamos decisões em todos momentos de nossas vidas? Por que o espaço formalizado e masculino de uma assembléia é mais legítimo do que a cozinha comunitária, onde muitas decisões e conversas também acontecem? Por que ela é mais legítima do que as centenas de aglomerados de pequenas conversas e debates que ocorrem durante o dia, em pequena escala, permitindo que as pessoas se expressem mais intimamente e mais plenamente?

Mesmo se participássemos de cada decisão formal, será que essas seriam as mesmas decisões às quais chegaríamos em espaços confortáveis, espaços de vida e não de política? Será possível que os nossos "eus" formais se tornem uma mera representação, uma manipulação produzida durante algumas horas chatas de reuniões que é usada para nos controlar durante todos os outros momentos de nossas vidas?

"Não faça isso", diz o ativista que se acha uma espécie de líder para a pessoa que começou a pixar um banco, "este é um protesto pacífico". O líder fala com toda a legitimidade de um mandato po-

pular. Supostamente, há um consenso sobre a questão da não-violência, pois este protesto foi organizado pela assembléia da praça. No entanto, que tipo de consenso precisa ser continuamente reafirmado? Por que as pessoas que participaram da assembléia se rebelaram com tanta freqüência contra as decisões que supostamente as representavam?

Nem precisa dizer que defensores da democracia direta e suas estruturas oficiais fizeram tudo o que podiam para suprimir as zonas caóticas na praça. A tenda anarquista, por exemplo, nunca tinha permissão oficial e tentaram nos expulsar logo no primeiro dia em que a montamos. Deixamos claro que eles teriam de usar a força para nos tirar de lá e, sendo assim, todo mundo iria ver em que consiste a sua democracia. Eles teriam feito isso se não fôssemos um bando de pessoas afiadas e calejadas pelos anos de luta nas ruas. Em vez disso, nas primeiras horas da manhã seguinte, eles montaram algumas barracas de comissões sobre o nosso ponto. Apenas encontramos um outro local.

A Comissão "Convivência" (um termo classista, muitas vezes racista que é sistematicamente utilizado pela administração da cidade) ocupou-se de tentar expulsar as pessoas que estavam bebendo na praça, mas não os jovens estudantes brancos, apenas os mais velhos, homens sem-teto geralmente imigrantes que dormiam na praça. Ela também tentou várias vezes expulsar os imigrantes sem documentos que tinham que trabalhar vendendo cervejas ou bolsas nas ruas e que, muitas vezes, tinham que correr da polícia. Participantes da Comissão tentaram negar o acesso desses imigrantes ao espaço seguro que tínhamos criado na praça, e só pararam quando algumas pessoas do nosso grupo decidiram meter o dedo na cara deles, dizendo que estavam sendo racistas e que, se precisasse, iam usar a violência para que parassem com isso.

Chamar o movimento 15M de imperfeito não é o mais preciso. Todas as dinâmicas opressivas, todos os hábitos de passividade e autoritarismo na nossa sociedade nos seguiram para dentro da praça. Mas ali, naquele espaço coletivo, tínhamos a oportunidade de enfrentá-los. As estruturas de democracia direta apenas mascaravam ou exacerbavam essas dinâmicas; elas eram tentativas

fracas de controlar o caos que passava despercebido. Mesmo algumas pessoas anarquistas não conseguiram ver isso. Como muitas outras, elas foram distraídas com a aura da oficialidade — os títulos e processos, comissões, programações e diagramas. Tudo aquilo era uma farsa. A imposição de um modelo oficial tinha a intenção de desviar nossa atenção e, ao mesmo tempo, controlar nossa participação. Espero que da próxima vez saibamos não levar isso tão a sério.

Com o tempo, o movimento 15M diminuiu, novamente imerso nos conflitos sociais que deram origem a ele, e que continuaram inabalados. Por um tempo, muitas anarquistas em Barcelona participaram com milhares de outras pessoas nas assembleiés de bairro que substituíram a ocupação da Praça Catalunya. Protestos contra desalojos devido a hipotecas se tornaram freqüentes. Houveram ocupações de escolas e hospitais contra as medidas de austeridade. Greves gerais e confrontos nas ruas. Protestos contra novas leis repressivas. Ondas de prisões e contra-mobilização. A luta continuou.

O surgimento desses movimentos nos ensinou uma série de coisas. Suas origens confirmaram certas teorias anarquistas sobre conflito social. Eles não foram mecanicamente desencadeados por condições materiais, já que geralmente surgiam antes da crise ou dos piores efeitos econômicos da austeridade. Eu diria que não existem condições materiais, apenas interpretações das pessoas sobre suas condições. (Na verdade, toda a categoria chamada "material" parece mais uma tentativa grosseira de parecer científica, embora se baseie em uma dicotomia que vem desde as origens da civilização ocidental cristã.) Os verdadeiros estopins dos movimentos incluíam uma empatia coletiva pelas revoltas que aconteceram em outros países, uma sensação coletiva de insegurança ou uma avaliação de que o Estado tinha se tornado fraco, indignação em resposta a medidas de um governo vistas como um insulto à dignidade das pessoas e como ameaça ao seu bem-estar,

e a apreensão de que as condições ainda estavam piorando.

Os governos muitas vezes reagem de forma desastrada aos movimentos emergentes, contribuindo para seu crescimento e radicalização, ao passo que os participantes reformistas ou sedentos de poder são os mais eficientes e espertos na criação de organizações que espelham o controle estatal dentro dos próprios movimentos, impedindo-os de desenvolver perspectivas revolucionárias. Vimos isso tanto em respostas institucionais aos movimentos quanto surgidas neles.

Além disso, uma série de hipóteses sobre o pacifismo foram confirmadas. Nossa sociedade treina pessoas para apoiar acriticamente o pacifismo nos movimentos sociais, e a corrente predominante de pacifismo se afasta progressivamente de uma prática que promova mudança social para uma prática de pacificação total; a mídia, a polícia e pessoas que aspiram liderar os movimentos conspiram para impor o pacifismo; a evolução natural dos movimentos leva a romper com a não-violência e desenvolver táticas mais enérgicas. Mas os acontecimentos também nos deram a oportunidade de ver como quando a multidão deixa pra trás as pessoas que aspiram a liderança, elas tendem a abandonar seu compromisso com a não-violência e a apoiam ou ao menos toleram passivamente certas táticas ilegais ou destrutivas.

Por outro lado, o compromisso das lideranças com a democracia é mais profundo, e foi o apoio cego aos valores da democracia que lhes permitia legitimar a sua liderança sobre o que tinha sido um movimento anárquico.

O Democracia Real Já fez um excelente trabalho de formulação de políticas medíocres definidas pelo seu populismo, reformismo e moralismo. Usando termos comuns, carregados de valores tais como "democracia" (bom) e "corrupção" (ruim), eles criaram uma armadilha discursiva que recebeu apoio esmagador para todas as suas propostas enquanto desviava ou fingia incluir propostas que iam além. Suas declarações incluíam linguagem revolucionária e o sentimento altamente popular que "vamos mudar tudo", enquanto oferecia uma escala de demandas que basicamente indicava os preços, do mais barato ao mais caro, daquilo que estavam dispostos a vender. Começava com a reforma da lei eleitoral, passando

Isso se chama democracia.

por leis para uma maior supervisão dos banqueiros e atingiu, no seu extremo mais radical, uma recusa em pagar o resgate de empresas privadas. Tudo foi estruturado em torno de demandas feitas ao governo existente, mas enfeitado em linguagem populista. Assim, o popular slogan anarquista *Ningú ens representa* (Ninguém nos representa), foi distorcido para dizer, “Nenhum dos políticos atualmente no poder nos representam: queremos políticos melhores para fazer isso”.

No entanto, para realizar este ato de equilíbrio, tiveram que adotar princípios de organização vagamente antiautoritárias herdados do movimento antiglobalização, como o compromisso de chamar assembléias e uma rejeição a porta-vozes ou partidos políticos. Propostas baseadas na ação direta ou em sentimentos de rejeição ao governo e ao capitalismo foram facilmente neutralizadas dentro deste modelo ideológico. As ações diretas seriam paternalisticamente toleradas como projetos paralelos bonitinhos ofuscados pelo projeto maior de demandas reformistas. A rejeição

ao governo e ao capitalismo seriam aplaudidas e linkadas à retórica popular em uso, e corrompida para representar uma oposição aos políticos atualmente no poder e a banqueiros específicos.

A única maneira de desafiar essa cooptação da revolta popular foi concentrar a crítica na democracia em si. Rapidamente descobrimos que a idéia de democracia direta foi a principal barreira teórica que protegia a democracia representativa existente. E ativistas da democracia direta, incluindo anarquistas, eram a ponte delicada entre os militantes parasitas e esse corpo social hospedeiro.

A experiência na praça nos ensinou na prática o que já tínhamos discutido na teoria: de que a democracia direta recria a democracia representativa; que não são certas características que podem ser reformadas (financiamento de campanha, limites de mandato, referendos populares), mas os ideais mais centrais da democracia que são inerentemente autoritários. O bonito sobre o acampamento na praça foi que ele tinha vários centros de tomada de decisão e criação. A assembléia central funcionava para suprimir isso e, se tivesse conseguido, a ocupação teria morrido muito mais cedo. Ela não teve sucesso, em parte graças à intervenção anarquista.

A assembléia central não deu à luz nem uma única iniciativa. Ao invés disso, o que ela fez foi dar legitimidade às iniciativas trabalhadas nas comissões; mas esse processo não deve ser retratado em termos positivos. Essa concessão de legitimidade era na verdade um roubo da legitimidade de todas as decisões tomadas nos vários espaços ao longo da praça que não foram incorporados em uma comissão oficial. Várias vezes, representantes autonomeados dessa ou daquela comissão tentaram suprimir as iniciativas espontâneas que não levavam seu selo de legitimidade. Em outras ocasiões, comissões, moderadores e militantes internos contrariavam especificamente decisões tomadas na assembléia central, mas só quando isso favorecia uma maior centralização. Essa não é uma questão de corrupção ou de má implementação. A democracia sempre subverte os seus próprios mecanismos para favorecer quem está no poder.

Inúmeras vezes vimos na praça uma correlação entre a democracia e a paranóia de controle: a necessidade de que todas as de-

cisões e iniciativas passem por um ponto central, a necessidade de tornar legível a partir de um único ponto de vista a atividade caótica de uma ocupação feita de multidões — ou, por assim dizer, de uma sala de controle. Esse é um impulso estatista. A necessidade de impor a legibilidade em situações sociais — que são sempre caóticas — é compartilhada por ativistas da democracia que pretendem impor uma nova estrutura organizacional brilhante, pelo cobrador de impostos que precisa que toda atividade econômica seja visível para então ser reapropriada e pelo policial, que deseja uma vigilância total, a fim de controlar e punir. Também percebi que muitas pessoas anarquistas de diversas linhas ideológicas não foram capazes de ver a diferença teórica crucial entre as oposições *democracia representativa versus democracia direta / consenso e centralização versus descentralização*, porque em ambos os casos, esses termos em conflito se transformaram em sinônimos na prática. Por essa razão, decidi reabilitar o termo "caos" no meu uso pessoal, uma vez que é um termo assustador que nenhum populista no contexto atual iria usar e abusar. E isso se relaciona diretamente com teorias matemáticas que expressam o tipo de organização acéfala mutável, conflituosa e renovadora que anarquistas estão pedindo.

II. Ossificação

Outono de 2015

Junts pel Sí, a coalizão pró-independência que reúne os principais partidos de direita e de esquerda na Catalunha, ganhou as eleições regionais. Juntamente com a CUP — uma plataforma ativista de base que toma decisões em assembléias, e que surgiu a partir dos movimentos sociais para captar mais de 10% dos votos — elas têm uma maioria no parlamento catalão e anunciaram que vão fazer uma declaração unilateral de independência, transformando o parlamento em uma assembléia constituinte para uma nova constituição, rompendo com Espanha. Enquanto isso, o Partido Socialista e Partido Popular, que até há quatro anos governavam o país em um sistema de dois partidos inabalável, ameaçam

A Plaza del Sol em Madri, mais uma vez repleta de pessoas, durante um comício do Podemos em 2015.

entrar com uma ação legal desde Madri. Podemos, um partido político ativista inspirado no Syriza, promete um referendo sobre a questão da independência para a Catalunha, o País Basco, a Galícia, se forem eleitos e chegarem ao poder. Eles sugerem a possibilidade de uma nova constituição, transformando a Espanha em uma nação de nações. Os jornais e a TV estão cheios disso todos os dias. Todo mundo aguarda, com expectativa.

Na primavera, as plataformas de ativistas, algumas delas com menos de um ano de idade, ganharam as eleições em Madrid, Valência e Barcelona. Em Donostia, o recém legalizado partido pela independência basca, Bildu, já estava no poder. Essas constituem quatro das cidades mais importantes da Espanha, incluindo as duas maiores.

A nova prefeita de Barcelona, Ada Colau, já foi ativista dos movimentos de moradia e já foi presa em um ato de desobediência civil para impedir um despejo. Todo mundo discute sobre se ela vai cumprir suas promessas e proteger as famílias que não podem pagar as hipotecas de serem expulsas de suas casas. Será que ela vai criar emprego digno? Será que ela vai parar os estragos do turismo que estão refazendo a cidade? Todo mundo aguarda, com

expectativa.

Um novo texto anarquista de Barcelona, “Uma Aposta Para o Futuro”, argumenta que esses novos partidos políticos são o resultado da morte do movimento 15M. Os aspirantes a líderes não conseguiram transformar diretamente o movimento em um novo partido político, embora certamente tentaram. Em todo o país, centenas de milhares de pessoas deram uma chance para a auto-organização em assembléias. E diante disso, elas alcançaram exatamente nada. Alguns anos mais tarde, em um clima de decepção geral, passividade e desmobilização, o Podemos e outros partidos políticos novos, como o Barcelona en Comu, foram formados. Plataformas de ativismo que se tornaram partidos políticos, como a CUP ou Compromis em Valência, prepararam-se para agarrar uma fatia maior do bolo. As poucas assembléias de bairro ou do 15M que restaram, meros esqueletos, tornaram-se ferramentas de recrutamento para um partido ou outro.

A democracia espanhola se regenerou. As pessoas, depois de terem falhado, estão mais uma vez prontas para depositar a sua confiança nos políticos, contanto que sejam novos rostos fazendo novas promessas. A democracia direta revelou como ela se transforma novamente em democracia representativa, à medida que aumenta sua escala.

Nesta conjuntura, podemos ver como a democracia direta protegeu e revitalizou a democracia representativa. Coerente com sua ênfase na participação formal, superficial e regulamentada em um espaço de política isolado — a assembléia central como o juiz de todas as tomadas de decisões – o movimento pela democracia direta buscou propor um conjunto de exigências com base na reforma institucional e do consenso social.

O que isso significa nos detalhes da vida cotidiana e da luta? Como todas as outras formas de governo, a democracia direta preserva e até mesmo celebra a política como uma esfera separada da vida. Na verdade, a política – gestão da pólis – é diretamente democrática nas suas origens. Em uma das alienações originais, as pessoas são convertidas em espectadores para as decisões que determinam como elas vivem.

As assembléias são uma ótima maneira de tomar certas decisões em situações específicas, mas a democracia direta dá mais importância à assembleia geral do que ao grupo de afinidade, do que à cozinha, do que ao grupo de estudos, do que à oficina de trabalho e mais de um milhão de outros espaços em que nos organizamos por nós mesmas. Este é um paralelo exato sobre como todos os governos concedem uma legitimidade exclusiva a qualquer forma de tomada de decisão que eles controlarem dentro dos canais institucionais. Um governo dirigido por estadistas carismáticos vai dar preferência a um congresso ou parlamento, um governo dirigido por tecnocratas vai dar prioridade aos bancos centrais e as comissões estaduais... e um governo dirigido por ativistas de base a caminho da profissionalização vai dar prioridade à assembléia.

Na Revolução Russa de 1917, uma das revoluções que definiu modelos na era moderna, os bolcheviques usaram os sovietes — que funcionavam como assembléias democráticas e que anarquistas contemporâneos como Voline diziam estar prontas para cooptação — até ter consolidado seu Estado burocrático o suficiente para não precisar mais da estrutura anterior. A compatibilidade entre o que foi uma democracia direta (ou pelo menos federativa) e o "centralismo democrático" bolchevique que a aboliu e assumiu o controle não nos deve passar despercebido. Não é história antiga, mas um padrão que continua a se repetir.

A democracia direta se diferencia de outras formas de governo através de uma ênfase no princípio do "autogoverno". Pessoas anti-autoritárias que defendem a democracia direta podem evitar esse termo, mas na verdade ele é bastante preciso. A democracia direta envolve as pessoas no seu próprio governo, o que quer dizer a sua própria alienação em relação à tomada de decisão social. Podemos ver isso na forma como as pessoas na Praça Catalunya acabaram abstendo-se ou passando batido pelas pautas nas assembléias noturnas. Ao ser dada uma oportunidade de autogoverno, elas estavam sendo reeducadas, de uma forma muito direta, precisa e de mãos dadas com o exato significado de governo. Não é por acaso que, logo em seguida, uma grande proporção dessas massas estava mais uma vez pronta para apoiar um partido

político e reproduzir todos os mesmos problemas de impotência e alienação que as havia trazido para as praças em primeiro lugar.

Quando nós, anarquistas, dirigimos nossa raiva e nossas críticas aos defensores da democracia direta, não é porque somos tão dogmáticas, tão seduzidas olhando nosso próprio umbigo ou purificando nossos minúsculos espaços de dissidência que preferimos atacar um aliado do que ir para cima dos verdadeiros bandidos dentro dos bancos, salas de reuniões e parlamentos. Pelo contrário, é porque o movimento pela democracia direta constitui a extensão mais eficaz do Estado dentro das nossas lutas de libertação. No final, não somos apenas vítimas. Vivemos em uma sociedade opressiva porque a cada dia ajudamos a reproduzir essa opressão. É por esta razão que criticamos. Assim como uma limitada "autogestão" no local de trabalho pode transformar você em seu próprio patrão, autogoverno transforma você em sua própria comandante, e não há nada mais triste do que ser o agente ativo de sua própria alienação. Em suma, o autogoverno significa ser o seu próprio pior inimigo.

É por isso que era lógico para um movimento baseado na democracia direta defender demandas baseadas na reforma institucional e consenso social: o olhar do movimento já estava fixado em tomar o poder centralizado — o poder que decorre da nossa alienação e impotência — ao invés de destruí-lo. Em vez de propor o fim das instituições dominadoras, ativistas da democracia direta propuseram maneiras de corrigi-las. Em vez de buscar a abolição de uma sociedade hierárquica, em vez de escolher os lados nos antagonismos de classe, do colonialismo, e do patriarcado, eles procuraram a unidade social. Afinal de contas, a sociedade é a máquina que os políticos desejam dirigir, por isso não faz sentido para aspirantes a políticos tentar desmontá-la.

Essa inclinação reformista desviou o movimento de uma rota de colisão com as autoridades. Os valores da democracia direta suprimiram um conflito mais radical, que vinha fermentando, como visto nos distúrbios durante o 1º de Maio de 2011, as greves gerais de 29 de setembro de 2010, 27 de janeiro de 2011 e principalmente 29 de marcço de 2012. É esse conflito que serve como um laboratório, como um caldeirão para a revolução. Ao limitar o

conflito, o movimento para a democracia colocou uma desvantagem em nosso processo de aprendizagem coletiva e nos roubou as experiências que poderiam ter oferecido um vislumbre de um horizonte revolucionário, sem governantes, sem exploração, sem dominação.

As promessas reformistas de pretensos líderes conseguiram algo mais. Redirecionando a atenção para a questão dos resgates, dos fundos públicos, da corrupção do governo e assim por diante, distraíram as pessoas da possibilidade vital de responder à austeridade no terreno da vida diária, com a auto-organização coletiva das nossas necessidades. E porque nenhuma reforma foi atingida através das assembléias, a maioria das pessoas as consideram como um fracasso. Interessante e inspiradoras mas, acima de tudo, derrotas. Certamente, as pessoas pragmáticas estavam corretas em dizer que a auto-organização na escala da sociedade é uma utopia idealista.

Essa propaganda enganosa cegou muitas pessoas para os avanços que as assembléias alcançaram de fato. Elas constituíram um importante primeiro passo — nos encontrar, começando um grande diálogo social — em direção à auto-organização da vida. E serviram como uma ferramenta para aumentar nosso poder, nossa capacidade de tomar o espaço público e transformá-lo em espaço comum. Na luta pelas nossas vidas, essa é uma grande vitória. Mas o pensamento por trás democracia direta não propõe colocar o poder de volta em nossas mãos para além de um nível simbólico e formalista, porque para o autogoverno funcionar, o poder deve permanecer centralizado, alienado.

Podemos culpar a democracia e os seus ingênuos proponentes de tentar vender essa idéia de revolução fadada ao fracasso desde o início, ou por não perceber, depois de tantas falhas semelhantes antes dela, que a revolução não é pragmática ou cautelosa. Mas que ela deve ser levada para além dos nossos horizontes, em direção ao imprevisível, ao incerto, aos limites mais distantes da nossa imaginação, ou então morrerá.

Mas não assistimos passivamente esse fracasso. Acho que, no geral, nós — aqui, me refiro simplesmente a mim mesmo e a minhas amizades com quem eu estava em contato mais próximo na-

Cuidado com o que você deseja.

queles dias — rapidamente aprendemos como prevenir que aspirantes a cargos políticos tomassem ou centralizassem as novas assembléias. Ou, no caso da assembléia da Praça Catalunya, que rapidamente se tornou grande demais para funcionar de forma empoderadora, aprendemos como tornar evidentes as suas falhas e como tirar o potencial máximo de outros espaços de organização e de encontro. Muitas vezes, isso significava nos opor ao modelo de assembléia centralizada baseada em um processo de decisão unitário com o nosso próprio modelo baseado nas diferenças, na pluralidade, por múltiplas vias de tomada de decisão e sobre a total liberdade de ação, o que significa que qualquer pessoa poderia fazer o que quisesse sem permissão de uma assembléia, desde que cultivando o respeito mútuo para que os inevitáveis conflitos entre as diferentes correntes de atividade fossem construtivas e não paralisadoras e destrutivas.

O que não aprendemos a fazer, vendo agora em retrospectiva, foi lançar propostas que uma grande parte da assembléia poderia se animar em participar; propostas resultantes de uma análise ra-

21 de maio de 2011: Mesmo que elas se reúnam para protestar contra as eleições, serão apenas recrutas para outro partido se elas não começarem imediatamente a resolver seus problemas de forma direta.

dical; propostas de soluções para a austeridade com base na ação direta e a auto-organização imediata de nossas necessidades, fora e contra as imposições do capitalismo.

Como o texto mencionado antes argumenta, na verdade, não é nossa responsabilidade como anarquistas chegar com as soluções para o resto da sociedade, mas se não somos capazes de descobrir como usar assembléias heterogêneas para avançar projetos anti-autoritários baseados em apoio mútuo em resposta às necessidades reais das pessoas, como podemos esperar que qualquer outra pessoa faça isso?

É neste sentido que as assembléias acabaram sendo inúteis. Ninguém se atreveu a dar o passo de usá-las para cumprir nossas necessidades coletivas. O capitalismo e o governo democrático estavam esperando, como sempre, para intervir e oferecer suas próprias soluções.

Esse fracasso poderia ser o assunto para um livro inteiro, ou melhor, para um processo de aprendizagem coletiva envolvendo milhares de pessoas sonhadoras e revolucionárias e as gerações que virão. Para concluir, como um simples gesto de apontar outros caminhos para avançar a partir deste impasse, vou mencionar dois componentes que senti falta: imaginação e habilidades.

Imaginação. É a capacidade de criar imaginários: visões de outros mundos em que nossos desejos e projeções podem residir, ou até mesmo prosperar, nos momentos em que o capitalismo não permite espaços autônomos onde as relações comunais podem se desenvolver. Não é por acaso que os movimentos revolucionários de hoje não imaginam outros mundos, nem é uma coincidência que grande parte da produção capitalista suprime a imaginação de seus consumidores, oferecendo imaginários prontos, cada dia mais elaborados, mais visualmente estimulantes, mais interativos, para que as pessoas não tenham mais que imaginar qualquer coisa por si mesmas, porque mil mundos e fantasias já vêm pré-fabricadas. Todas as antigas fantasias que são utilizadas para criar nossos sonhos já foram fixadas em produções de Hollywood, com atores convincentes, terrenos plenamente representados, e trilhas sonoras emocionantes. Não sobra nada para recriarmos por nós mesmas, apenas para consumir.

No atual mercado de idéias, parece que os únicos imaginários que descrevem o nosso futuro são o apocalipse ou a colonização de outros planetas da ficção científica. Aliás, a segunda é a última fronteira para a expansão capitalista, agora que este planeta está sendo rapidamente consumido e a primeira é a única alternativa que o capitalismo permite pensar que existe para além do seu domínio. Nos encorajam a imaginar que viveremos nos únicos mundos que podem ser concebidos de dentro da perspectiva capitalista.

As pessoas radicais e revolucionárias de cem anos atrás sempre sonharam e planejaram um mundo sem Estado e sem capita-

lismo. Algumas delas cometeram o erro de transformar seus sonhos em modelos, diretrizes dogmáticas que, na prática funcionavam como pontos de referência que permitiam julgar quem pensava ou agia diferente. Mas hoje estamos diante de um problema muito maior: a ausência de imaginários revolucionários e a quase atrofia total da imaginação em nós mesmas e no resto da sociedade. E a imaginação é o órgão mais revolucionário em nosso corpo, porque é o único capaz de criar novos mundos, de viajar para fora do capitalismo e da autoridade do Estado, e de nos permitir superar os limites da insurreição que se tornaram tão evidentes nestes últimos anos.

Hoje, conheço poucas pessoas que podem imaginar o que a anarquia pode ser. A incerteza não é o problema. Como sugeri anteriormente, a incerteza é um dos fundamentos da organização caótica e é apenas a neurose autoritária dos Estados que nos obriga a impor a segurança ou a certeza sobre uma realidade que está sempre mudando. O problema é que esta falta de imaginação constitui uma ausência do mundo. Uma parte vital de nós não está mais lá, como costumava estar, além do horizonte, no limiar entre claro e escuro, discernindo, modulando, e dando boas-vindas a cada novo personagem que entra em nossas vidas. O mundo da dominação já não tem de lidar com nossos mundos despedaçados, as várias formas de paraísos e recompensas prometidas pelas autoridades já não têm de superar o ridículo dos nossos contos de fadas, e as grandes sombras projetadas pelas estruturas de dominação não contêm milhares de possibilidades de coisas que poderíamos construir sobre suas ruínas; agora elas são apenas sombras vazias e obscuras.

As nossas perspectivas, no entanto, não são irremediavelmente sombrias. A imaginação pode ser sempre renovada e revigorada, embora devamos enfatizar a importância radical deste trabalho se as pessoas estão mais uma vez dispostas a criar, compartilhar e discutir novos mundos possíveis ou profundas transformações deste mundo. Eu diria que essa tarefa é ainda mais importante do que a contrainformação. Alguém que deseja a revolução sempre pode se educar, mas alguém que não pode sequer conceber uma transformação vai ser impermeável aos argu-

mentos mais bem documentados.

Habilidades. O que complementa nossa falta de imaginação é a nossa falta de habilidades, embora não tão grave quanto a primeira. Desde a Segunda Guerra Mundial, atrofiar habilidades tem sido uma característica essencial do capitalismo. As habilidades que precisamos para sobreviver no mercado capitalista são completamente redundantes, totalmente inúteis para a sobrevivência em qualquer outro modo de vida. Sem as habilidades para construir, para curar, para corrigir, para transformar, para alimentar, o apoio mútuo e auto-organização não podem ser nada mais do que slogans superficiais e vazios. O que estamos organizando? Apenas uma outra reunião, outro protesto? Que tipo de ajuda estamos mutualizando? Compartilhando nossa miséria, compartilhando o lixo que o capitalismo ainda não descobriu como fazer para comercializar?

Felizmente, algumas pessoas ainda sabem como curar, como cuidar, como alimentar, como construir, e mais pessoas estão começando a aprender a fazer isso. No entanto, geralmente essas não são tratadas como atividades revolucionárias, nem são praticadas de uma forma revolucionária. Qualquer pessoa pode aprender terapias naturais ou jardinagem, transforme isso em um negócio e o capitalismo ficará contente em tolerar uma nova habilidade – mas só enquanto houverem consumidores ricos o suficiente para servirem de patronos.

É só quando essas habilidades são postas a serviço de uma imaginação revolucionária e um antagonismo coletivo contra as instituições dominantes que a possibilidade de criar um novo mundo surge. Ao mesmo tempo, devemos deixar nosso imaginário mudar e crescer enquanto entram em contato com nossas habilidades construtivas e o antagonismo que cultivamos. E as práticas de negação, sabotagem, e autodefesa coletiva que foram aprendidas nesse espaço de antagonismo devem ser postas a serviço dos nossos projetos construtivos e de nosso imaginário, ao invés de serem confundidas como únicos elementos sérios da luta.

A regeneração da democracia, aqui e em outros lugares, deu um novo sopro de vida para as estruturas de dominação que vinham perdendo a credibilidade para tantas pessoas. Um futuro sombrio se ergue e talvez estejamos nos afastando cada vez mais

Lembre-se de como chegamos aqui.

de qualquer possibilidade de revolução. Mas a realidade caótica do universo nos oferece uma promessa: nada é previsível, nenhum futuro está escrito e as estruturas mais rígidas estão quebradas, ridicularizadas e esquecidas no veloz e selvagem rio dos tempos.

Ordens aparentemente invulneráveis se desintegram e novas formas de vida emergem. Temos todos os motivos para aprender com nossos erros, renovar a nossas convicções nas teorias que os eventos recentes confirmaram e, mais uma vez, convidar todas as pessoas que querem participar dessa busca sonhadora pela liberdade total. As soluções fáceis e falsas promessas oferecidas pelas pessoas ditas pragmáticas — algumas delas sinceras, outras com fome de poder — só vão nos levar a uma derrota igual às que sofremos muitas vezes antes. As pessoas vão aprender a reconhecer isso, se não deixarmos a memória desaparecer.

NA GRÉCIA:

Destino Anarquia! Cada Passo É um Obstáculo

Da Praça Syntagma ao Syriza

Tasos Sagris, VOID NETWORK *www.voidnetwork.gr*

Estou no pátio da Escola de Belas Artes de Atenas, na Grécia. É 25 de maio de 2011, um dia quente de verão. Um festival anarquista e anti-autoritário de cinco dias começa em seis horas e eu estou lutando para preparar todos os pequenos detalhes que tenho em mente. Estou trabalhando sozinho.

Ando pelo campus acompanhando um eletricista de um palco para o outro.

Na Espanha, as pessoas foram às ruas por dez dias agora, após 75 anos de silêncio. Elas estão enviando sinais de revolta, trazendo a chama da libertação dos países árabes ao continente europeu. Aqui estamos apenas construindo nosso festival: sistemas de som para três palcos e duas áreas para discussões públicas e palestras; há um palco de teatro, uma área para feira de livros e espaços para as oficinas. Somos cerca de 30 pessoas de dois grupos de afinidade construindo um encontro para 12 mil pessoas. Agimos comos antigos espartanos, provocando idéias totalmente pa-

26 de maio de 2011: o segundo dia de protesto na Praça Syntagma.

ranóicas sobre as habilidades ilimitadas de um pequeno grupo de guerreiros determinados.

A mente é como uma espaçonave: há milhares de anos as pessoas têm viajado para outros planetas durante as noites de verão. Enquanto me preparo para o festival, eu penso com meus botões que estamos no caminho para a anarquia. Às vezes parece longe; às vezes ela aparece de repente por todo o lado.

Nessa mesma tarde, acontece uma assembléia atrás da Acrópole para as pessoas que esperam trazer a chama da Espanha para a Grécia. Há um ano, uma pequena assembléia anarquista semanal tem se reunido na praça Syntagma, em frente ao Parlamento, para falar sobre a crise econômica. Esta tarde, nessa nova assembléia, as pessoas decidiram ocupar a praça Syntagma após as convocatórias de ação da Tunísia, do Egito e da Espanha. Elas publicam um chamado para que outras se juntem a elas.

Podemos fazer uma quantidade incrível de trabalho logístico para preparar um espaço para as pessoas mas, se o espírito de revolta as atrai para outro lugar, o importante é estar lá! Podemos passar toda a nossa vida construindo um argumento teórico ou uma posição ideológica ou uma infraestrutura para o movimento

29 de maio de 2011: o acampamento na Praça Syntagma.

— mas quando está acontecendo uma revolta, temos que estar prontas para abandonar o que nos mantém separadas e achar uma maneira de nos encontrar, de compartilhar idéias e práticas revolucionárias com quem está se rebelando.

O que apareceu naquele dia de maio de 2011 foi uma tempestade tropical, um oceano surgindo na frente de nossos olhos, vasto e selvagem. Cem mil pessoas se reuniram de repente ao redor do parlamento, gritando o slogan anarquista clássico contra a democracia: “Queremos queimar, queremos queimar o Parlamento, esse prostíbulo!”. Ninguém estava no festival para as palestras da tarde; todos estavam na Syntagma. Mais de oito mil pessoas chegaram tarde da noite para os shows. A multidão estava em frenesi, compartilhando um entusiasmo desconhecido e selvagem.

Fomos para o acampamento na Praça Syntagma com o coletivo Void Network. Comunicamos isso na assembléia anarquista semanal “Para a auto-organização da Sociedade”, da qual já vínhamos participando há três anos. Alguns dos grupos se recusaram a

vir a Syntagma — eles chamavam o movimento de pequeno-burguês e ficaram à distância, apenas observando. Outros grupos e indivíduos anarquistas, autônomos e antiautoritários permaneceram na Praça Syntagma durante todo o verão. Ficamos lá também, espalhando idéias e práticas anarquistas entre inúmeras pessoas desesperadas, participando da organização da Assembléia Geral de Atenas para garantir que todo mundo tivesse a mesma oportunidade de se expressar, para garantir que nenhum partido político ou grupo ultra-esquerdista manipulasse as decisões, para impedir que esquerdistas assumissem o controle do movimento.

Outros grupos vieram apenas durante os três dias de confronto com a polícia. Os tumultos foram enormes — uma tempestade tropical entrando em choque com a polícia e com o parlamento. No meio do colapso financeiro, de medidas de austeridade desumanas, do desemprego e da repressão do Estado... Este foi um dos melhores verões da minha vida.

Quando o governo grego assinou um contrato com o FMI e o Banco Central Europeu em 2010, concordando com as medidas de austeridade, ele deu a todo mundo a chance de ver como os interesses econômicos globais controlam a democracia representativa. As pessoas se sentiam traídas por políticos em quem haviam acreditado durante 40 anos, políticos que haviam colocado no Parlamento para representar seus interesses. Furiosas, sonhavam em incendiar o Parlamento; muitas até tentaram. Cercas de metal e a tropa de choque presente 24 horas por dia protegeram o Parlamento por três anos, representando o último obstáculo entre o povo e os interesses econômicos que governam as nossas vidas.

O colapso da fé na representação era também uma espécie de emancipação. As vítimas obedientes da lógica superior e do bom senso se livraram da liderança de políticos e da manipulação dos jornalistas. Os sindicatos e os partidos perderam a sua influência. Novas formas de inteligência e libertação coletivas surgiram no lugar das velhas identidades. Greves sem a aprovação ou apoio dos sindicatos aconteceram depois de décadas de apatia e obediência entre o que chamamos de grande público, milhões de pessoas participaram das revoltas — gritando primeiro contra si mesmas por acreditarem em políticos por tantos anos e, depois, contra

5 de junho de 2011: o acampamento na Praça Syntagma

os políticos.

O povo deu um passo. Isso foi o que aconteceu durante o verão de 2011 na Grécia e em muitos outros países.

Estou na casa de minha mãe. É junho de 2011. Uma social-democrata de 65 anos de idade, ela se pergunta por que as pessoas ainda não conseguiram atacar o Parlamento depois de cercarem o prédio por dias. Ela tem medo de sair às ruas por causa do gás lacrimogêneo, mas sempre me pergunta: "Será que eu também posso ir ao acampamento durante o dia?" Meu tio e minha tia também estão lá, membros do Partido Socialista (PASOK) desde sua criação em 1973; e agora governa o país. Minha tia tem 62 anos. Com os olhos brilhando, ela descreve como ontem à noite a limusine de um famoso ministro do PASOK passou por ela fora do Parlamento. Ela socou a parte de trás da limusine, depois correu atrás dela com outras pessoas para quebrar as janelas e socar o minis-

15 de junho de 2011: lutando contra nacionalistas na Praça Syntagma.

tro. Ela sente uma libertação — ela se sente livre! *Ela deu um passo...*

Mas afinal, as assembléias que aconteceram na Praça Syntagma foram libertadoras? Ou foram "democraticamente diretas" de modo que ajudavam o partido de esquerda Syriza e o partido fascista Aurora Dourada a cooptar um grande número de pessoas, por razões diferentes, mas fundamentalmente semelhantes?

As pessoas expressaram-se através das assembléias em todo o país. Pessoas comuns que nunca haviam participado de nenhum tipo de evento público falaram abertamente sobre seus medos mais profundos e seus desejos mais preciosos diante de milhares e milhares de pessoas, com megafones para garantir que todo mundo pudesse ouvir suas vozes claramente. Era como uma espécie de terapia de grupo, uma catarse das ilusões do passado, um salto para o espaço público, uma expedição para as vastas possibilidades do poder social. Foi um verão maravilhoso, todo mundo estava nas ruas conversando com todo mundo sobre tudo.

E então a democracia foi restabelecida.

A maior parte das pesoas e movimentos anarquistas não estavam presentes, cometendo o maior erro político neste século, até

então. Em todo caso, nós ainda não temos respostas anarquistas para a maioria dos problemas que nossas sociedades enfrentam. Sabemos muito bem o que tem de errado com as idéias de nossos inimigos, mas nosso pior inimigo é a nossa própria incapacidade de trazer nossos ideais das nuvens do anarquismo até o terreno áspero e sujo da anarquia.

Nessas circunstâncias, sem outras opções concretas, as pessoas se sentiam obrigadas — ou forçadas — a escolher entre o partido de controle social com um líder totalitário de figura paterna, ou o partido social-democrata que prometia escolas, hospitais e certa proteção contra os tubarões neoliberais ferozes que governam este mundo.

Assim, depois de falar nas assembléias, depois de participar da democracia "direta", as pessoas voltaram a se alinhar para reafirmar a democracia do Estado. Cada passo que você toma para a liberdade se torna um obstáculo para continuar indo mais longe. A democracia em si é um obstáculo.

A democracia do nosso tempo, a maior conquista da civilização burguesa, tem propriedades intrínsecas que remontam às suas origens aqui em Atenas há milhares de anos.

Os pais Fundadores de todas as nações se imaginavam como os governadores de selvagens sem instrução, massas perversas de pessoas pobres prontas a cometerem todo tipo de crime se não fossem controladas. A democracia foi construída por pessoas com o interesse político e econômico de manter as massas sob controle por meio de palavras, não pela espada (e com a espada sempre que as palavras não forem suficientes). A democracia representativa é um sistema de controle que constrói uma pseudo-realidade de liberdade na qual você não tem nenhuma influência nas decisões fundamentais sobre a sua vida.

Os Pais Fundadores da democracia — como todos os pais, talvez — temem o pensamento crítico de seus filhos. Eles implementaram um sistema para deixar as pessoas estúpidas: permanecemos num estado de espírito infantil, participando de estruturas sociais obrigatórias, nas quais não podemos perceber todas nos-

15 de junho de 2011: tropa de choque se alinha na Praça Syntagma, atrás de uma faixa onde se lê "DEMOCRACIA DIRETA".

sas capacidades e desejos. Não há necessidade de saber os detalhes exatos das decisões que determinam sua vida: basta votar em quem parece ser bom o suficiente para governar a sua vida. A democracia difunde a corrupção, uma vez que líderes drenam os recursos da comunidade e mantêm as pessoas apáticas. Ninguém se importa com sua opinião; você é apenas uma estatística entre milhões. Você não deve se expressar, apenas a ficar em silêncio enquanto seus

governantes falam. Você está lá para aplaudir. Ao longo de toda a sua vida política, você se mantém ausente, representada.

A democracia te mantém com medo, com medo dos inimigos da democracia que se escondem dentro da sua tribo, da sua comunidade democrática, da sua nação. A democracia criou fronteiras na sua vida e agora você tem que proteger essas fronteiras com seu próprio corpo. As fronteiras são criações imaginárias, sociais, mas seu corpo morto no campo de batalha é real. A democracia exclui o resto da humanidade da sua comunidade e prepara um exército, inclusive você, para matar todas as pessoas excluídas. Quando você se recusa a matar em nome da democracia, você também sofre a exclusão.

Este sistema tem uma incrível capacidade de reproduzir a si mesmo. Produz escolas, hospitais, teatros, jardins de infância, campos militares, universidades, galerias, museus e parques de diversões. Você pode passar toda a sua vida dentro dessas instituições, e se você tentar fugir delas, provavelmente vai acabar em um abrigo para pessoas sem-teto, numa prisão ou numa clínica psiquiátrica (todas elas também são instituições democráticas). A conseqüência desta resiliência é que a democracia é incapaz de se superar, de evoluir para algo diferente ou libertário, da mesma forma que a União Soviética nunca chegou a um paraíso comunista.

Estatutos e políticos podem ser substituídos, mas sempre haverá o mesmo sistema oligárquico, aristocrático no seu núcleo. A democracia está sempre buscando, através de eleições, contratos comerciais e nepotismo, aqueles que melhor irão perpetuá-la.

Isso não é nada novo. A democracia é um método tribal conservador pelo qual certas tribos gregas antigas se reproduziram. Nunca permitirá que você se torne diferente até que você escape da tribo. E hoje, quando o controle do mercado capitalista e do Estado democrático são absolutos em todo o mundo, não há outra maneira de escapar à democracia senão destruí-la.

Mesmo sabendo de tudo isso, algumas pessoas defendem a democracia. Elas querem encontrar uma forma de democracia que não acabe em oligarquia, assim como comunistas do século XXI que estão à procura de sistemas comunistas que não culminem no totalitarismo. Mas os Pais Fundadores de todas as nações monito-

28 de junho de 2011: bandeiras nacionalistas substituem a faixa pedindo democracia direta na Praça Syntagma.

ram democratas de todas as vertentes, fazendo olhar de aprovação sobre como a normalidade se mantém — as mesmas condições de exploração, novos rostos nas mesmas velhas posições de autoridade.

Este mundo nunca mudará enquanto tivermos medo de cortar as raízes desta ordem. A democracia é a alternativa final para todas as pessoas que têm medo de entrar no território desconhecido de seus próprios desejos, de seu próprio poder. Da mesma forma, a demanda por democracia “real” é a última forma com a qual os

29 de junho de 2011: a tropa de choque grega, os novos hoplitas* impondo a democracia sobre as pessoas exploradas e excluídas.

movimentos sociais se legitimam na suposta “esfera social” (e tentam evitar a criminalização). Assim como é o úlitmo passo , a democracia também é o obstáculo final para as novas possibilidades que surgem nos movimentos sociais.

Poderia alguma forma de democracia nos salvar da democracia?

A democracia direta nos oferece uma maneira alternativa de governar nossas vidas. Mas isso é realmente o que precisamos? Queremos reproduzir os limites do velho mundo em menor escala? Queremos que a “assembléia geral” decida sobre nossas vidas?

* Hoplitas — soldados infantaria armados lutando ombro a ombro em falanges — constituíam a principal força das milícias cidadãs que defendiam as cidades-estado gregas na era em que surgiu a democracia. De acordo com algumas teorias, a sua importância em assuntos militares lhes deu influência suficiente para convencer a classe aristocrática a lhes conceder direitos políticos.

Ou queremos expandir nossas vidas em direção a novas formas de autodeterminação?

Quando participo da assembléia da Void Network, tenho que levar em conta as necessidades e interesses de todas as minhas companheiras, e nosso grupo tem que levar em conta as necessidades e desejos do maior número possível de pessoas neste mundo. Se não cuidarmos uns dos outros, não poderá haver Void Network, e se não cuidarmos das pessoas fora do nosso grupo, não haverá nenhuma conexão entre nós e o mundo. Não existe uma assembléia geral que saiba melhor do que nós como podemos aproveitar ao máximo as nossas capacidades para beneficiar as pessoas que nos rodeiam. Esta é a diferença entre um grupo de afinidade, que produz um poder coletivo e expansivo, de uma assembléia democrática, que concentra o poder em um espaço institucional fora de nossas vidas e relacionamentos, alienando-nos de nós mesmos e umas das outras.

A democracia direta supostamente deve eliminar a apatia produzida pela representação, uma vez que ela aparece como uma forma de democracia "participativa". Mas a ideia é que tenhamos uma assembléia de milhões de pessoas? Seria essa assembléia realmente capaz de nos oferecer liberdade e igualdade? Cada pessoa apenas se sentiria como uma estatística enquanto espera por dias pela sua vez de falar. Por outro lado, se reduzimos essa forma ao minúsculo nível de uma assembléia de bairro, não estaremos nos prendendo em um microcosmo como formigas de grandes dimensões?

Qualquer tipo de "democracia direta" reproduz as mesmas condições que a democracia representativa, em menor escala. A maioria vence a minoria, conduzindo-a à apatia. Muitas vezes, você nem sequer tenta expressar sua opinião, já que você sabe que não terá chance de colocá-la em prática. Muitas vezes, você tem medo de falar, você sabe que você será humilhada pela maioria. A homogeneidade é o imperativo máximo de qualquer procedimento democrático, "direto" ou representativo — uma homogeneidade que termina como duas opiniões finais (a maioria e a minoria), perdendo a vasta riqueza da inteligência e da sensibilidade humanas, apagando toda a complexidade e diversidade de necessidades e desejos do ser humano.

É por isso que mesmo as assembléias diretamente democráticas podem acabar por decidir pela realização de genocídios desumanos, como o que a antiga Atenas praticou contra o povo de Mylos em 416 aC. As pessoas excluídas foram escravizadas e estupradas como resultado de decisões democráticas diretas. Na democracia direta "só membros" participam. Por ser menor, exclui ainda mais pessoas do que a democracia representativa — produzindo bolhas isoladas que lutam entre si como as cidades-estado da Grécia antiga. Todo mundo é um estranho, um estrangeiro, um possível inimigo; é por isso que a comunidade tem que construir exércitos para se defender e você tem que morrer para proteger a opinião da maioria, mesmo que você discorde dela. Quem não aceitar a decisão merece punição — como Sócrates, a mundialmente famosa vítima da democracia, e milhares de outras pessoas. Líderes com carisma encontram a melhor conexão direta possível com seu público, e os mecanismos democráticos para manipular a opinião pública trabalham melhor do que nunca!

A democracia direta nunca nos libertará da democracia.

Meses depois eu estava outra vez na casa de minha mãe. Era início de Setembro, poucos dias antes do Occupy Wall Street. Eu escrevia e-mails para camaradas dos EUA sugerindo que expandissem os acampamentos para todos os estados, que propagassem as idéias e metodologias anarquistas nas assembléias do movimento Occupy.

Meu tio também estava lá. Enquanto olho para o computador, ele me diz: "A gente decidiu mudar do PASOK, para o partido comunista europeu, o SYRIZA". Fiquei aterrorizado, porque eu sei que quando ele diz: "Nós decidimos", ele fala por cerca de dois milhões de pessoas. É como se ele conhecesse todas individualmente — elas são as filiadas traídas do PASOK, e ele esteve no partido social-democrata desde o primeiro dia até o final. Syriza teve apenas 4% dos votos há apenas um dia. Fico olhando para ele, vendo dois milhões de zumbis andando apenas alguns passos de uma festa para outra. Eu quero gritar, "VOCÊ TEM QUE SE MOVER MAIS! CADA PASSO É UM NOVO OBSTÁCULO! VOCÊ NÃO PODE PARAR AÍ..."

Defendendo um espaço de liberdade na Praça Syntagma.

Anarquistas têm muito o que fazer antes de poder falar com esse tipo de pessoa. São as realistas, essas pessoas que entendem a política como a gestão da realidade.

Eu imagino a história como uma menina bonita: ela sorri, e as revoltas explodem em Atenas. Eu vejo a história ir embora de Atenas depois de ficar muito tempo por aqui, agora que esperanças ilusórias de mudança através do Parlamento foram plantadas mais uma vez na mente das pessoas.

Três anos e meio depois, em 2015, as ruas continuam em silêncio e os euro-comunistas do SYRIZA ganham as eleições com um slogan de campanha de apenas uma palavra: ESPERANÇA. (A última coisa que restava na caixa de Pandora). Para mim, parece mais como DESESPERO.

Uma das primeiras decisões que novo governo do Syriza tomou foi remover as grades de metal e a tropa de choque do Parlamento. O Parlamento está a salvo de novo. Passados alguns meses depois das eleições, o SYRIZA traiu todas as suas promessas ao povo gre-

go, cedendo a todas as políticas de austeridade exigidas pela União Européia.

Cada passo é um novo obstáculo. Há 2600 anos na Grécia e há dois séculos na Europa a luta pela democracia prometia libertar as massas assoladas pela pobreza da miséria. Alguns anos mais tarde, elas se encontraram exatamente nas mesmas condições — numa guerra eterna com todos os possíveis forasteiros, agora com o direito de votar para escolher os seus soberanos. Cristianismo e Islamismo atraíram milhões de pobres com promessas de justiça social e amor eterno; alguns anos mais tarde, se tornaram ferramentas ideológicas para genocídios massivos em todo o mundo, inimigos absolutos da emancipação humana e obstáculos ao surgimento da espiritualidade humana. O Partido Comunista, proclamado como a voz de todos os sem voz, tornou-se o pior inimigo da liberdade de expressão. Anarquistas tornaram-se ministros e governadores na revolução espanhola — e a CNT, a grande organização para a libertação dos trabalhadores, articulou para que trabalhassem nas fábricas durante toda a vida até suas heróicas mortes. Podemos sacrificar nossas vidas para nos libertar das prisões do velho mundo e então nos encontrar prisioneiros de uma nova prisão de alta qualidade.

O anarco-comunismo, uma visão emancipatória que todo mundo partilha na Void Network, é uma velha visão de um mundo sem dinheiro e sem fronteiras. Mas precisa ser atualizado para o século XXI — caso contrário, ele permanecerá em nossas mentes como um fantasma mitológico, mais um obstáculo. Se queremos um mundo sem dinheiro, isso significa que temos que transformar o trabalho em criatividade compartilhada, transformando os locais de trabalho em belos parques de participação voluntária e criativa numa rede global que distribui livremente toda produção material e intelectual. A vida tem de ser organizada em torno da produção de desejos e da satisfação das necessidades. Se queremos um mundo sem fronteiras, isso significa

um mundo em que nenhuma pessoa é considerada estrangeira — dessa forma, você não será uma "estranha" em qualquer lugar do mundo em qualquer momento de sua vida. Temos de transformar as sociedades em comunidades abertas e inclusivas que estarão totalmente conectadas em uma rede global, para que todas pessoas sejam bem-vindas e úteis em qualquer momento e em qualquer lugar do planeta, não divididas em grupos isolados e xenófobos. Temos que abrir "nós mesmos" à diferença de todas as "outras".

Nas oito décadas depois do colapso da Revolução Espanhola, anarquistas evitaram oferecer planos sólidos para revoluções nessa escala. Enquanto isso, durante esses anos, o capitalismo evoluiu para níveis que as mentes revolucionárias do final do século XIX não poderiam ter imaginado. O capitalismo global está aqui, o anarquismo global não.

Uma revolução anarquista só é possível se realizada em escala planetária — não em escala local, e nem em ilhas isoladas. Mesmo que demore 200 anos para que uma revolução anarquista se estenda a todos os cantos do mundo, isso precisa ser imaginado, planejado e realizado.

Se reduzirmos a escala de nossas estruturas organizacionais a pequenas assembléias de bairro ou minúsculas comunidades ecológicas, nos encontraremos lidando com problemas que passam por nossa pequena comunidade como as enormes ondas do mar passam por um pequeno e frágil barco de pesca. O neo-totalitarismo nunca nos deixará em paz em bolhas de estilos de vida alternativos (até porque o neoliberalismo vai vender férias aos ricos em ecoparaísos). Não podemos nos separar do sofrimento deste mundo.

Por outro lado, se permitirmos que formas antigas ou novas de estruturas autoritárias de massa nos obriguem a abraçar suas noções de eficiência e praticidade, acabaremos no ventre de um novo monstro burocrático. Precisamos de uma rede global de comunidades em luta, uma rede de milhões de grupos flexíveis prontos para lutar contra o totalitarismo, criar zonas livres a defendê-las contra os inimigos, e conectá-las numa onda revolucionária de emancipação social global — e fazer tudo isso

sem controle central.

Em 1964, Marshall McLuhan escreveu em seu livro *Understanding Media: The Extension of Man* (Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem), que

> Os gregos tinham a noção de um consenso ou de uma faculdade de "senso comum" que traduzia cada sentido em cada outro sentido e conferia consciência ao homem. Hoje, quando ampliamos todas as partes dos nossos corpos e sentidos com a tecnologia, somos assombrados pela necessidade de um consenso externo de tecnologia e de experiência que elevaria nossa vida em sociedade ao nível de um consenso mundial. Quando o que temos é uma fragmentação mundial, não é estranho pensar em uma integração mundial. Tal universalidade do ser consciente para a humanidade foi sonhada por Dante, que acreditava que os homens continuariam a ser apenas fragmentos desmembrados até que se unissem através de uma consciência inclusiva.

Poderia a anarquia — liberdade total, igualdade social e econômica absoluta e comunhão global — oferecer uma consciência inclusiva à humanidade fragmentada para o século XXI?

Não é simples nem mesmo começar a pensar nisso. E se queremos uma visão de emancipação que seja criada social ecoletivamente, temos de evitar soluções simplistas e a liderança de indivíduos específicos. Por exemplo, Karl Marx era um homem muito esperto, mas o marxismo é um obstáculo para o pensamento livre.

Estamos lutando contra o Estado e o capitalismo para abrir caminhos — práticas, estratégias e metodologias — que levem à total liberdade, igualdade social, ajuda mútua e autodeterminação. Temos que encontrar uma maneira de nos conectar, para que juntas possamos transformar as condições que produzem nossa realidade. Contra a homogeneidade, temos de fomentar a diversidade; contra a certeza, temos que arranjar espaço para todas as verdades; contra a exclusão, temos que empoderar a pessoa estranha, a *queer*, a velha, a jovem, a aberração, a desconhecida; contra as fronteiras, queremos viver de corações abertos; contra a atomização, cuidar das outras, aprender umas com as

outras, realizar nossos grandes planos e alcançar nossos objetivos finais. Caso contrário, a autoridade política estabelecida e os interesses econômicos se reafirmarão em versões sem fim das mesmas condições. Este mundo nunca mudará até que ousemos *viver livres, compartilhar tudo, espalhar a anarquia!*

Destino:
Anarquia.
Cada
passo
é um
obstáculo.

NOS ESTADOS UNIDOS:

Democracia versus Autonomia no Movimento Occupy

A história diz que a primeira reunião para planejar o Occupy Wall Street começou à moda antiga, de cima para baixo, monótona e com alto-falantes — até que uma anarquista grega interrompeu e exigiu que fizessem uma assembléia horizontal*. Ela e outras jovens presentes se sentaram em círculo do outro lado da praça e começaram a reunião usando o processo de consenso. Uma por uma, as pessoas foram migrando do encontro onde ouviam os alto-falantes para se juntarem ao círculo. Era 2 de agosto de 2011.

Aqui, no mito de origem do Movimento Occupy, encontramos a contradição fundamental em sua relação à organização. Podemos entender essa mudança rumo aos processos de construção de consenso como a escolha de um modelo mais legítimo de democracia, antecipando as afirmações de que as assembléias do Occupy representavam "a real democracia em ação". Ou podemos focar na decisão de se retirar da reunião inicial como um gesto a favor da livre associação. Ao longo do ano seguinte, essa tensão interna veio à tona diversas vezes, colocando em oposição democratas que queriam demonstrar uma nova forma de governo contra anarquistas que tinham a intenção de demonstrar a primazia da autonomia.

Embora o antropólogo e escritor anarquista David Graeber† tenha encorajado participantes a encararem o consenso como um conjunto de princípios, não de regras, tanto proponentes quanto opositores autoritários dos processos consensuais persistiram em tratá-lo como um meio formal de governo — enquanto que anarquistas que concordavam com Graeber se encontraram fora da realidade consensual de seus companheiros do Occupy. O fracasso do movimento em criar consenso sobre o significado de consenso em si, culminou em deploráveis ataques onde Rebecca Solnit e Chris Hedges, gurus da democracia direta, rotularam participantes anarquistas como criminosos violentos‡.

* O relato em "The Inside Story of Occupy Wall Street" dá o crédito a Georgia Sagri — irmão do principal autor do capítulo anterior.

† Por exemplo, em "Some Remarks on Consensus".

‡ Veja "Throwing Out the Master's Tools and Building a Better House: Thoughts on the Importance of Nonviolence in the Occupy Revolution" e "The Cancer in Occupy"; veja também nossa resposta, "The Illegitimacy of Violence, the Violence of Legitimacy".

Como isso se desenrolou no interior, onde pequenas ocupações aderiram às formas de decisão praticadas no Occupy Wall Street? Vamos mudar de Nova Iorque para uma pequena cidade no meio dos E.U.A. para descobrir.

Moro numa cidade com uma população com menos de 100.000 habitantes. Nós temos uma universidade, uma considerável parcela da população trabalhando no setor de serviços que mal paga as contas e um número maior de anarquistas que a maioria das cidades deste porte.

Uma década e meia atrás, participei do chamado "movimento anti-globalização", nome usado por jornalistas que preferiam não dizer "anticapitalistas". Começando como uma onda de iniciativas

locais, ele culminou numa série de protestos massivos contra reuniões de cúpula como a Organização Mudial do Comércio (OMC) em Seattle em novembro de 1999, encontros do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em Washington, E.U.A., em abril de 2000 e em Praga em setembro de 2000, a cúpula para planejar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em Quebec City em abril de 2001 e a reunião de cúpula do G8 em Gênova em 2001.

Ainda que eu já fosse anarquista há alguns anos, aprendi sobre o processo de decisão por consenso no decorrer dessas experiências. Como muitas outras participantes, eu acreditava que essa forma de tomada de decisão apontava para um mundo sem governo ou capitalismo. A gente estimava esse sonho aparentemente impossível de que um dia esse processo de tomada de decisão pudesse ser tomado pela população em geral.

Dez anos depois, em setembro de 2011, visitei o acampamento do Occupy Wall Street no Zuccotti Park, em Nova York. Ele só existia há duas semanas, mas já havia desenvolvido sua cultura política: assembléias diárias, "microfone sem fio", processo de consenso. Tudo isso era muito familiar para mim desde os dias de "movimento anti-globalização", embora a maioria das pessoas ali não compartilhavam dessa experiência.

Ouvi muita retórica legalista e reformista durante minha breve visita. Ao mesmo tempo, aquilo era o que a gente havia sonhado: nossas estruturas organizacionais e práticas de tomada de decisão se espalhando para além do nosso meio. Poderiam as práticas em si instigar os valores políticos que nos fizeram usá-las originalmente? Algumas das minhas companheiras argumentaram comigo que os modelos de democracia direta poderiam ajudar a radicalizar pessoas que ainda não estavam prontas para o anarquismo. Os meses que se seguiram colocaram essa teria à prova.

Duas semanas depois da minha visita a Manhattan, eu estava de volta à minha cidade natal na região central do país, participando da segunda assembléia na nossa Occupy. Nos reunimos na

QUER FALAR

RESPOSTA DIRETA

DEIXE MAIS CLARO

QUESTÃO DE ORDEM

OPOSIÇÃO

BLOQUEIO

CONCORDO

NÃO CONCORDO

praça central na principal via da cidade. Uma centena de pessoas de origens e perspectivas políticas diferentes discutiam se montávamos um acampamento próprio.

Não é fácil para uma multidão arbitrariamente convocada através de um convite aberto no Facebook tomar uma decisão em conjunto. Algumas pessoas argumentaram contra uma ocupação imediata, alegando que a polícia faria o despejo e que seria necessário pedir uma autorização prévia.

Na cidade mais próxima, ocupantes tinham pedido uma licença, mas apenas conseguiram autorização para ocupar por algumas horas. Todo mundo que permaneceu depois que o prazo havia expirado foi preso. Algumas de nós achamos melhor seguir em frente sem a autorização do que fazer as autoridades a acreditarem que cumpriríamos o que era conveniente para elas.

Um facilitador diferente teria deixado o debate permanecer num nível abstrato indefinidamente, enfraquecendo a possibilidade de uma real ocupação em nome do consenso. Mas nós cortamos direto no ponto: “Levante a mão quem quer acampar aqui esta noite”. Algumas mãos se ergueram hesitantes. “Parece que cinco... seis, sete... OK, vamos dividir em dois grupos: quem quer ocupar e quem não quer. Vamos nos reunir em dez minutos”.

No início éramos apenas seis pessoas reunidas no lado da praça dos ocupantes, mas depois que tomamos o primeiro passo, outras vieram. Dez minutos mais tarde, éramos vinte e quatro — e ao anoitecer, já haviam dezenas de pessoas acampadas na praça. Não dormi a noite toda esperando a polícia nos atacar, mas ela nunca apareceu. Nós vencemos a primeira batalha, ampliando o que todo mundo imaginava ser possível, e nós devíamos isso às pessoas que tomaram a iniciativa de forma autônoma, não a um consenso alcançado por todo mundo.

Nossa ocupação foi um sucesso. Durante as primeiras semanas, uma multidão de pessoas novas se encontraram e se conheceram através das manifestações, trabalho logístico e noites de discussões apaixonadas.

As assembléias noturnas serviram de espaço para as pessoas se conhecerem politicamente. Primeiro, ouvimos uma ampla gama de depoimentos sobre por que as pessoas estavam lá. Eles variavam de bem chatos a fascinantes, mas logo morreram rapidamente quando se iniciou o trabalho de tomar decisões via assembléias. Em seguida, aguentamos longos debates sobre se deveria haver uma política de não-violência, com a não-violência servindo como uma palavra-chave para a obediência legalista. Graças à participação de uma porção de anarquistas, a discussão ficou bem dividida, mas permitiu que muitas pessoas que nunca haviam participado de algum encontro do tipo ouvissem argumentos dos dois lados.

Foi interessante ver tantas pessoas passando por uma evolução política tão rápida. Gostei dos debates, do drama de ver gente progressista de classe média tendo que se esforçar para conversar em pé de igualdade com anarquistas e outros pobres com raiva.

Por outro lado, as assembléias eram ineficazes como uma forma de tomar decisões. Depois de semanas de duras sessões diárias, desistimos inteiramente de formular uma declaração de missão sobre nossos objetivos básicos, com o consenso sendo repetidamente bloqueado se um solitário de direita do contra. Algumas pessoas conseguiram pautar a idéia de fazer pequenas manifestações através do processo de consenso, mas elas não atraíram quase ninguém. O selo de aprovação da assembléia não se correlacionou com pessoas que realmente estavam se empenhando; o ímpeto de se fazer algo com sucesso estava em outro lugar.

Enquanto as assembléias noturnas ajudavam a nos conhecermos politicamente, se você queria conhecer pessoas pessoalmente, tinha que passar algum tempo no acampamento. Quando fiquei de vigia noturno, enfrentando estudantes universitários bêbados e outros reacionários, conheci muitas das pessoas na ocupação que haviam chegado pela primeira vez aleatoriamente. Foram essas conexões que nos deram motivo para continuar lutando junto nos meses seguintes.

Inesperadamente, progressistas eram os que mais investiam no protocolo do processo de consenso, embora o tivessem aprendido conosco. Por mais que não lhes fosse familiar, achavam tranquilizador que houvesse uma maneira adequada de fazer as coi-

sas. Essa ênfase no protocolo criava divisões com as pessoas que moravam no acampamento, muitas das quais não se sentiam à vontade comunicando-se nessa estrutura formal; essa divisão de classe se revelou um conflito mais fundamental do que qualquer desacordo político. Do ponto de vista das progressistas, havia uma assembléia democrática na qual qualquer pessoa podia participar, e quem não assistia ou falava não podia se queixar das decisões tomadas ali. Do ponto de vista de quem estava acampada, as progressistas apareciam por uma hora ou duas a cada dois dias e esperavam ser capazes de impor decisões às pessoas que estavam no acampamento vinte e quatro horas por dia — sendo que muitas vezes elas nem sequer estavam lá para realizar o que propunham.

Quando saí da cidade para visitar outros grupos do Occupy ou quando falava com minhas amizades, todo mundo relatava coisas similares. O conflito entre a assembléia geral e o acampamento era quase universal. Ele expressava as tensões fundamentais dentro do movimento.

Como parte da minoria que estava familiarizada com o processo de consenso e ao mesmo tempo um habitante do acampamento, eu podia ver ambos os lados. Tentei explicar a progressistas que compareciam apenas às assembléias — que entendiam o Occupy como um projeto político em vez de um espaço social — que já havia processos de tomada de decisão funcionando no acampamento, por mais informais que fossem, e que se elas quisessem estabelecer melhores relações com quem morava no acampamento, deveriam levar esses processos a sério e tentar participar deles também.

Após as primeiras semanas, o fluxo de novas participantes diminuiu. Estávamos nos tornando um grupo de pessoas conhecidas. Conseqüentemente, começamos a perder nossa influência sobre as autoridades e a atenção da imaginança popular. Enquanto isso, estava ficando cada vez mais frio com o inverno se aproximando. Com base na nossa experiência de reuniões que travaram tentando formular uma declaração de missão ou convocar manifestações, parecia óbvio que, se houvesse um próximo passo, teria de ser decidido fora das assembléias gerais.

Reunimos um grupo de amizade e afinidade que eu conhecia e confiava há muito tempo — o mesmo grupo que tinha chamado

para ocupar a praça em nossa cidade. Discutimos sobre ocupar um edifício vazio a poucos quarteirões da praça. A maioria de nós pensou que era impossível, mas um pessoal mais animado insistiu que era possível. Decidimos que, se pudessem nos levar para dentro, resistiríamos. Mas o plano tinha que ser um segredo até que estivéssemos dentro, então a polícia não poderia nos impedir.

A ocupação do edifício foi um sucesso. Mais de cem pessoas inundaram o prédio, montando uma cozinha, uma biblioteca de leitura e dormitórios. Uma banda tocou, seguida por uma festa. Naquela noite, dezenas de pessoas dormiram no prédio e não na praça, aliviadas por estarem abrigadas do frio. Mais uma vez, fiquei vigiando a noite toda, esperando a polícia. Os riscos eram maiores desta vez — mas ela não apareceu. O espírito era de animação: mais uma vez, havíamos expandido o espaço de possibilidades.

Na tarde seguinte, enquanto continuávamos a limpar e reparar

o edifício, circulou um boato de que a polícia estava preparando um ataque. Dezenas de nós nos juntamos numa reunião improvisada. Era muito diferente da atmosfera das nossas assembléias gerais habituais. Não havia formalidades burocráticas, nem pequenos impasses. Ninguém falava apenas para se ouvir falando e nem ninguém ouvia passivamente. Ninguém repreendia ou chamava a atenção de outras pessoas por não seguirem o protocolo.

Talvez fosse porque aqui não havia nada de abstrato sobre o que estava em pauta. Estávamos colocando nossos corpos na linha de frente apenas por estarmos presentes. Discutíamos escolhas reais que teriam conseqüências imediatas para nós. Não precisávamos de alguém mediando para ouvir umas às outras ou permanecermos no mesmo tópico. Com nossa liberdade em jogo, tínhamos todas as razões para trabalhar bem em conjunto.

No dia seguinte ao ataque, uma enorme multidão se reuniu no

acampamento original para uma assembléia geral acalorada — a maior e mais enérgica que nossa cidade testemunhou ao longo de toda experiência do Occupy. Nossa decisão de ocupar o prédio, tomada fora da assembléia geral, ironicamente, tornou a assembléia geral irresistível para todo mundo. Algumas pessoas foram inspiradas pela ocupação do edifício e nossa resposta ao ataque da polícia; outras, que assumiram a assembléia geral como o corpo governante do movimento, ficaram indignadas por termos agido sem sua legitimação; outras ainda, que não estavam interessadas no Occupy até agora, vieram se engajar conosco porque podiam ver que éramos capazes de causar um grande impacto. Mesmo que estivessem lá apenas para argumentar que devemos "ser pacíficas" e obedecer à lei, entrar nesse espaço de diálogo também poderia expandir suas idéias do que é possível.

Assim, a assembléia se beneficiou com a ocupação do edifício, quer as pessoas aprovassem ou não. Mas, ironicamente, elas vieram somente por causa do poder que nós expressamos agindo por nós mesmas, sem o seu selo de aprovação. Foi esse poder que elas procuraram acessar através da assembléia — algumas para aumentá-la, algumas para comandá-la, outras para domá-la. De fato, o poder não residia na assembléia como um espaço de tomada de decisão, mas nas pessoas que chegaram a ela e nas conexões que juntas criaram ali.

Durante a semana seguinte, pessoas inspiradas nas ocupações de edifícios em Oakland, na Califórnia, e na nossa pequena cidade ocuparam edifícios em Saint Louis, Washington e Seattle. Esta nova onda de ações elevou o movimento Occupy de protestos simbólicos para desafiar diretamente a pureza das idéias capitalistas sobre a propriedade. Nossa cidade viu suas maiores manifestações sem autorizações em anos.

Meses depois, conversei com camaradas de todo o país sobre como tinha sido essa experiência massiva de processos de consenso. Em todos os lugares houve os mesmos conflitos, já que algumas pessoas que viam as assembléias como o espaço onde legitimar decisões criticavam aquelas que impulsionavam o movi-

mento a agir de forma autônoma. Mesmo em Oakland, conhecido por ser o acampamento mais combativo do país, quase tudo que lhe deu esse caráter nunca passou pela assembléia geral. Elas passaram pelas mesmas controvérsias que nós, em maiores proporções. Uma fotografia que registra o momento depois dos tumultos em que os ocupantes reagiam contra a reintegração do seu acampamento, alguém escreveu numa janela quebrada: "Este ato de vandalismo NÃO foi autorizado pela AG", como se a assembléia geral fosse um órgão governamental, responsável por seus assuntos e, portanto, responsável por legitimar ou deslegitimar suas ações.

Isso mostra um profundo mal-entendido sobre a utilidade do procedimento de consenso. Como qualquer ferramenta, o poder flui de nós para esses processos, não o contrário — delegar poder a eles, mas usá-los não necessariamente nos fará mais poderosas. Cada passo que fez com que o Occupy tivesse sucesso em nossa cidade, desde o convite para a primeira assembléia, a decisão de ocupar a praça, até ocupar um edifício, foi o resultado da iniciativa autônoma. Nunca poderíamos ter consentido a fazer nenhuma dessas coisas em uma assembléia que incluía anarquistas, maoístas, pessoas pobres reacionárias, liberais de classe média, polícia infiltrada, pessoas com problemas de saúde mental, aspirantes a políticos e quem mais caísse ali por acaso.

As assembléias foram essenciais como espaço onde cruzar e compartilhar propostas, criar afinidades e construir um senso de poder coletivo, mas não precisamos de uma forma de governo mais participativa e, portanto, ainda mais ineficiente e invasiva. Precisamos da capacidade de agir livremente, como julgarmos adequado, o bom senso de coexistir com as outras pessoas sempre que possível e a coragem de defender-nos sempre que há conflitos reais.

Quando o movimento Occupy estava diminuindo, a parcela de ocupantes mais legalistas e burocráticas convocaram um Encontro Nacional na Filadélfia, em 4 de julho de 2012, no qual iriam "coletivamente elaborar uma Visão de um Futuro Democrático". Apenas 500 pessoas de todo o país compareceram, uma pequena e insignificante fração do número que bloqueou os portos, ocupou parques e marchou pelas ruas. O povo, como dizem, tinha "votado com os pés".

Práticas Democráticas e Legitimidade Institucional no Occupy Oakland

No processo de preparo deste livro, nós gravamos uma discussão com participantes do Occupy Oakland sobre suas experiências com práticas democráticas e autônomas no curso do movimento Occupy. Abaixo, estão extratos de uma conversa muito mais longa.

Vamos começar com o papel da Assembléia Geral no Occupy Oakland. Eu ouvi uma grande gama de perspectivas contraditórias de como anarquistas se sentiram em relação a isso. As respostas variam entre dois extremos.

Em um extremo, algumas pessoas argumentam que tudo de valor que aconteceu durante o Occupy Oakland aconteceu por conta da influência que anarquistas tinham na Assembléia Geral. Esta visão parece afirmar um tipo de centralismo democrático: a tomada de decisões centralizada é legítima e desejável, enquanto forem anarquistas que estejam tomando as decisões.

No outro extremo, outras pessoas argumentam que legitimar a Assembléia Geral de qualquer forma é contrário aos valores da autonomia. Nesta visão, quanto menos as pessoas confiarem na Assembléia Geral, melhor. O problema com esta posição é que ela não oferece uma análise do papel que a Assembléia Geral desempenhou na tremenda explosão de ímpeto na organização anticapitalista e antiestatal na região de San Francisco, em 2011.

Na sua visão, até que ponto anarquistas legitimaram a Assembléia Geral do Occupy Oakland como instituição de governo do movimento? Quais eram as vantagens e desvantagens dessa abordagem? E isso facilitou a atividade autônoma, ou interferiu nela?

B: Uma das funções chave que anarquistas desempenharam no Occupy Oakland foi em moldar os princípios da Assembléia Geral, de forma que não fossem tão restritivos e estritamente democráticos — podemos dizer, autoritário — quanto em muitos outros grupos do Occupy. A ênfase estava em compreender a assembléia como um fórum para as pessoas expressarem suas idéias e encontrarem outras pessoas com quem colaborar, e então darem prosseguimento a esses projetos sem esperar por permissão.

T: Em muitos grupos do Occupy, havia a idéia de que tudo tinha que ser aprovado pela Assembléia Geral. Em OaklandIn Oakland, foi explicitamente assegurado que ações autônomas deveriam ser coordenadas fora dela. Algumas pessoas não ficaram felizes com isso, mas esse foi o entendimento desde o início.

P: Mas eu não acho que o apoio a ações autônomas tenha sido formalmente aceito. Foi apenas algo em que muitas pessoas insistiram desde o princípio. Havia algumas coisas que foram ditas no começo e pegaram. Outro exemplo foi a recusa de deixar a polícia entrar no acampamento. Isso nunca foi votado.

T: Isso ficou compreendido desde o início. Entre as pessoas aleatórias que apareceram no primeiro momento, em resposta ao cha-

Dia 5 do Occupy Oakland na Praça Oscar Grant.

mado inicial, o sentimento geral era: "Aqui é Oakland, e o ingresso de policiais nesta ocupação não é permitido."

B: Mas quando a polícia tentou entrar, as pessoas sempre bloqueavam sua entrada!

P: Todos esses episódios trazem a questão: a Assembléia Geral era um fórum anarquista ou democrático? Nunca houve uma votação definindo que a AG não tinha autoridade para proibir certas ações: isso já estava pressuposto pelas pessoas que a convocaram. Sim, houve votações, haviam propostas sobre onde ocupar e qual nome dar à ocupação — mas tudo isso estava estruturado de uma forma anarquista, não democrática.

B: Pensando em retrospecto, eu consigo pensar em várias formas diferentes de ação autônoma que foram essenciais ao Occupy Oakland. Quando a assembléia chamava uma manifestação, por exemplo, ficava compreendido que não haviam linhas definidas de quais tipos de táticas as pessoas poderiam empregar.

Então esse foi uma forma que a AG abria espaço para ações

autônomas. Mas também foi importante o fato de que a maior parte do funcionamento cotidiano do acampamento era organizado de forma autônoma. Haviam comissões, mas elas não faziam nem determinavam nada. Por exemplo, quando o gramado estava ficando muito embarrado, um dia uma trilha de pallets apareceu conectando todo o acampamento. As pessoas apenas pegaram pallets de lojas em Oakland e construíram esses caminhos.. A AG não "abriu espaço" para isso acontecer, apenas aconteceu.

P: Na estrutura política padrão, existe um tipo de dualismo cartesiano na separação entre o "cérebro" de um movimento e o seu corpo. De um lado, há o forum político, como a AG no Occupy Oakland. Do outro lado, há o coração pulsante do movimento — a cozinha, por exemplo. As partes mais incríveis do Occupy eram as partes vitais, orgânicas. O forum político era incrível também, mas nada se comparava com a experiência vivida de estarmos juntas. Há uma tendência de nos focarmos no teatro político mais do que no que realmente acontece. No Occupy Oakland, estavam ambos entrelaçados e os dois eram essenciais.

B: De certa forma, você podia dizer que anarquistas tinham uma vantagem naquele espaço porque se sentiam confortáveis em tomar a iniciativa sem esperar pela aprovação institucional, enquanto outras pessoas presumiam que era necessária a aprovação de assembléia.

Mas houveram conflitos na Assembléia Geral sobre o que devia ser permitido, certo?

B: É verdade, muitas pessoas puseram muita energia em combater propostas autoritárias na assembléia — havia um consenso modificado no qual era necessário alcançar 90% para uma proposta passar. Boa parte do que anarquistas estavam fazendo na assembléia era apenas garantir que não passasse nada que limitasse a autonomia de ninguém. Houve múltiplas tentativas de passar uma resolução pela não-violência, por exemplo. Nenhuma delas foi aprovada.

Ainda assim, gastamos muito tempo nos certificando de que nenhuma dessas propostas fosse aprovada. E isso ficava muito. . . pro-

cessual. Como usar uma rede de contatos telefônicos para entrar em contato para chamar todo mundo para certas assembléias: "Você tem que chegar lá às 6h15 para poder falar." Acumulando uma lista de oradores contra certa proposta. “E certifique-se de falar com o facilitador com antecedência para tirar aquela outra proposta da lista.”

P: Você tinha que colocar pessoas nas comissões de facilitação.

T: Era muito... parlamentar, sabe?

B: Na década de 1930, o Partido Comunista nos Estados Unidos era fomoso por ir nas reuniões de sindicatos e colocar militantes em cada canto do salão. Tinham até um nome pra isso. Em certo momento, no Occupy Oakland, nos demos conta de que estávamos todas sentadas juntas, e, "Bem, talvez a gente deva se espalhar...”

Então às vezes nós fazíamos algo como isso. No fim do dia, eu achava que isso era importante, muito embora. . . fisse um pouco estranho. Nós gastamos muita energia tentando influenciar o andamento das coisas na Assembléia Geral, com a esperança de que, como resultado, houvessem menos restrições nas atividades...

...Em termos do que era visto como legítimo.

B: É, exatamente.

Isso é um pouco irônico, não? Utilizar o protocolo para bloquear propostas que centralizariam a autoridade na assembléia? Posso entender isso como uma forma de engajar num debate público sobre o que deve ser considerado aceitável e onde deve ir a legitimidade. Mas à medida que essas conclusões têm legitimidade na mente das pessoas porque elas receberam um selo de aprovação da assembléia, você está vencendo a batalha e perdendo a guerra.

Em nosso grupo do Occupy, nós nunca concordamos que a Assembléia Geral seria uma instituição de governo do movimento. Mas uma vez que nossa assembléia geral foi compreendida como um local onde o poder era exercido, uma das formas que as pessoas competiam por esse poder era tentando determinar o protocolo

através do qual as decisões seriam tomadas. A outra forma era tentando usar a assembléia para ditar que tipo de ações deveriam ser vistas como legítimas. Nesses debates, nós freqüentemente nos vimos baseando nossos argumentos em precedentes estabelecidos, mesmo quando isso era basicamente arbitrário. E precedentes também são um tipo de autoridade.

Por exemplo, depois da nossa ocupação do prédio, quando houveram discussões intensas sobre se era aceitável ocupar prédios, algumas de nós citaram o chamado original do Occupy Wall Street onde as pessoas eram chamadas a ocupar prédios. Nós estávamos defendendo ações autônomas tendo como base os documentos de fundação do movimento Occupy, agindo como se a autonomia fosse autorizada...

P: ...por uma decisão que tinha sido tomada anteriormente em outra assembléia, numa parte completamente diferente do país.

Exatamente.

T: Ok, primeiro, sobre a Assembléia Geral, eu não acho que ninguém estava manipulando nada. Nós estávamos apenas utilizando ela. Quer dizer, quem implementou a Assembléia Geral? Não é

A praça Oscar Grant durante a greve geral de 2 de novembro de 2011.

como se fosse a estrutura de outras pessoas que nós estivéssemos cooptando. Anarquistas criaram ela, com um o limite de 90% dos votos necessários para aprovação por consenso, de forma que cinco pessoas não possam bloquear as coisas. Anarquistas estavam na cozinha, limpando o banheiro, fazendo a segurança, organizando as marchas, facilitando as assembléias. E nós nos conhecíamos através de anos de experiência, então essas pessoas estavam mais aptas a fazer as coisas acontecer do que qualquer outra.

Eu sou a única pessoa aqui que estava na comissão de facilitação. Não é como se as pessoas estivessem quebrando as regras..

B: Eu não quis dizer que havia manipulação no sentido de quebrar as regras. Eu quis dizer que... Nós tínhamos nossos objetivos e nós íamos lá para alcançar eles. Ser capaz de influenciar as discussões, levando pessoas para lá — isso foi importante. Nos momentos mais parados, eu lembro que havia alguns dias nos quais eu aparecia na Assembléia Geral apenas para uma votação e saía — se era um dia ocupado e eu estava trabalhando, eu aparecia só na hora de votar e voltava ao trabalho.

T: E sobre o que você estava dizendo sobre os assentos... Todos os progressistas e pacifistas sentavam no lado direito, e no lado esquerdo havia uma área de fumantes, ao lado da Rua 14. Era ali que todas as pessoas anarquistas ficavam. Todo mundo usava preto e fumava. As pessoas chamavam de *black lung bloc**. E aquele grupo constantemente bloqueava — só bloqueava propostas, uma atrás da outra. Às vezes esse grupo eram umas 200 pessoas, e elas bloqueariam qualquer coisa que tinha o potencial de limitar a ação.

Você disse que isso era na esquerda? Como a Assembléia Nacional na França no fim do século 18, quando opositores da monarquia sentavam no lado esquerdo do parlamento?

T: É, exatamente.

Então, é tipo. . . Você acha que você é está apenas num movimento de protesto local, mas na verdade você está participando de lutas que têm centenas de anos de idade, e talvez esteja repetindo padrões e papéis nelas.

T: Ugh.

Eis a minha pergunta, então. Quando socialistas fazem isso que você acabou de descrever, nós criticamos. Digamos que estejam lá desde o início de um movimento social, e que estabeleçam um espaço de tomada de decisão que funcione de acordo com seus valores, e todo mundo venha a confiar nele da forma que confiou na Assembléia Geral do Occupy Oakland. Quando se obtém sucesso em centralizar a sua estrutura dessa forma, pode-se marginalizar qualquer pessoa que não aceite a sua liderança e suas restrições — pelo menos até que sejamos capazes de deslegitimar a estrutura em si.

Então, nessa situação — a nossa crítica é que o grupo errado alcançou a hegemonia nesse espaço, de forma que ele opere através de valores errados? Nesse caso, nosso objetivo deveria ser fazer com que as pessoas com os valores certos ditem o que acontece no

* N. do T. em alusão à tática black bloc. *Lung* é pulmão em inglês e a expressão traduziria-se como bloco do pulmão negro.

processo de tomada de decisão. Mas isso basicamente significa tentar alcançar a mesma coisa e utilizar as mesmas táticas que os socialistas. E se eles nos derrotam, então toda legitimidade investida no espaço pelo qual competimos será tranferida para eles.

Ou nós temos uma idéia diferente de como esses espaços devem operar, de forma que não é uma questão de quem os controla? Nesse caro, teremos que difundir todo um novo referencial sobre como as pessoas devem se relacionar a esses espaços, não apenas tentar vencer os debates que ocorrem neles.

P: Pra mim, isso se resume em afirmar diferentes valores, tanto na assembléia quanto fora dela. Foi isso que justificou nossa abordagem, mesmo que seja arriscada. Há muitos problemas com esse tipo de vanguardismo. Mas ele serviu como uma proposta anti-autoritária ao proteger o movimento como um todo de pessoas que aspiravam ser líderes e que iriam concentrar muito poder em suas mãos. Claro, houve momentos em que as pessoas assumiram posturas de liderança. Mas a idéia era construir um formato que permitisse que diferentes tipos de pessoas se unissem e interagissem sem elementos autoritários conseguissem dominar.

T: Seja este argumento legítimo ou não, sempre que anarquistas participaram de estruturas democráticas aqui, a justificativa sempre foi que era para proteger o movimento social de pessoas autoritárias. Como se fosse ok ser um pouco vanguardista para se assegurar que vanguardistas não assumam o poder.

B: Mas se socialistas estivessem fazendo a mesma coisa na assembléia, é verdade, teríamos os acusado de vanguardismo, certo? Pensei muito nisso. Algumas pessoas ficaram nos acusando, tipo: "Vocês estão sendo leninistas."

T: “Anarco-leninistas.” Ouvimos muito isso.

B: Essa é a questão. Se a Organização Socialista Internacional (OSI) ou o Partido Comunista Revolucionário (PCR) ou um desses grupos parasitas tivesse tido sucesso em obter tanta influência,

O Whole Foods Market no centro de Oakland durante a greve geral.

eles teriam tido intenções muito diferentes.

Por exemplo, eles buscam uniformidade ideológica, enquanto nenhuma de nós necessariamente compartilha da mesma ideologia. Eu acho que isso é importante. Anarquistas no Occupy Oakland nunca compartilharam uma mesma ideologia. Compartilhavam princípios, valores e táticas, mas nada mais que isso. Se você se sentasse no black lung bloc e pedisse nossa opinião, teríamos respostas muito diferentes de como compreendemos o mundo.

Quando o PCR ou a OSI buscam o controle sobre manifestações ou movimentos em Oakland, o seu objetivo é imbuir neles uma ideologia específica. Enquanto que o aquilo nos une é o fato de estarmos sempre nos perguntando em como levar esses movimentos mais além. Eu acho que são coisas muito distintas.

P: Eu quero refetir sobre essa idéia de legitimidade. A assembléia geral era uma ferramenta que nós usamos num contexto específico. Qual é o sentido de sermos anarquistas se não vamos experimentar ferramentas diferentes? Devemos jogar tudo fora cada vez que alguns elementos de uma ferramenta não estiverem no nosso agrado? O purismo não vai nos levar a lugar algum.

Essa é uma das coisas que tem funcionado bem na região, historicamente: ter a disposição de correr riscos e tentar coisas que podem ser um pouco fora do comum para anarquistas. É uma for-

Uma faixa atravessando o cruzamento central no centro de Oakland durante a greve.

ma de encontrar pessoas diferentes, pessoas que podem estar interessadas nessas novas idéias e modos de agir. Apenas usar uma ferramenta não a torna legítima — não significa dizer que ela deve ter poder sobre qualquer pessoa. Da mesma forma que podemos usar mídias sociais e ainda criticá-las. Temos que nos engajar com o resto do mundo, mesmo que ele não esteja estruturado para pessoas como nós, ou para pessoas que querem o que queremos.

É claro, o verdadeiro problema surge uma vez que tenhamos cruzado essa ponte. Chegamos do outro lado e de repente vemos que estamos construindo um novo mundo que tem algumas das mesmas estruturas do velho. E aí que eu vejo problemas mais sérios surgirem.

Murray Bookchin defendeu a participação em eleições municipais locais usando o mesmo argumento, você sabe — ele argumentou que eram ferramentas que podíamos usar para nos mover rumo a uma sociedade mais livre.

Não estou tentando fazer com que anarquistas sejam puritas, mas... algumas pessoas também já argumentaram que você tem que se apropriar do aparato do estado para desmantelá-lo, e você viu onde isso nos levou. Se a Assembléia Geral tem o direito de legitimar

ações autônomas, ela também tem o direito de proibi-las. Se nós acreditamos que as ações autônomas são legítimas sejam elas ou não endossadas pela Assembléia Geral, nós podemos usar a Assembléia Geral para expor esse argumento, mas somente tratando-a como um fórum público ao invés de um espaço de tomada de decisão.

T: Para mim, a melhor parte das assembléias eram as discussões. Às vezes, quando traziam uma proposta, trinta ou quarenta pessoas falavam no espaço para manifestações antes da votação. E as pessoas faziam discursos maravilhosos, dizendo coisas que nunca vi ninguém dizer antes. Todos dissemos coisas que nunca tínhamos dito antes, especialmente na frente de mil pessoas em frente à Prefeitura. Isso foi o mais legal.. Eu sempre pensei no que aconteceria se nós fizéssemos todo o discurso e pulássemos a votação. Tipo, sem ter qualquer tomada de decisão real? Eu não sei se isso atrairia tanta participação.

Ok, então vamos abordar isso do ponto de vista oposto agora, pra ver se nós podemos defender a posição de tratar a Assembléia Geral como órgão de governo.

O argumento mais forte que já ouvi a favor do papel do processo democrático no Occupy é de que a decisão de chamar a greve geral no dois de novembro só teve força suficiente para levar dezenas de milhares de pessoas às ruas porque ela foi feita através do consenso num órgão massivo e publicamente reconhecido de tomada de decisão.

T: Essa assembléia aconteceu logo após o primeiro ataque da polícia ao acampamento. Haviam duas mil pessoas lá: todas pessoas que não tinham participado antes, que se envolveram porque a polícia fraturou o crânio de Scott Olsen (veterano da Guerra do Iraque).

A Assembléia Geral só se tornou um local tão disputado depois disso. Foi então que ouvimos proposta atrás de proposta sobre restrição de táticas.

Mas podemos imaginar uma mobilização na escala da greve geral acontecendo de outra forma? Você estava falando sobre como o Occupy Oakland funcionou como um espaço para as pessoas se en-

contrarem e tocarem projetos de forma autônoma. . . mas o dois de novembro teria sido um sucesso tão grande se tivesse sido apenas uma idéia que as pessoas discutiram, ao invés de uma proposta que foi oficialmente endossada pelo que era um órgão político executivo?

T: Bem, todo mundo estava falando sobre uma greve geral desde o começo. Depois da ocupação do capitólio em Wisconsin em fevereiro de 2011, você via a idéia de uma greve geral surgindo em faixas, placas, em discussões. Depois do ataque da polícia ao acampamento em outubro, diversas pessoas conceberam essa idéia independentemente. Independente de quem acabou levando a proposta à assembléia geral naquela tarde, a idéia já estava no ar.

De fato, todas as decisões importantes que foram aprovadas na Assembléia Geral foram idéias que já tinham força. Não foi a Assembléia Geral que lhes deu força — elas já tinham. Mas tinha uma coisa na Assembléia Geral, onde você tinha que passar pelas moções de levar uma proposta que já tinha sido acordada para que ela pudesse ser vista como oficial. É aqui que entra a questão da Assembléia Geral como um órgão de tomada de decisão legítimo.

B: Mas não era apenas uma questão de legitimar as coisas — era também uma questão de coordená-las. Por exemplo, para a greve geral, tivemos dez ou quinze grupos distribuindo panfletos em diferentes partes da região.

T: Também foi importante o fato de haver tantas outras assembléias. Tinha a Assembléia Geral, mas também tinha todas essas assembléias derivadas...

Elas eram diferentes dos grupos de trabalho?

T: Elas eram grupos de trabalho, mas todos eles funcionavam como assembléias. E alguns ficavam bem grandes às vezes.

Então você estava dizendo que já estava determinado antes da Assembléia Geral se algo poderia acontecer. . . isso significa que os debates que realmente determinaram o que iria acontecer não

O bloqueio do porto de Oakland durante a greve.

ocorreram na Assembléia Geral, mas em outro lugar?

P: Às vezes. Às vezes sim. Mas principalmente porque todo mundo estava conversando sobre política o tempo inteiro, onde quer que você fosse, no acampamento, na rua ou em casa. Se você não estivesse comendo ou fumando erva, você provavelmente estava conversando sobre política. Quer dizer, se você estivesse comendo ou fumando erva, você estava falando de política também.

Então podemos compreender o processo de consenso da Assembléia Geral como um tipo de cerimônia formal na qual as pessoas que participam chegaram à conclusão de que elas já estavam de acordo sobre algo?

T: Essa é... a forma otimista de ver as coisas. Existe um lado mais sombrio, que é que mesmo que todo mundo tivesse concordado sobre algo no acampamento e em nossas interações cotidianas, ela ainda não iria ocorrer a menos que passássemos por essa espécie de processo parlamentar para lhe dar o sela oficial da As-

Uma marcha para tentar ocupar um prédio abandonado em Oakland, 28 de janeiro de 2012.

sembléia Geral do Occupy. Essa foi minha visão da greve geral: mesmo que tivesse sido acordada antes, mesmo que todo mundo já tivesse tomado a decisão, nós ainda tínhamos que passar por essa performance formal ou então não aconteceria.

P: Talvez seja por isso que, perto do fim do Occupy Oakland, a Assembléia Geral se tornou um órgão formal que apenas dava seu selo de aprovação de uma maneira totalmente ineficiente e sem sentido. As pessoas que não estavam envolvidas no movimento traziam essas propostas, e, literalmente, tudo que pediam era um selo de aprovação. A estrutura havia se desconectado totalmente do movimento social.

T: E as pessoas pensaram que se elas conseguiam o selo de aprovação para suas ações, isso significaria que essas ações seriam tão grandes quanto tudo o mais havia sido, e todo mundo no Occupy Oakland teria que participar. Mas não era assim que funcionava. As coisas tinham que acontecer de forma orgânica, elas não podiam ser declaradas de cima pra baixo.

Mas mais tarde houve pelo menos uma situação na qual a Assembléia Geral interveio e fechou um dos grupos de trabalho, como se

ela tivesse jurisdição sobre ele. Tô falando de quando o grupo de mídia foi desmantelado.

T: Eu acho que essa foi uma mudança importante. Foi a única vez que a Assembléia Geral interveio e desmembrou um grupo que operava de forma autônoma. Eu apoiei isso, pois o grupo de mídia havia publicado uma declaração totalmente racista, baseada num relato que provou-se ser falso. . . Quero dizer, eu acho que o grupo devia ser desmembrado. E quando a Assembléia decidiu, ele se desmembrou.

B: E isso é arriscado. Eu concordo, é bom que ele tenha sido desmantelado. Mas esse é um caminho perigoso para se ir. Pois o que acontece quando emergem elementos autônomos com os quais nós não concordamos? Você usa a assembléia para controlar o movimento?

O conflito com o grupo de trabalho de mídia é interessante pra mim porque, basicamente, estamos falando sobre formas opostas de representação. Se você está dizendo que a Assembléia Geral funcionou como um espaço onde participantes do Occupy Oakland poderiam se mostrar para as outras pessoas como tendo um comprometimento com o projeto, e talvez isso fosse uma forma necessária para manter todo mundo a par, podemos entender que o grupo de mídia tinha uma funçao similar.

Em muitos grupos do Occupy, houveram conflitos sobre a representação de mídia — nós brincávamos sobre a ditadura provisória do grupo de mídia. Esses grupos tinham um poder tremendo, pois a mídia é uma forma de nos descrever a nos mesmas e para as outras pessoas, para ditar aquilo sobre o que concordamos e acreditamos. Essa representação molda o que nós esperamos umas das outras e aquilo de que somos capazes.

E é precisamente isso que o processo democrático faz: ele nos representa para nós mesmas.

S: É nisso que estou pensando, escutando vocês refletindo sobre isso. A questão é basicamente o que dá às pessoas a sensação de que elas podem fazer coisas? Mesmo que elas não considerem que a Assembléia Geral seja um órgão de governo, apesar da rede de

contatos telefônicos e esforços para influenciar as discussões, eventualmente, quando as coisas progrediram, ela se tornou o centro de tudo, um espaço unificador, e todas nós compartilhamos essa enorme crença no que poderia ser alcançado baseada no que já tínhamos feito até então. Mas a assembléia era apenas essa coisa à qual estavamos dando nosso poder, da mesma forma que toda pessoa democrata ou cidadã estadunidense dá o seu poder às instituições. Foi apenas nossa versão radical disso.

Eu acho que é possível que nós poderíamos ter construído essa crença compartilhada no nosso poder sobre outra coisa, e isso poderia ter nos salvado de alguns dos problemas que aconteceram mais tarde. No fundo das nossas psiquês como estadunidenses, nós temos essa imagem das pessoas reunidas em uma assembléia política, tomando decisões. É um dos mitos fundadores. Nós podemos reconhecer a Assembléia Geral como uma versão distorcida de algo que já era familiar, algo que já tinha poder na nossa imaginação. E não éramos só nos — todas as pessoas progressistas que chegaram no movimento depois do ataque da polícia trouxeram as mesmas associações com elas, essa mesma mitologia, e muitas delas não acreditavam em autonomia e nada disso.

Não me entenda mal, foi incrível o que fizemos, o que o Occupy Oakland fez. O espírito por trás dele foi maravilhoso. Mas por que esse espírito se dissipou, de verdade? Talvez por termos baseado ele nessa estrutura representativa. Quando a assembléia se torna uma instituição que nos representa a nós mesmos, quando ela representa o que é possível e aquilo de que somos capazes, ela se torna perigosa. Todas as vezes que a assembléia colocava seu selo em alguma coisa, e então nada acontecia, isso mutilava a nossa crença em nós mesmas como uma força, o que mutilava por sua vez a nossa capacidade de agir, e isso se tornou um ciclo vicioso degenerativo. As coisas que funcionaram não aconteceram por terem sido endossadas pela assembléia — elas funcionaram pois nós demos o melhor de nós, juntas.

Então sim, nós devemos estar abertas a novas oportunidades, novos modelos, mas devemos sempre nos lembrar das suas limitações, e devemos nos lembrar que o seu poder vem de nós. Não devemos jamais permitir com que elas façam com que percamos a fé em nós mesmas.

NA ESLOVÊNIA:

"Gotov je!"

Democracia Direta no Levante Esloveno

Uma noite fria de inverno. Fumaça e spray de pimenta se misturam no ar. Atrás de nós, ouvimos o brado de milhares e milhares de gargantes: "Eles (os políticos) estão todos acabados! Vamos carregá-los todos pra fora!" Na nossa frente, uma cerca em chamas, fileiras da tropa de choque, e — no meio da névoa à distância — o maior símbolo da democracia, um prédio parlamentar. A brisa gelada nas nossas faces, o ombro de camaradas ao nosso lado, eletricidade nas nossas veias. Após meses de levante, as ruas ainda são nossas. O que começou como um protesto contra algumas "maçãs podres" no governo se abriu numa oportunidade massiva de pensar além do que existe. Por um breve momento, nós ganhamos controle sobre nossas vidas, nós experimentamos criar espaços de união além das hierarquias, nós nos permitimos sonhar o impossível. A todo segundo, enquanto descobrimos nossas fraquezas, nós também ousamos reconquistar a nossa força.

Se soubéssemos naquele momento que não seria (apenas) a violência estatal, o ciclo natural do movimento ou as datas dos julgamentos, mas (principalmente) a democracia que nos arrastaria de volta à realidade.

No inverno de 2012-13, uma onda de protestos massiva varreu a Eslovênia, um pequeno país no norte dos Balcãs. Ela começou na segunda maior cidade, Maribor, uma casca desindustrializada do que uma vez foi o centro da falida indústria de automóveis da Eslovênia. O prefeito corrupto tinha instalado radares para controlar a velocidade nos principais cruzamentos, o que resultou em centenas de pessoas pobres tendo que arcar com multas que não podiam pagar, para o lucro de uma empresa privada. Numa série de ataques clandestinos e manifestações públicas, as pessoas queimaram os controladores de velocidade um a um, e então se reuniram nas praças e ruas pra informar o prefeito, através de coquetéis molotov, pedras e tudo encontraram, de que não era mais bem-vindo na cidade. Em resposta à repressão policial inicial, protestos de solidariedade se espalharam pelo país em questão de dias. Eles duraram por seis meses.

Imagens de políticos queimando em frente ao parlamento esloveno durante o levante, janeiro de 2013.

Por um lado, esses protestos foram uma reação aos efeitos desastrosos da transição do socialismo para o capitalismo de livre mercado, que deixou muitas pessoas pobres e humilhadas. Por outro lado, desde o começo, eles foram claramente dirigidos para o poder político institucional. Essa foi a maior luta auto-organizada na Eslovênia desde a divisão da Iugoslávia em 1991. Derrubaram o prefeito de Maribor e o governo nacional — mas mais importante, eles abriram espaço no qual se tornou possível inventar novas formas de ação autônoma e questionar a democracia representativa. Embora os efeitos desse período não possam ser reduzidos ao fato da derrota, é interessante notar o quão rapidamente muita da energia radical foi canalizada de volta à ordem existente, e o papel central que a linguagem da democracia teve nisso. A queda do governo e a promessa de novas eleições foram os primeiros pregos no caixão da luta, já que satisfez muitas pessoas que começaram a sair das ruas. Enquanto isso, um novo partido político de esquerda se esforçou ao máximo para monopolizar as

"**Gotov je!**" *["Ele está acabado!"]*

– slogan do levante de 2012-13,
dirigido a representantes da ordem democrática.

falas pelo levante; no fim das contas, ele emergiu como uma estrela brilhante na nova ordem política ao prometer mais democracia direta no parlamento — o mesmo parlamento que foi objeto de tanta raiva e desilusão algumas semanas antes. Finalmente, em Maribor, onde a rebelião começou, o próximo prefeito que foi eleito saiu das fileiras do levante, de um grupo da sociedade civil. Ele prometeu revitalizar a democracia em Maribor e trazer desenvolvimento econômico, mas não demorou muito para que as pessoas que o elegeram se decepcionassem. Em 2015, ele já estava sendo investigado por corrupção, com a Câmara Municipal pedindo a sua renúncia.

Então . . . a democracia direta contribuiu para a continuidade da radicalização da sociedade eslovena?

O levante foi apenas uma etapa de uma longa linha de lutas na Eslovênia que continuam até hoje — do movimento de ocupações no começo da décadas de 1990 e 2000, passando pelas campanhas antiguerra e anti-OTAN, as ocupações estudantis, greves independentes auto-organizadas, lutas antifascistas e, mais recentemente, a abertura da Fortaleza Europa à migração pela rota dos Bálcãs. Em todas essas lutas, muitas pessoas anarquistas e radicais acreditaram que espalhar métodos de democracia direta era um dos elementos chave com os quais poderíamos contribuir para radicalizar os movimentos e mantê-los fora do controle da democracia representativa, das estruturas hierárquicas e das políticas reformistas. Demorou anos para nos darmos conta de que investir nossa energia para transformar assembléias na base organizacional desses movimentos pode ter sido um passo na direção oposta

Manifestantes derrubando cercas em frente ao parlamento esloveno, janeiro de 2013.

àquilo que queríamos alcançar. Hoje, algumas de nós estão começando a pensar em como nós podemos mudar do conceito de democracia direta rumo a outra estrutura.

Isso não significa rejeitar a assembléia como modelo organizacional. As assembléias freqüentemente ajudaram a levar as pessoas pras ruas e pra luta; elas foram uma ferramenta importante para a organização. Entretanto, os resultados de longo prazo foram geralmente desastrosos. É fácil colocar a culpa da forma como as assembléias foram organizadas e a nossa falta de energia para participar delas nas diversas forças hostis determinadas a evitar que esses movimentos se espalhassem pela sociedade. Mas depois que dominamos o jogo do consenso, a arte da facilitação e todos os sinais de mão que vêm junto, algumas pessoas começaram a questionar o próprio conceito de democracia direta. Talvez pudéssemos abordar essas assembléias como oportunidades para algum outro tipo de união — não como um espaço de governo, mas como locais através dos quais podemos distribuir poder em nossas comunidades.

Nós não temos verdades universais a oferecer. Isso são apenas reflexões de algumas pessoas em alguns anos de luta. Eis o que nós achamos que aprendemos até aqui.

As Ocupações e a Democracia da Ação Direta

"Eu faço parte disso pois eu acho que a democracia direta é melhor do que a ordem que conhecemos hoje. Com a democracia direta, se você quer algo, você fala, encontra pessoas para lhe ajudar e você faz."

Em 2011, novos movimentos de ocupação estavam se apropriando de praças por todo o mundo. Na Espanha, as pessoas foram às ruas num movimento que ficou conhecido mais tarde como 15M, nos E.U.A., ficou conhecido como Occupy. Na Eslovênia, como em muitas partes da Europa, a primeira ocupação começou como um protesto contra o capitalismo financeiro, dia 15 de outubro de 2011. Conseqüentemente, em Ljubljana, o movimento ficou conhecido como 15O. A ocupação da praça em frente à bolsa de valores durou seis meses.

Essa ocupação expôs todas as divisões da sociedade que em outros momentos ficam ocultas. A pobreza, a drogadição, as pessoas sem-teto, problemas de saúde mental, a angústia da vida diária sob o capitalismo — tudo isso se tornou visível a todo mundo, então não podia mais ser descartado como questão de fracasso pessoal. O movimento 15O não se focou apenas na demanda por democracia real; ao invés disso, ele atacou a financeirização, o capitalismo, a precaridade, a austeridade, instituições autoritárias e a política representativa. Nenhum assunto era muito pequeno; para muitas pessoas, o acampamento e as assembléias se tornaram plataformas para discutir e, quando possível, organizar toda atividade política da cidade. Particularmente nas primeiras semanas da ocupação, o acampamento foi apenas uma das várias ações diretas lúdicas que aconteceram pela cidade.

Cansadas de receberem sermões sobre o que deveria ser feito pelas pessoas que não tomavam iniciativa por si mesmas, participantes do movimento desenvolveram o conceito de "democracia da ação direta" (DAD). Isso basicamente significava que se você propõe algo, você também deve participar disso. Nesses sentido, os valores da DAD ajudaram a fomentar a ação autônoma ao invés de centrali-

A ocupação em frente à Bolsa de Valores no começo do movimento 15O, em outubro de 2011. "Bolsa de Valores" de Borza foi trocado por "Lute por" Borza.

zar processos de tomada de decisão democrática na assembléia. Como resultado, a cultura que se desenvolveu no movimento foi orientada para a ação, principalmente na forma de esforços para se comunicar com o grande público através de vários tipos de performances.

A DAD também tinha desvantagens. Como acontece freqüentemente em várias estruturas, ela (inadvertidamente) favorecia aquelas pessoas que eram articuladas o suficiente para atrair mais pessoas às suas iniciativas. A multiplicidade de ações executadas por um número relativamente pequeno de participantes no movimento também significava que mais energia era amplamente dispersa, que os esforços muitas vezes estavam desconectados, e camaradas sobrecarregadas sofriam de exaustão. Junto com a distribuição de projetos políticos entre uma variedade de grupos de trabalho, a DAD ajudou a criar diversos espaços diferentes de tomada de decisão; entretanto ela não criou um espaço de encontro onde as pessoas se encontravam para aprender juntas a criar

uma força significativa além da democracia direta.

As assembléias diárias se tornaram focadas nos assuntos do acampamento, e havia cada vez menos participantes, enquanto as assembléias mensais se focavam mais no conteúdo político do movimento. Quem estava envolvido nos grupos de trabalho, mas não dormia no acampamento eventualmente se sentia alienada. No fim, o 15O terminou com exaustão e frustração. Muitas pessoas foram levadas ao isolamento e à depressão.

Entretanto, o 15O nos ensinou lições importantes. Primeiro, apesar de toda conversa sobre democracia direta como um dos aspectos positivos do movimento Occupy, algumas participantes do 15O concluíram, da experiência em primeira mão, que a concentração de legitimidade num único local de tomada de decisões não era produtiva. Faz sentido tentar compreender o que estava acontecendo na ocupação em frente à bolsa de valores como um movimento de democracia direta, quando todas as coisas inovadoras e interessantes se desenvolveram fora dos procedimentos de democracia baseada no consenso? Talvez se tivéssemos nos perguntado como promover a ação descentralizada, poderíamos ter evitado todos os problemas que resultaram da centralização da assembléia. Se não tivéssemos institucionalizado formalmente as assembléias, não as questionando como fundação do movimento, talvez fôssemos capazes de reconhecer os momentos nos quais poderíamos ter tido um grande impacto, e, mais tarde, nos dar conta de que tínhamos sido marginalizados. Talvez tívessemos tido mais capacidade para perguntar a nós mesmos quais táticas estavam fazendo nossa pauta avançar, e quais estavam apenas nos sugando quando era momento de ir em frente.

As Limitações das Assembléias no Movimento Estudantil

"Se não atenderem às nossas demandas, podemos sempre ser mais radicais e ocupar mais espaços na universidade mais tarde. Por ora, vamos apenas mostra nossa força."

Ljubljana, novembro de 2011. De um lado da cidade, barracas ocupavam a praça em frente à bolsa de valores há um mês e meio. Do outro lado, estudantes se espremem num dos maiores auditórios da Faculdade de Artes. A assembléia tem apenas um item na pauta: ocupar ou não a faculdade para evitar a privatização do ensino superior.

Algumas pessoas chegaram prontas para bloquear a produção de conhecimento em todo prédio, com esperança de que uma ação tão radical abrisse espaço e balançasse as relações de poder na universidade. Nós pensamos que seria melhor para o movimento sofrer um despejo após três dias, ainda pronto pra continuar lutando, do que se exaurir numa ocupação limitada que não rompesse o status quo da universidade, muito menos da sociedade. Outras pessoas partiram do pressuposto de que bastaria ocupar salas de aula e abrir negociações com as autoridades. Após horas de discussão, algumas professoras e professores e líderes estudantis persuadiram a maioria das pessoas a votar contra um bloqueio total.

Para quem ficou na minoria — quer ou não quiséssemos votar — a escolha foi difícil. Pensamos na possibilidade de ir contra a decisão da assembléia e ocupar o prédio inteiro por nossa conta, correndo o risco de nos isolarmos dos outros. No fim, acatamos a decisão da assembléia. Em retrospecto, provavelmente deveríamos ter agido diferente.

A ocupação parcial durou alguns meses. Num primeiro momento, a administração da universidade ainda estava tentando negociar, sem saber até quando os protestos seguiriam. Mas ela logo se deu conta que não precisavam aceitar nenhuma das demandas. As manifestantes até mesmo abriram mão de algumas da salas de aula, receando que não fossem capazes de preenchê-las com seus próprios projetos de estudos auto-organizados. Ao invés de o fim da ocupação abrir um conflito mais amplo na sociedade ou de atrair mais pessoas para a luta, ele deixou o movimento estudantil exausto e dispero, limitado à negociação com as autoridades da escola sobre o sistema existente de representação. Não houve nenhuma ocupação na Eslovênia desde então.

E anarquistas? Tentamos participar num processo de estudo auto-organizado, mas sentimos como se estivéssemos falando com nós mesmos.

A reunião no início da ocupação da Faculdade de Artes em Ljubljana em novembro de 2011.

Foi preciso meses de frustração para nos darmos conta de que ao aceitar as normas da tomada de decisões democrática, nós fracassamos em tirar mais do momento, perdendo a chance de abrir conflitos produtivos — dentro do movimento, dentro da universidade, na sociedade como um todo. Pelo menos, poderíamos ter iniciado o debate muito necessário sobre quais táticas o movimento deveria usar, e como decidir quais táticas eram legítimas. Mas ao invés de estabelecemos nossa própria pauta, nós aceitamos as prioridades das outras pessoas e nos perdemos no processo. O problema não era a assembléia em si, mas o fato de que esse órgão era compreendido como o único espaço para tomada de decisões, de forma que nenhuma ação executada fora dele parecia legítima — até mesmo para nós.

Construindo Instituições ou Abrindo Espaço?

“Quando organizamos assembléias, nós desejamos abrir novos espaços de articulação de poder comum, que irão crescer à medida que trocarmos experiências, conhecimento e opiniões, para construir um espaço comum de igualdade, liberdade e solidariedade.”

–Convite à primeira “Assembléia Aberta do Levante” em Ljubljana, no final de dezembro de 2012.

Alguns meses após o término do 15O, o levante iniciou. Mas ninguém se apressou em organizar assembléias. As primeiras semanas de atividade em Ljubljana contaram com uma variedade de ações, protestos, debates e reuniões descentralizadas. Quando ficou claro que certos grupos organizados dentro do levante estavam tentando determinar e representar as demandas do movimento para controlá-lo numa direção previsível e centralizada, outras participantes introduziram as assembléias como uma ferramenta para impedir a centralização e a unificação, ao invés de como método de "democracia direta". Ao reunir uma grande quantidade de participantes diferentes num único lugar, a assembléia criou uma infraestrutura na qual toda tentativa de estabelecer hierarquias seria visível a todo mundo e portanto questionada e rejeitada.

Desde o princípio, a "Assembléia Aberta do Levante" se posicionou como um entre várias formas diferentes de coordenação, comunicação e construção de poder comum. O objetivo era criar um espaço de convergência e encontro, mas nunca que se tornasse o único espaço para tomada de decisão do levante como um todo. Esse era um local para pessoas que queriam fazer coisas similares se encontrar, e para discutir ocorrências problemáticas — por exemplo, foi a plataforma através da qual as pessoas atacaram o nacionalismo.

Um dos maiores feitos dessas assembléias foi terem servido para comunicar abordagens radicais a pessoas que ainda não as utilizavam. O valor de uma diversidade de táticas ganhou reconhecimento nas assembléias; como resultado dos debates, muitas

participantes se comprometeram com a solidariedade a todas as formas de protesto. Durante os primeiros protestos, algumas pessoas ativamente entregaram para a polícia manifestantes vestidos de preto; perto do fim do levante, quando manifestantes foram presas, centenas de pessoas correram até a delegacia e a bloquearam até que elas fossem soltas.

Embora o levante tenha mantido sua intensidade por meio ano, somente umas poucas assembléias aconteceram em Ljubljana durante esse período. Baseado em nossas experiências negativas nos dois movimentos anteriores, nós sentimos que se a assembléia fosse ser uma ferramente para o movimento ao invés de um fim em si mesma, era importante sabermos quando abandoná-la. Quando poucas pessoas estavam indo às ruas, ficou óbvio que precisávamos seguir em frente, e não tentar recriar uma situação que já havia passado. No momento quando as assembléias poderiam ter se tornado apenas um espaço de comportamento nostálgico, nós nos recusamos a chamar outra; em vez disso, começamos a pensar onde um novo ponto de conflito poderia emergir, e como nos organizar em torno dele.

Maribor teve uma experiência diferente. Assembléias de bairro cobrindo quase metade da cidade ainda aconteciam lá em 2016, mais de três anos depois do levante. Elas se focavam principalmente na auto-organização da vida diária em vários bairros. Algumas pessoas especulam que as assembléias continuaram em Maribor, mas não em Ljubljana, porque havia maior necessidade de auto-organização prática numa cidade arruinada pela desindustrialização. Outras argumentaram que as assembléias continuaram em Maribor porque um dos grupos lá fez com que fosse sua prioridade mantê-las como seu principal projeto. A questão que ainda está em aberto é se essas assembléias podem produzir conteúdo radical — ou se é o suficiente elas estarem seguindo um formato supostamente radical? E se as pessoas participando das assembléias de bairro as utilizarem para alcançar objetivos reacionários? Faz sentido promover valores radicais junto com a tática de assembléia? É o suficiente abrir esse espaço?

No levante, apesar de ir contra e além dos conceitos de democracia direta nas nossas práticas, nós ainda estávamos usando es-

O levante em Maribor, 3 de dezembro de 2012.

se termo para descrever muitas das nossas ações. Isso se tornou um problema — não tanto pelas assembléias em si, mas em conexão a outros resultados do levante. Enquanto parecia que as idéias anarquistas e antiautoritárias estavam à frente das diversas ações em campo, a representação do levante ao público ficou a cargo de pessoas que mais tarde formaram um partido político semelhante ao Syriza, prometendo mais democracia direta no parlamento e uma relação produtiva com os movimentos sociais. Teriam eles sido capazes de conseguir isso se nós não tivéssemos ajudado a promover a linguagem da democracia direta?

Contra e Além da Democracia (Direta)

Quando o levante tava morrendo, as pessoas se perguntavam como transpor as conexões que construímos nas ruas para nossas vidas diárias. Numa das assembléias em Ljubljana, as pessoas

Marcha em Ljubljana durante o levante, dezembro de 2012.

formaram um grupo de trabalho para se organizar nos bairros, com a esperança de radicalizar as pessoas lá ao implementar uma estrutura na qual as pessoas podiam se auto-organizar.

Nós nunca quisemos ser uma organização profissional da resistência, então só nos organizamos nos bairros onde vivemos; da mesma forma, tínhamos a intenção de rotacionar tarefas o máximo possível. Durante o auge do levante, quando a freqüência das ações era tanta que era difícil acompanhar todas elas, foi bem fácil utilizar a assembléia como uma ferramenta sem que ela se tornasse um fim em si mesma. Isso ficou mais difícil quando não havia mais ninguém nas ruas e as assembléias se tornaram a única forma de ação nos bairros. Apesar do alto comparecimento nas assembléias de bairro, nós logo nos demos conta que as pessoas estavam dependendo de nós para organizar e facilitar os encontros. Todos os grupos de trabalho queriam que nós nos envolvêssemos, a tal ponto que sentimos que não era mais um processo auto-organizado. Nos demos conta de que era melhor não ter assembléias do que ter, mas serem organizadas por poucas pessoas. Não queríamos aceitar uma posição de autoridade desse jeito.

Para o governo municipal, entretanto, isso não era um obstá-

culo. Quando ouvimos falar que um bairro onde nós não estávamos organizando também tinha começado a ter assembléias, primeiro pensamos que finalmente estávamos testemunhando auto-organização autêntica. Infelizmente, mostrou-se se uma intervenção orquestrada pelo governo municipal através de uma Organização Não-Governamental (ONG). Estavam financiando pessoas para trabalhar no projeto de "auto-organização". O governo municipal tinha cooptado a estrutura da democracia direta, usando-a como uma ferramenta para neutralizar qualquer possível discordância que possa emergir daquele bairro.

Quando o estado está patrocinando a democracia direta, nós temos que nos perguntar como podemos evitar esse tipo de cooptação. É uma boa idéia fazer com que movimentos dependam de uma ferramenta que é facilmente usada contra eles? E se o problema não for que nossas assembléias precisam melhorar, mas sim que não há nada inerente à democracia direta que a diferencie do estado? Quando as pessoas começaram a ter sucesso em derrubar monarquias, o estado persistiu através da introdução da democracia representativa. Todas suas instituições e funções permaneceram intactas, com a única diferença de que agora elas eram administradas por representantes eleitas ao invés de soberanos hereditários. Poderia a democracia direta ser uma nova versão desse acerto, mais uma vez, preservando a distribuição desigual de poder enquanto nos dá a ilusão de autodeterminação?

E nessa situação, quando ainda precisamos criar oportunidades de engajar em debates abertos e de nos darmos conta de todo nosso potencial através das interações umas com as outras — continuará a assembléia a ter um papel nesse processo? Provavelmente. Mas poderemos ter que abordá-la de forma diferente, não como uma ferramenta de democracia direta, mas como uma plataforma para conectar e coordenar ações e grupos autônomos. Em 2016, vimos um exemplo disso na Frente Antirracista, um espaço para indivíduos e grupos ativos nas lutas de migração.

Essa é nossa conclusão, resultado de vários anos de experimentação com democracia direta na Eslovênia: nós hesitamos em manter a forma, mas precisamos jogar fora o discurso.

NA BÓSNIA:

Nasceu no Fogo, Morreu nas Assembléias

O Experimento Bósnio com Democracia Direta em 2014

"A guerra ainda está rolando."

—Grafite em Mostar.

Em fevereiro de 2014, duas décadas depois da guerra que devastou a Bósnia deixando-a dividida em três regiões étnicas, o país entra em chamas novamente. Desta vez não foram conflitos étnicos, mas a revolta das pessoas unidas contra os políticos. Por anos, estes políticos tensionaram essas divisões étnicas a fim de desviar atenções enquanto saqueavam sistematicamente o país. O resultado foi a pobreza intensa: o desemprego estava em 44% em 2016, chegando a 60% entre jovens.

As pessoas inundaram as ruas. Confrontando a polícia, queimaram o parlamento e os prédios municipais. Com o tumulto dos protestos, os políticos, em pânico, roubaram dinheiro do tesouro nacional. Em Mostar, uma cidade dividida entre muçulmanos e católicos, vários políticos enviaram suas famílias para a Croácia através das fronteiras. Protestos sob os slogans "Liberdade é a minha nação" e "Queimem todos os políticos" desenharam multidões em 33 cidades. As pessoas se reuniram para fazer democracia direta em assembléias de até mil participantes — algo que não acontecia nessa escala em nenhum país da ex-Iugoslávia desde a última guerra dos Bálcãs*. De fora, partidários da democracia direta expressaram grande entusiasmo sobre o que alguns chamaram de Primavera Bósnia.

Houve muitas coisas inspiradoras sobre a insurgência de 2014 — a rejeição ao nacionalismo e à democracia representativa, a vi-

* O levante de 2014 não surgiu do nada. Em 2006, um movimento chamado Dosta (Basta) cresceu a partir de um pequeno fórum na internet para se tornar reuniões semanais na praça central de Sarajevo, se tornando maior a cada semana e abordando problemas econômicos e sociais através de debates que eventualmente deram lugar à protestos. À medida que a estrutura organizacional de Dosta se espalhou para diferentes cidades, eles se mantiveram politicamente diversificados. Várias das participantes mais ativas nas plenárias em Sarajevo foram radicalizadas no movimento Dosta.

Raiva e desilusão na Bósnia.

sibilidade de mulheres em luta no que ainda se mantém como uma sociedade tradicional, e o foco nas lutas sociais e econômicas em vez de ódio étnico. Muitas pessoas de todos os setores da sociedade foram radicalizadas através dos protestos.

No entanto, a revolta diminuiu enquanto as assembléias foram surgindo. Naquele momento, muitos viam as plenárias como o próximo passo depois das manifestações: uma vez que a polícia foi derrotada e que os políticos estavam na defensiva, era hora do povo se reunir e pensar nas suas demandas. Masalguns meses depois o Governo havia reassumido o controle e a assembléia perdido toda sua potência, e tudo voltou a funcionar como antes.

O que derrotou a revolta? A repressão nas ruas ou a sua pacificação na assembléia? Foi o contraste entre a revolta e a plenária? Ou tudo teria morrido inevitavelmente?

7 de fevereiro de 2014: manifestantes queimam documentos em frente de um prédio governamental em chamas em Tuzla. A pixação diz "morte ao nacionalismo" e "todos políticos têm que sair".

“Onde você estava enquanto lutávamos na rua?” um velho trabalhador perguntou aos jovens que participaram das assembléias seis meses antes. Ele continuava protestando em frente ao Parlamento de Sarajevo todos os dias — só que agora, como antes do levante, ele e seus companheiros estavam lá por conta própria.

As Assembléias vs. as Ruas

No início, a assembléia era uma expressão orgânica das lutas na rua. Como nos protestos, reunia pessoas que nunca haviam participado das lutas anteriormente. Algumas não se sentiam confortáveis nos confrontos, mas queriam falar sobre sua raiva, ou articular seus desejos para o futuro. Junto aos manifestantes, formaram assembléias de democracia direta, puxando plenárias.

As assembléias funcionavam como uma terapia coletiva. Oferecia um espaço comum onde as pessoas eram ouvidas: pela pri-

meira vez na vida sentiam que sua opinião importava. Elas falavam sobre a guerra, sobre o estresse pós-traumático, sobre suas condições de vida, sobre sua aversão ao sistema que os tem humilhado ao ponto de não se sentirem mais como seres humanos. "Lutar nos trouxe de volta a dignidade", muitas pessoas diziam.

O procedimentos das assembléias foram planejados para manter o poder horizontal: os papéis giravam entre participantes, as falas eram cronometradas, e a mediação pretendia criar um espaço inclusivo e igualitário. Em alguns casos, isso proporcionou que a assembléia se configurasse como um espaço diverso. Em outros, quem teve uma educação formal se sentia mais confortáveil para discutir, e a utilizou para se articular publicamente; em algumas plenárias, o discurso se acumulou nas mãos de intelectuais como Asim Mujkić, professor de ciências políticas que repetidamente representou a assembléia de Sarajevo nos meios de comunicação. Entretanto, algumas pessoas que participaram dos atos não participaram das assembléias, outras vieram no início e então pararam. Algumas aparentemente confiavam que as plenárias representavam suas necessidades, estando presentes ou não. Outras provavelmente temim a idéia de alguém falar em seu nome.

Ao passo que a presença das pessoas nas assembléias ia minguando, silenciosamente a polícia reestabelecia o controle das ruas. Os governantes se ajustaram em pequenos escritórios no exterior dos prédios queimados.

"O que você pensa sobre as pessoas que queimaram os prédios?" perguntei. "Elas participaram das assembléias aqui em Tuzla?"

"Não", ela respondeu, "Elas não participaram. Elas enviaram uma representante à primeira plenária, antes das coisas realmente acontecerem. Ela disse que se o governo não mudasse, eles queimariam seus prédios. Mas depois disso nenhuma delas mais compareceu à assembléia".

Eu podia entender porque as pessoas que atearam fogo nos quartéis da polícia do governo hesitassem participar dos encontros públicos. De fato, poucos meses depois que as coisas se acalmaram, a polícia começou a fazer acusações de terrorismo. Ao mesmo tempo, qual o sentido de se queimar as sedes do governo e

Fevereiro, 2014: as autoridades perdem o controle.

então exigir pautas deles? Me parece que a revolta estava condenada desde que as coisas se dividiram entre lutar contra a velha ordem e encontrar uma nova.

Instituições vs. instrumentos

As pessoas que mediavam as assembléias e organizavam os grupos de trabalhos, que haviam começado seu trabalho numa tentativa honesta de difundir a luta em outras esferas da vida, se encontraram, por isso mesmo, na posição de autoridade. Eram elas que organizavam a agenda e determinavam o curso das discussões; tornaram-se os nomes e os rostos das manifestações. Parecia que elas que identificavam, expressavam e priorizavam as demandas que fizeram com que as pessoas saíssem às ruas. A maioria dessas organizadoras nunca quis esse tipo de poder — mas desejava que a revolta resultasse em mudanças na sociedade, e para isso a assembléia era essencial.

Muitas das pessoas que faziam a mediação estavam compro-

14 de Fevereiro de 2014: a assembléia de Sarajevo exige um governo "de especialistas sem partido".

metidas com os princípios da democracia direta. Acreditavam que aderir a esses procedimentos nas assembléias evitaria os desequilíbrios de poder e a burocracia. Mas logo uma sutil mudança surgiu em meio a essa tentativa: ao contrário de legitimar as necessidades e desejos de participantes do levante, elas estavam institucionalizando tudo. Em vez de se oferecer como ferramenta para resolver problemas e conhecer demandas, as assembléias se reduziram a um fim em si mesmas.

Com o fim das manifestações, as assembléias deixaram de ser uma ferramenta para endossar as ações das pessoas nas ruas. Cada vez mais, elas foram assumindo o modelo de uma organização tradicional, uma espécie de cão de guarda monitorando o governo. Só que sem dentes.

"A gente não pretendia naquela situação", disse um dos antigos mediadores da assembléia de Sarajevo. "A gente queria ajudar, mas não deter o controle do processo. Não era claro pra gente que isso estava acontecendo assim."

Apresentar demandas vs. Construir uma linguagem comum de luta

As revoltas da primavera de 2014, pela primeira vez em muitos anos, amedrontaram os políticos da Bósnia. Mas assim que estes se sentiram seguros novamente, retaliaram cada confronto. Compararam o incêndio dos prédios do governo com a agressão sérvia durante o cerco para depreciar os manifestantes na mídia; o que preparou o terreno para as acusações de terrorismo. Ao mesmo tempo, tentaram canalizar o movimento para a política tradicional, tornando-o menos radical, menos imprevisível, menos incontrolável. Infelizmente, a plenária acabou se transformando nisso.

A revolta popular da Bósnia deu voz a milhares de desejos, idéias e necessidades individuais. Mas ao invés de conectá-las numa linguagem comum de luta, preservando suas especificidades, criando uma plataforma de ação conjunta, o processo de construção de consenso nas plenárias serviu para reduzir essa diversidade de vozes em demandas básicas.

Na tentativa de intensificar a influência da assembléia, as assembléias de várias cidades se conectaram e construíram uma lista de demandas comuns. Através dos grupos de trabalho que consistiam em cada vez menos pessoas trabalhando em milhares de demandas, juntando alguns pontos, interpretando e ajustando outros, e descartando totalmente alguns. Esse processo se desenvolveu até 9 de abril, dois meses depois das manifestações, e, através de um ato simbólico em Sarajevo, apresentou o conjunto de demandas ao governo.

Não houve resposta. Quando as plenárias reduziram a cólera generalizada a pequenas demandas, o governo não precisou se preocupar mais. Esse foi o último prego do caixão do levante.

“Quando você veio da Eslovênia e nos contou que o movimento poderia morrer nas assembléias”, ele disse, “eu não acreditei em você. Mas aconteceu exatamente como você falou.”

21 de fevereiro de 2014: participantes da assembléia de Sarajevo escutam porta-vozes das assembléias de Fojnica, Konjic e Mostar.

Março de 2014: a assembléia continua a se encontrar em Sarajevo.

Governo vs. Auto-organização

Em Tuzla, onde as manifestações começaram, os protestos forçaram o primeiro ministro do distrito a renunciar. A assembléia, então, determinou que um governo provisório e sem partido assumisse até as eleições regulares. A expectativa era de que esse governo se reportasse a assembléia toda semana. Na verdade, foi montado um governo provisório com um professor como primeiro ministro, e alguns ministros que não tinham muita experiência com política. No entanto, logo descobriram que além desses novos políticos terem relações com os partidos políticos, eles também estavam envolvidos com corrupção, o que era justamente um dos motivos imediatos das revoltas populares. Não demorou muito até que os novos políticos escolhidos cortassem a comunicação com a assembléia e seus comitês. O governo se compunha de novas faces, mas aelite mantinha o seu poder.

A penúltima postagem do plenumsa.org, o site da assembléia de Sarajevo, é sobre as inundações que assolarama Bósnia em maio de 2014*. A auto-organização de participantes das assembléias foi essen cial para a resistência ao desastre, enquanto que o governo pouco se mobilizou para ajudar as vítimas. Logo depois, esses polos auto-organizados se dissolveram. Em outubro, as eleições trouxeram um dos partidos conservadores ao poder em Tuzla — dizem que esse partido já estava mexendo seus pauzinhos durante o governo provisório.

E o líder desse novo governo? Um ex-ministro do interior, que havia sido responsável pela polícia.

"Tenho apenas um inimigo. Vocês não são meus inimigos, o governo é o meu inimigo," um velho disse direcionando-se para seus camaradas das plenárias. "E a gente disse tudo o que deveríamos dizer a ele quando queimamos o parlamento".

* A última postagem em plenumsa.org (12 de junho de 2014) é uma entrevista com um estudioso que mora nos E.U.A. sobre o Occupy e a democracia direta.

A inundação que devastou a Bósnia em maio de 2014.

Democracia vs. Liberdade

Nos últimos anos, houve muitos movimentos na Bósnia, cada um indo um pouco mais além do que o anterior. Cada um desses movimentos trouxe novas pessoas às ruas e logo cedeu — mas a questão é o que vem depois. Essas pessoas continuam desenvolvendo suas capacidades de ação de forma autônoma, aumentando suas forças de revolta em revolta? Ou elas acabam por se juntar às fileiras dos partidos?

Basear as lutas sociais na busca por mais democracia — seja representativa ou direta — é especialmente sedutor na Bósnia, onde as pessoas sentem que o acordo de Dayton paralisou o país forçando divisões étnicas em todas as esferas da administração da vida comum. Muitas pessoas acreditam, na Bósnia, que a solução para todos os problemas seria a construção de um Estado funcional e unificado, sem a divisão do tratado de Dayton, incorporando todas as pessoas das três "nações" como concidadãs. Elas tomam os países da Europa Ocidental e setentrional como modelo. Mes-

mo quem se considera radical compreende a democracia direta como o meio para este fim, em vez de um modo de reestruturar a sociedade. Isso pode explicar por que foi um passo tão curto da democracia direta das assembléias à democracia (pouco) representativa do governo. Quando legitimamos nossas lutas por meio da retórica da democracia, abrimos portas para que os partidos conservadores justifiquem o retorno ao normal na mesma linha de argumentação. Devemos restaurar a ordem, então devem haver novas eleições!

Na verdade, o mesmo desemprego, pobreza e brigas étnicas que infligiram tanto sofrimento na Bósnia estão difundidos em toda a Europa, da Grécia à Finlândia. Modernizar o governo e purgá-lo "da corrupção" não é o suficiente para transformar um país numa social democracia mais próspera; num mundo capitalista, nunca haverá prosperidade suficiente. Se nos limitarmos aos esforços para reformar os governos — mesmo se isso significar a sua substituição com redes de assembléias destinadas a cumprir a sua função — nunca tocaremos na raiz do problema. O que significa olhar para as manifestações e para as assembléias como um dos passos para a construção de uma ordem social completamente diferente, no lugar de significar uma via de revitalização da mesma ordem?

Talvez, se as assembléias tivessem servido como espaço de ação coordenada, elasm tivesse impulsionado as lutas, organizando novas ações para manter as autoridades recuadas e contribuiriam para novas formas de organização da vida para além do modelo da economia capitalista. Uma vez que as discussões se tornaram abstratas, era inevitável, apesar das intenções de participantes e facilitadoras, que a assembléia se reduzisse a delegação, a representação, e a petição. Mesmo se fosse tão "direta" como a assembléia pretendia ser, acabaram por entender a revolta como a expressão de desejos em busca de representação, não como um espaço onde todos esses desejos poderiam se realizar. Uma vez que quem participava entendia as manifestações dessa forma, era natural endereçar todos esses desejos para os governantes — o órgão adequado de representação — na forma de demandas. Essas demandas só poderiam fortalecer o governo e fatalmente enfraquecer as assembléias.

O levante bósnio de 2014 é apenas um exemplo de várias expe-

Grafite na Bósnia.

riências com assembléias como uma ferramenta de revolta. Parece que a assembléia não pode servir como um lugar para enxergar um futuro e então procurar por outro corpo político e instituí-lo. Esse corpo político vai ser sempre o Estado, que não carece de assembléia. Igualmente, a assembléia não precisa se transformar numa instituição com seus próprios meios que se legitimam em si mesmos – se assim fizer, na melhor das hipóteses, ela se transformará no próprio Estado. Para que seja libertadora, a assembléia precisa ser instrumento onde o poder seja exercido diretamente segundo uma outra lógica, uma lógica que não concentre o poder, mas que o disperse, fomentando autonomia e liberdade entre os participantes.

"Isso precisava acontecer," enfatizava uma jovem mãe em hijab, sua voz tremia de emoção, enquanto gesticulava sobre a fachada toda queimada da sede do governo em Tuzla. "O prédio tinha que queimar. O levante foi a melhor coisa que já aconteceu na minha vida. Espero que aconteça novamente. Tem que acontecer."

[na página oposta] Sem retorno: prédio do governo queimado em Tuzla depois do levante.

NO MUNDO:

A Democracia Da Reação

O que as revoluções de 1848 nos dizem sobre os limites de 2011

Que mal pode vir de usar o discurso da democracia para descrever o objeto de nossos movimentos por libertação? Podemos responder a essa pergunta com uma fábula retirada das páginas da história: a história do levante que ocorreu em Paris em Junho de 1848.

Em The Democracy Project, David Graeber traça um paralelo entre as revoluções de 1848 e os levantes de 2011. Nenhum dos movimentos revolucionários de 1848 consegui manter o poder por mais de alguns anos, ele nota, ainda assim os objetivos básicos pelos quais eles lutaram foram amplamente alcançados dentro de algumas décadas: por todo o lado, monarquias davam lugar a democracias constitucionais, com o voto universal e as redes de proteção social a caminho. O argumento por analogia é que, embora os levantes que tiveram seu auge em 2011 não tenham tido sucesso imediato, eles terão um impacto a longo prazo na forma como pensamos a política. As lutas pela democracia estatal no Oriente Médio e no Sudeste Asiático e as experiências dos movimentos de democracia direta na Europa e nos E.U.A. criaram uma situação onde as pessoas de todo o mundo irão exigir mais democracia em seus governos e em suas vidas.

"O que é incrível no voto universal é que ele corta os protestos pela raiz e, ao dar direito de voto à insurreição, ele a desarma."

– Victor Hugo, Os Miseráveis.

Talvez. Mas essa conjuntura não nos oferece nenhuma ferramenta com a qual compreender como as forças reacionárias que sofreram contratempos em 1848 e 2011 poderiam se reconfigurar sob bandeiras democráticas. No Egito, depois da revolução de 2011, a idéia de um governo democrático relegitimou o aparato de repressão estatal por tempo suficiente para que os militares reconquistassem o seu controle do poder. Na Europa e nos E.U.A., a força dos movimento populares de democracia direta foi canalizada em partidos políticos como o Syriza e o Podemos e a candidatura condenada de Bernie Sanders — nenhum dos quais foi capaz de cumprir suas promessas.

De fato, o que aconteceu no Egito entre 2011 e 2014 é muito parecido com o que aconteceu na França entre 1848 e 1851. Uma ampla coalizão de diferentes grupos derrubou um ditador; os elementos mais conservadores dentro da coalizão venceram as eleições; os levantes populares que se seguiram foram reprimidos para proteger a frágil democracia; e no fim, um novo déspota veio ao poder com uma plataforma de lei e ordem, através de um misto de eleição e golpe.

A reemergência do Estado Profundo* na França em junho de 1848 e no Egito entre 2011 e 2013 ressalta o que leva anarquistas a argumentarem desde 1848 que a única forma para garantir as conquistas revolucionárias é deslegitimar e desarticular o Estado em si. Neste aspecto, o problema do discurso democrático é que, pelo fato de a vasta maioria dos modelos democráticos serem baseados no estado, ele oferece um disfarce para qualquer pessoa ou

* O Estado Profundo são os elementos institucionais do estado que persistem entre um governo eleito e o próximo, como os aparatos militares e de inteligência, e os interesses a quem eles servem.

grupo que queira relegitimar o poder do estado.

De fato, mesmo as pessoas que se opõem abertamente ao estado podem acabar o reforçando — seja se juntando ao governo, como fizeram anarquistas da CNT durante a Guerra Civil Espanhola, ou mais indiretamente, ao legitimar estruturas e objetivos que, em última instância, permitem que defensores do estado se apresentem como quem possui estratégias mais eficazes, como anarquistas como Cindy Milstein e David Graeber arriscam fazer.

Para entender como isso funciona, vamos voltar a 1848.

Em fevereiro de 1848, um levante em Paris derrubou o rei; a revolta se irradiou por toda Europa junto com as notícias da revolução francesa, se espalhando mais rápido que qualquer onda de distúrbios da era digital. A transformação da França numa república foi motivo de muita alegria, mas poucas pessoas concordavam sobre o que era uma República. Assim como anarquistas, socialistas, liberais, neoconservadores e fascistas se topam sob a bandeira da democracia hoje, em 1848 uma ampla gama de pessoas se identificava com o ideal da República, se prendendo a debates sobre qual seria a verdadeira natureza da República. Até mesmo Pierre-Joseph Proudhon, já um autoproclamado anarquista, se dizia republicano,† e sua oposição explícita à autoridade não o impediu de servir na Assembléia Nacional ao lado de conservadores como Adolphe Thiers — o estadista que mais tarde massacrou a Comuna de Paris para dar origem à conservadora Terceira República.

De fato, o voto universal para toda população, longo buscado por radicais, trouxe ao poder um governo predominantemente reacionário.

Antigos monarquistas e aristocratas se reinventaram como republicanos e começaram a usar seus recursos superiores para

† Notavelmente, em sua primeira obra significativa, *O Que é Propriedade*, na mesma passagem em que se identifica como anarquista. Apesar de seu histórico inconstante, as reflexões críticas de Proudhon sobre a democracia, publicadas no começo da revolução de 1848 em *A Solução do Problema Social*, diagnosticam muitas das contradições que defensores da democracia hoje ainda precisam reconhecer.

As barricadas de junho de 1848.

manipular o sistema. Tudo isso ilustra porque, depois que um objetivo é alcançado, é melhor dispensarmos a velha retórica em favor de uma linguagem que clarifique os novos problemas que surgem. Hoje em dia, não podemos imaginar anarquistas ou outras defensoras sinceras da liberdade reivindicando para si a bandeira da República, embora muitas ainda se apresentem como defensoras da democracia real.

Em junho de 1848, quatro meses após a revolução, o recém eleito governo da República rescindiu as poucas medidas que ele havia tomado para atender as necessidades das pessoas pobres — e as trabalhadoras que haviam se insurgido em fevereiro mais uma vez montaram barricadas nas ruas de Paris e clamavam por revolução. Da perspectiva dos bons republicanos, isso era impensável: finalmente se alcançou um governo democrático, então

qualquer pessoa que se rebelasse contra ele era uma inimiga da democracia. Desta vez, as trabalhadoras não encontraram aliados entre os republicanos de classe média. Elas estavam sozinhas.

Victor Hugo, eleito para a Assembléia Nacional ao lado de Proudhon e Thiers, considerou seu dever cívico como democrata e republicano acompanhar o exército quando ele invadiu a cidade e massacrou rebeldes. Reacionários que não foram capazes de derrotar as pessoas trabalhadoras em nome da monarquia, agora as massacraram em nome da República, preservando a ordem social que causou a revolução. Milhares de pessoas foram massacradas numa chuva de chumbo que durou três dias. Depois, muitas lojas não puderam reabrir pois todo mundo que trabalhava lá foi morto.

Alguns meses mais tarde, o sobrinho de Napoleão foi eleito Presidente da República, prometendo reestabelecer a ordem na França. No fim de seu mandato, ele organizou um golpe de estado para se estabelecer como imperador, terminando com o breve reino da democracia.

Desta vez, Victor Hugo implorou à classe trabalhadora de Paris que construísse barricadas e se levantasse contra o usurpador. Ela não deu ouvidos ao poeta*. Por que as pessoas deveriam arriscar suas vidas para preservar a autoridade dos republicanos que as massacraram na última vez que elas se levantaram contra seus opressores?

Agora que as forças reacionárias não tinham mais utilidade para os políticos que abriram caminho para elas, eles também foram enviados à prisão e ao exílio. Hugo escapou da ilha de Guernsey; alguns de seus colegas congressistas foram executados imediatamente. As suas eleições e patriotismo serviram para manter a legitimidade do governo por tempo suficiente para um tirano astuto assumir o controle. Encorajando as pessoas pobres a quebrar a lei em nome da Constituição, Victor Hugo e seus colegas mostraram as contradições inerentes ao seu revolucionarismo morno. Eles pagaram um alto preço por sua ingenuidade — principalmente com o sangue de outras pessoas.

Com os livros que ele publicou de seu exílio, Hugo ganhou re-

* Você pode ler o relato de Victor Hugo desses eventos em sua obra *Histoire d'un crime*.

conhecimento mundial por colocar palavras nas bocas das mesmas pessoas pobres cujo massacre ele supervisionou. Ele escreveu sobre os eventos de junho de 1848 em suas memórias, lastimando "de um lado o desespero do povo, do outro o desespero da sociedade", ignorando o seu papel nos massacres que ele descreveu com tanta repulsa. Em Os Miseráveis, ele teve dificuldade para ver algum sentido em como as pessoas que tinham criado a revolução poderiam pegar em armas contra seus representantes legitimamente eleitos:

> Às vezes ocorre que, mesmo contrário aos princípios, contrário à liberdade, à igualdade e à fraternidade, até mesmo contrário ao voto universal, mesmo contrário ao governo do povo para o povo, das profundezas da angústia, das suas destituições e desencorajamentos, das suas febres, dos seus tormentos, da sua podridão, da suas ignorâncias, das suas trevas, que a grande massa desesperada, a populaça protesta contra e trava batalhas contra o povo.
>
> Foi necessário combatê-la, e isso foi um dever, pois ela atacou a república. Mas o que foi junho de 1848, no fundo? Uma revolta do povo contra si mesmo. . . Em nome da revolução, ele atacou o que? A revolução. Ele — as barricadas, a sorte, o azar, a desordem, o terror, a incompreensão, o desconhecido — ficou frente a frente com a Assembléia Constituinte, com a soberania do povo, com o voto universal, a nação, a República.

Victor Hugo ficou do lado da sociedade contra as pessoas que a constituem; do lado da soberania contra a liberdade; do lado da humanidade contra os seres humanos. Em nome da democracia e da república, ele se enganou fazendo sua parte, usando da força para preservar a sociedade de classes. Ele não foi o único: Proudhon e praticamente todos os socialistas de renome ficaram do lado do governo.

Na época, a democracia republicana era nova demais na Europa de forma que poucas pessoas podiam antecipar como ela poderia fazer avançar as pautas reacionárias. O mesmo é verdade sobre a democracia direta hoje: muitas poucas pessoas se deram conta de que uma democracia digital mais participativa pode na

verdade sustentar a legitimidade da polícia e das prisões. A previsão de Graeber — de que os objetivos democráticos dos movimentos que foram derrotados em 2011 serão, todavia, alcançados daqui a alguns anos — pode se realizar sem trazer nenhum ganho significativo rumo à libertação, assim como as pautas das revoluções de 1848 foram implementadas de maneira repressiva por políticos como Adolphe Thiers que, no processo, matou as próprias pessoas que iniciaram a revolução. A Terceira República Francesa finalmente triunfou em 1871 com o massacre de dezenas de milhares de participantes da Comuna; bem como a classe trabalhadora em junho de 1848, as gerações de anarquistas e comunistas que vieram após 1871 tiveram que lutar contra o governo republicano sem a assistência das pessoas que se somaram à elas para se opor à monarquia e ao imperador.

Contrário ao otimismo de Graeber, as aspirações de 1848 se concretizaram em escrito, mas não em espírito — e o mesmo pode ocorrer com as aspirações de 2011, a menos que desenvolvamos uma crítica à democracia da reação.

Como podemos evitar uma repetição da tragédia de junho de 1848? Em primeiro lugar, não devemos jamais uma mudança na esfera política ser um substituto para a autodeterminação social e econômica. Da mesma forma, não devemos nunca nos enamorar muito de um método de tomada de decisão — seja a democracia parlamentar ou assembléias baseadas no consenso — de forma que nos induzam a aceitar injustiças em seu nome. Em todo acampamento do Occupy onde participantes de classe média usaram a assembléia geral para governar sobre as pessoas em situação de rua que ocupavam o acampamento, nós reconhecemos um eco de junho de 1848.

E finalmente, acima de tudo, devemos sempre pensar além de nossas próprias vitórias, desenvolvendo ferramentas críticas com as quais podemos atacar os problemas que surgirão depois — lutando a próxima batalha, e não a última.

Conclusão: *Secessio Plebis*

Na antiga Roma, quando as pessoas comuns queriam forçar a nobreza lhes conceder mais direitos políticos, toda classe plebéia subiria um morro e se recusaria a descer até que suas demandas fossem atendidas. Isso se chamava secessio plebis: a secessão do povo.

O mundo era menor então e as coisas, mais simples. Hoje, a automação e a globalização neoliberal estão reduzindo a forma como os ricos e poderosos dependem do resto da população. Isso explica porque a greve nos oferece cada vez menos influência sobre as pessoas que detêm o poder.

Nesta situação, é menos realista buscar um status de igualdade na ordem estabelecida do que romper com ela de uma vez por todas. O futuro não é a inclusão — é autonomia. Ao invés de pararmos de trabalhar, em greve, devemos trabalhar por conta própria.

Entretanto, o modelo político desenvolvido em Roma colonizou o mundo todo. Dizem que quando em Roma, devemos nos comportar como romanos — mas as fronteiras de Roma se expandiram tanto que não há mais morros nos quais subir. Temos que nos separar aqui mesmos, no coração do império: não apresentar demandas a nossos governantes, mas retomar os recursos que eles tiraram de nós, criando espaços fora do seu controle nos quais o poder flui de acordo com uma lógica diferente.

É uma ordem forte. Mas se podermos abrir um rasgo no tecido do império, certamente inúmeras pessoas passarão conosco.

Quando estávamos fechando este livro, a história parecia estar correndo à nossa frente. O Reino Unido decidiu através de um referendo sair da União Européia — o governo autocrático da Turquia impediu um golpe de estado no qual ambos os lados alegavam estar defendendo a democracia — um movimento populista reacionário causou o impeachment da presidenta brasileira Dilma Rousseff — e por último, Donald Trump tornou-se presidente dos Estados Unidos.

Em todos esses casos, a retórica e as práticas democráticas legitimaram a consolidação de regimes repressivos e do nacionalismo xenofóbico. Todos eles chocaram as pessoas que pressupõem que a democracia anda lado a lado com as políticas progressistas.

Pelo contrário, estamos entrando uma era na qual o discurso da democracia será utilizado para fazer avançar pautas cada vez mais reacionárias. Isso não deveria nos surpreender, pois foi através da democracia que Adolf Hitler chegou ao poder. Num mundo globalizado, a democracia é o sistema operacional de um condomínio fechado, que promete igualdade e autodeterminação ao mesmo tempo em que legitima a repressão e a xenofobia.

É mais urgente que nunca atualizarmos o vocabulário com o qual descrevemos aquilo a que nos opomos na ordem estabelecida e o tipo de mundo onde queremos viver. Nós humildemente colocamos este livro à sua disposição como uma ferramenta nessa luta.

"Enquanto viajávamos rumo a uma terra de liberdade, meu coração às vezes dava pulos de alegria. Outras vezes, por estar, como estava, quase constantemente de pé, eu me sentia como se não pudesse ir além. Mas quando eu pensava na escravidão, com suas chicotadas democráticas, suas amarras republicanas, seus cães de caça evangélicos, e seus senhores de escravos religiosos — quando pensava em toda essa parafernália da democracia e da religião norte-americana atrás de mim, e da perspectiva de liberdade à minha frente, eu era encorajado a continuar, com meu coração fortalecido, e eu esquecia que estava cansado e faminto."

–Narrativa de William W. Brown, an American slave,
escrita pelo próprio, em 1850.

Apêndice

A ARTE DA POLÍTICA

Um manual para autodefesa comunitária

distanciamento.

Política é a arte do

Supostamente, ela é ao mesmo tempo separada de todas demais esferas de atividade e ainda assim qualificada para governá-las todas. A política começa onde a experiência cotidiana, os gostos individuais, a paixão, a poesia e o companheirismo terminam — resumindo, na ausência de tudo que possa informar as pessoas sobre como tomar decisões que sejam do seu interesse. Nada que realmente importe — nem o tédio da garçonete, nem a insônia da burocrata — podem ser abordadas na arena política, embora as decisões tomadas nessa arena tenham repercussões em todo lugar.

Política é a arte da

Não existe momento, local ou pessoa certa para toda decisão; isso tornaria todos outros momentos, locais e pessoas erradas. Dessa exclusão inicial, fundamental, uma horda de outras exclusões se seguem.

Porque a política deve se manter separada da vida humana real, de tudo que poderia lhe dar dentes e pulso, o papel de profissionais é inquestionável — o máximo que pode-se fazer e substituí-los de tempos em tempos. Esses profissionais podem ser servidores eleitos, ou podem ser "organizadores da comunidade" ou até mesmo "facilitadores". Independente, os sistemas que administram são complicados demais para qualquer pessoa de fora da classe política compreender — e qualquer uma que tenha sucesso em aprender o funcionamento interno desses sistemas inevitavelmente termina sendo parte da classe política.

Política é a arte da segregação.

É a especialização que está na raiz de toda especialização e divisão do trabalho nesta sociedade: pois se as decisões relativas à sociedade como um todo só podem ser feitas através dos canais apropriados, qual o propósito de qualquer pessoa se preocupar com qualquer coisa fora de seu papel específico? Uma vez que as pessoas aceitam sua posição de peões na barriga do leviatã, elas se tornam significativamente menos interessantes umas pras outras.

Política é a arte da

Ela pressupõe a inatividade de todo mundo, menos da classe política. Se cada pessoa agisse por si, seria a anarquia pura —além disso, as pessoas não estão acostumadas a pensar ou agir por si mesmas nos dias de hoje, né? Logo, as pessoas só participam como espectadoras das decisões que afetam suas vidas, torcendo por um lado ou pelo outro, e escolhendo lados aleatoriamente como quem toma qualquer decisão inconseqüente. Ao delegar seu poder, as pessoas abrem mão da capacidade de descobrir seus desejos: pois só podemos aprender quais são nossos interesses ao longo do próprio processo de tomada de decisão. Algumas pessoas reformistas sonham com sistemas de representação mais participativos, mas um mundo onde as pessoas agem por si mesmas e, logo, não precisam de representantes — isso é impensável.

Política é a arte da substituição.

Representantes políticos são uma substituição para todo o poder do qual as pessoas representadas abrem mão. Ele se torna uma prótese para a sua capacidade de agir perdida — elas se identificam com ele da mesma forma que pessoas assistindo novela se identificam com as protagonistas. Quanto mais forte ele fica às suas custas, mais fortes elas se sentem.

Política é a arte da 01101101 01100101 01100100 01101001 01100001 1110011 1110011 01101111

Da mesma forma que o Papa interpreta a vontade de Deus, que cientistas explicam os decretos da natureza e professoras passam lições de história, a profissional da política faz a mediação entre as pessoas e seu próprio poder — e como conseqüência elas o percebem como algo alienígena e externo a elas. Ao representar pessoas na arena política, o político se torna qualificado para representar elas a si mesmas: tudo em que ele acredita deve ser o que elas acreditam, o que quer que ele faça deve ser o que elas querem, ou então ele não estaria lá. Da mesma forma, quando as pessoas se referem umas às outras fora do reino da política, não é como seres únicos, mas como personagens interpretando papéis dentro de uma ordem estabelecida. Entre toda pessoa e toda outra, e entre todas as pessoas e a estrutura da sociedade que elas compõem, existem filtros que impedem todos exceto alguns padrões de comunicação e interação. Como na religião organizada, onde não existem relações entre seres humanos, mas apenas relações entre crentes, assim é na política: não são indivíduos que se encontrar, mas membros de partidos, ativistas, cidadãs.

Política é a arte da assimilação.

Ela te ensina a pensar em termos de maiorias, a julgar o certo e o errado de acordo com a opinião pública e não com a sua própria consciência. Na melhor das hipóteses, a pessoa que foi ensinada assim deve persuadir a si mesma e as outras que, embora não pareça ser o caso, a vasta maioria das pessoas querem — ou iriam querer! — os mesmos fins que ela; na pior das hipóteses, e mais freqüentemente, essa educação a deixa se sentindo impotente em face à sociedade. Ao perder eleição após eleição, campanha após campanha, a pessoa que busca persuadir a maioria aprende o quão pequena e ineficiente ela é, o quão pouco ela consegue realizar — sem jamais testar as suas próprias capacidades. Se você não pode derrotá-los, una-se a eles, ela inevitavelmente conclui. Em seguida, as coalizões mais improváveis se formam e lutam para derrotar umas às outras na corrida para arrecadar eleitores suficientes para formar uma maioria.

Política é a arte da ABSTRAÇÃO

Ela prospera onde quer que um programa se sobreponha às necessidades e desejos de seres humanos específicos. Para que o poder possa ser delegado a profissionais que representam eleitorados, as características e interesses únicos de uma ampla faixa de pessoas são resumidos em generalizações grosseiras. Muitas pessoas se apressam para fazer abstrações de si mesmas — pois quanto mais simples o rótulo, mais força bruta supostamente pode ser reunida atrás dele. Desejos extremamente diferentes são empilhados juntos e reduzidos ao seu mínimo denominador comum em plataformas gerais. Políticos representam pessoas, e ai de quem recuse administração; abstrações representam demografias, ai de quem desafiar a classificação!

Política é a arte da Distração

Numa sociedade volátil, ela é uma válvula de escape, que oferece uma atividade construtiva para as pessoas cuja discordância poderia de outro modo assumir formas destrutivas, de maneira que seus esforços de desafiar o status quo sirvam apenas para estabilizá-lo. Para a pessoa rebelde, é uma caçada interminável que exaure toda as energias e idéias brilhante que ela tem a oferecer, confinando-a a dialogar com quem ela deveria estar lutando e lutando com quem ela deveria estar dialogando.

Política é a arte da . . . prorrogação.

As suas soluções sempre estão logo ali. Como todo mundo sabe, até os políticos, os problemas com que nos deparamos só podem ser resolvidos de forma coletiva — e nós faremos isso, todas juntas, amanhã, quando todo mundo estiver pronto. (Eu me revolto, logo, nós somos — mas se nós somos, até logo revolta.) Enquanto isso, pede se que todo indivíduo se comporte e aguarde, "como todo mundo" — resumindo, para abrir mão de todas as suas forças e oportunidades, para paralisar a si mesmo voluntariamente de forma a ser representado, com tudo que vem com isso. Na política, a aventura de mudar o mundo é transformada no tédio de fazer petições para que ele mude. Qualquer pessoa que quiser agir imediatamente, apesar das desvantagens do momento e das limitações inerentes a qualquer ação específica, é sempre vista com suspeita: quem se opõe argumenta que se ela não for um agente provocador seus inimigos certamente poderão usá-la como tal[†].

Política é a arte do cálculo.

Na política, ninguém tem amigas, mas aliadas; já não se tem mais relações, mas associações; a comunidade se torna um reservatório do qual tiramos possíveis militantes para serem mobilizadas e manipuladas como peças de xadrez. É necessário saber a situação das coisas, escolher os seus investimentos cuidadosamente, pesar e medir toda possibilidade — analisar toda oportunidade e categorizar todo indivíduo e grupo, da mesma forma que fazem nossos inimigos. Ao analisar estrategicamente tudo que tem, ganha-se tudo menos a disposição para colocar isso na linha e arriscar perder.

Política é a arte da acomodação.

Por mais radical que seja a mudança que se espera, ainda devemos sobreviver de alguma forma enquanto esperamos o mundo mudar, e ao sobreviver — todas sabemos — fazemos concessões. Mais cedo ou mais tarde, as rebeldes mais intratáveis deverão formar algum tipo de aliança com os poderes estabelecidos: eu não te incomodo se tu não me incomodar. Bom senso, um defensor eterno da sobrevivência, sempre tem boas razões para que sejamos agradáveis: existem algumas concessões que não são tão ruins, no fim das contas, e o primeiro dever de pessoas revolucionárias não é viver para continuar lutando? Ao sempre se conformar com o menor dos males, pouco a pouco, aceitamos o próprio mal como aceitável. Qualquer pessoa que contrariamente não quer ter nada a ver com mal nenhum deve ser uma aventureira.

Uma das formas mais eficientes de desviar o desejo por mudança reais para a política é retratar um político profissional como subversivo, ou, melhor ainda, fazer que subversão seja uma política profissional. Nem todos políticos concorrem a um cargo; alguns até fazem campanha contra isso, assim como alguns filósofos levam vidas confortáveis cuspindo no prato que comem. A realidade — eles sabem bem disso, e isso é tudo que sabem dela — é sempre mais complexa que a abrangência de qualquer ação isolada. Eles se esforçam para desenvolver uma teoria que dê conta de todas mazelas sociais, de maneira que eles sejam completamente absolvidos da responsabilidade de não fazer nada a respeito.

Política é a arte da cooptação.

Política é a arte do controle.

Depois que foram feitas concessões, depois que o contrato social foi firmado, o gás lacrimogênio e as balas de borracha não são mais necessárias para manter as pessoas na linha. As pessoas manterão a si mesmas na linha, esperando no cinema, sentadas no trânsito a caminho do trabalho, pagando seu aluguel e impostos e obedecendo a toda regra e regulamentação — e se algumas pessoas rebeldes com brilho nos olhos não o fizerem, então suas companheiras radicais se certificarão que elas o façam, pois nada é mais precioso do que a boa reputação do radicalismo. No momento em que uma pessoa fizer alguma coisa precipitada, outras se apressam em negar que alguém do seu movimento faria tal coisa e em reeducar aquelas suas companheiras que podem secretamente aprovar. Nada é mais aterrorizante que o espectro de um único ser humano que não acompanhe a loucura coletiva — pois se isso é possível para uma pessoa, o que isso diz sobre todas as outras? Toda ação única, autodeterminada é uma fagulha que dispara além dos confins do status quo e das críticas abstratas e, portanto, ameaça ambos, além de quem os sustenta.

Política é a arte da repressão.

A repressão de qualquer pessoa que não aceite as limitações de seu papel social, que queira mudar as coisas com base em seus próprios desejos. A repressão de qualquer pessoa que queira se livrar da passividade, da deliberação e da delegação. A repressão de qualquer pessoa que não queira que seu ser precioso seja suplantado por qualquer organização nem imobilizado por qualquer programa. A repressão de qualquer pessoa que queira ter relações não-mediadas e reconheça que isso significa derrubar barreiras, tanto sociais como físicas. A repressão a qualquer pessoa que atrapalhe as preciosas concessões de quem espera pacientemente. A repressão de qualquer pessoa que se doa sem esperança de ser recompensada — de qualquer pessoa que defenda suas companheiras com amor e resolução — de qualquer pessoa que se recuse a se acomodar com os prêmios de consolação oferecidos a rebeldes penitentes. A repressão a qualquer pessoa que não queira nem governar nem controlar — de qualquer pessoa que queira viver e agir imediatamente, não amanhã ou depois de amanhã — de qualquer pessoa que queira transformar a vida numa aventura alegre e ousada.

Política não é nenhuma Arte.

Ela é o oposto de arte: a obliteração da criatividade e da espontaneidade, a redução das relações humanas a uma rede de correntes que se prendem. Da mesma forma, qualquer arte que honre o seu nome —a arte de viver, por exemplo — deve ser o oposto da política: deve unir as pessoas, dar-lhes acesso a suas forças ocultas, capacitá-las a fazer o que elas acreditam ser certo sem medo do que os vizinhos irão pensar e sem calcular o que vão ganhar com isso.

† Mas somente se ela resolver "Eu mesma, aqui mesmo, agora mesmo!" ela poderá então ter uma causa comum com outras pessoas que não seja um espaço de renúncia mútua onde todas as pessoas são livres para controlarem umas às outras mas não pra agirem por si mesmas. A dignidade de agir para obedecer somente à sua própria consciência, a alegria que basta em si mesma sem qualquer expectativa de que o amanhã gerará um retorno com juros do investimento: somente isso poderá nos levar a um mundo onde nossos olhos não estarão mais fixados constantementes nos ponteiros do relógio.

Nós devemos nossa liberdade à interação espontânea de uma miríade de forças dentro e entre nós.